



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**ESFERA PÚBLICA, NEOLIBERALISMO E CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL
NA AMÉRICA LATINA: AS CONVULSÕES SOCIAIS NO CHILE E COLÔMBIA (2019-
2021)**

ALBA FERNANDA PINTO DE MEDEIROS

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**ESFERA PÚBLICA, NEOLIBERALISMO E CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL
NA AMÉRICA LATINA: AS CONVULSÕES SOCIAIS NO CHILE E COLÔMBIA (2019-
2021)**

ALBA FERNANDA PINTO DE MEDEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito para obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
(UNILA)

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Victoria Soares
(UFPE)

Foz do Iguaçu
2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M488

Medeiros, Alba Fernanda Pinto de.

Esfera Pública, Neoliberalismo e crise da Democracia Liberal na América Latina: as convulsões sociais no Chile e Colômbia (2019 – 2021) / Alba Fernanda Pinto de Medeiros. - Foz do Iguaçu, 2023.

148 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu – PR, 2023.

Orientadora: Profª. Dra. Renata Peixoto de Oliveira.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Victoria Soares.

1. Democracia. 2. Neoliberalismo. 3. Revolta social. 4. Chile. 5. Colômbia. I. Oliveira, Profª. Dra. Renata Peixoto de. II. Soares, Prof. Dr. Mauro Victoria. III. Título.

CDU 321.7:338(8)

ALBA FERNANDA PINTO DE MEDEIROS

**ESFERA PÚBLICA, NEOLIBERALISMO E CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL NA
AMÉRICA LATINA: AS CONVULSÕES SOCIAIS NO CHILE E COLÔMBIA (2019-2021)**

Qualificação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Coorientador: Prof. Dr. Mauro Victoria Soares
UFPE

Profa. Dra. Victoria Inés Darling
UNILA

Prof. Dr. João Carlos Amoroso Botelho
UFMG

Prof. Dr. Felix Pablo Friggeri
UNILA (suplente)

Foz do Iguaçu, _____ de _____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

AGRADECIMENTOS

A incerteza sobre o que fazer nunca foi um problema pra mim, mas, talvez, a certeza sim. A certeza do desejo sempre foi tão certa que muitas vezes quis querer não querer. Quis sem vontade, era apenas uma peça da mente. O mestrado, dentre todas as coisas, é uma dessas certezas, mesmo com todas as diversidades e as questões que implicavam sustentar essa decisão em meio a uma pandemia em um país governado por sujeitos que viam na universidade um inimigo, esse desejo nunca deixou de fazer sentido. Foi dessas decisões da vida que se toma e não se olha para trás, apenas se agarra com todas as forças e aceita com todos os bons e maus momentos.

A questão sobre os nossos desejos é que eles nunca virão da forma como queremos e esperamos, há sempre uma angústia e frustração inerente ao processo, saber o que se quer não faz com que fuçamos do que não conhecemos, pelo contrário, implica a coragem de enfrentar um mundo que é estranho para nós. Aquilo que é diferente assusta, obriga a abrir mão do controle e, muitas vezes, apenas deixar ser. Do auge da minha neurose, compreender o descontrole e aceitar os meus limites foi saber que os desejos não morrem só porque os medos falam mais alto, pelo contrário, era o que, no final do dia, me fazia ter a certeza de, apesar de tudo, sim, valia a pena, e eu estava disposta a sustentar até o fim.

A verdade é que, mesmo que os desejos não se realizem da forma como acreditamos que eles deviam ser, essa realidade ainda é muito melhor que a ideia que existe apenas simbolicamente na cabeça, e se eles acontecessem exatamente da forma como achava que tinha que ser, então não seria desejo, seria só fantasia.

Mesmo com todas as adversidades que a vida traz com ela, agradeço a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré pela oportunidade de poder sustentar o meu desejo, pela minha vida, minha saúde, minha família e amigos sem os quais eu nunca teria forças para escrever essa dissertação. Agradeço, ainda, pela oportunidade de ter feito as pazes com a minha fé nesse processo.

Jamais terei palavras o suficiente para agradecer à minha família pelo respeito, suporte e apoio a todas as minhas decisões, em especial à minha mãe, Antonia, que sempre acredita mais em mim do que eu mesma e fez o possível e impossível pra que eu pudesse ir atrás dos meus sonhos, sem nunca os questionar, interferir ou diminuir. Obrigada por sustentar meus desejos junto comigo, ser meu maior exemplo de mulher, força, fé, ética, profissionalismo e, acima de tudo, humanidade.

Agradeço ao meu irmão, Fabricio, por sempre ter sido meu grande exemplo como acadêmico e pesquisador, pelo apoio e torcida silenciosa, e por ser meu motorista, mesmo sob protesto, sempre que preciso.

À minha Vó Otacília por todo amor, apoio e torcida não tão silenciosa. Ao meu tio Robson e sua companheira, Lana, por terem trazido a vida de volta à família com o André, por terem confiado a mim, também, a missão de ser madrinha. Por todo apoio em perseguir meus sonhos mesmo quando o medo parece falar mais alto, vocês sempre serão meus exemplos como professores e acadêmicos de excelência.

Ao mais difícil e mais fácil dos agradecimentos, ao meu pai, Ronaldo, e meu avô, Me-deiros. Nesses momentos a gente percebe como o luto tá sempre ali, e se deparar com essa angústia da ausência não é fácil, mas eu sempre tive a sorte de encontrar a saída quando me faltava a ar. Obrigada por ter herdado a sua habilidade ansiosa e curiosa pelo conhecimento, por ter sido o pai que eu precisava, espero ter sido a filha que precisavas também. Ao meu avô, por ter me ensinado a fazer coquetel *molotov*, princípios bancários, ler Marx e que sim, se pode ser burocrata *sin perder la ternura*, nem a utopia. Sei que, de alguma forma, vocês estão aqui comigo. Sempre os amarei.

Ao meu amigo Nilton, pelos anos de amizade, companheirismo, tristezas e felicidades, por ter me permitido fazer parte da tua vida e, especialmente, por partilharmos nossas angústias, medos, desejos e frustrações de forma tão sincronizada. Obrigada por sempre vir de Benevides à Belém, mesmo com a imobilidade urbana dessa cidade, ver uma simples mensagem tua no celular sempre me fizeram sorrir até nos piores momentos. Obrigada por ser o Niltinho, por ser esse acadêmico tão generoso e dedicado que ficou até tarde por dias me ajudando com a revisão desta dissertação.

Aos meus pedacinhos, Ju, Cat, Tay, Mikah, Larissa e Fabi pela amizade e companheirismo desde a faculdade, por todas as vezes que eu fui para UFPA só pelos cafés com histórias criadas no veropesinho e na beira do rio Guamá nos intervalos das aulas. Obrigada por sempre sermos essa rede de apoio e torcida mútua uns pelos outros nos caminhos que escolhemos trilhar.

À Camila e ao Anderson, pela amizade, incentivos e palavras de apoio, por ouvirem todos os podcast que eu gravei em formato de áudio sobre o Chile e a Colômbia. Pelo companheirismo nas angústias e felicidades, obrigada por sempre colocarem meus pés no chão e me permitirem também torcer e vivenciar todas as conquistas (passadas e futuras) de vocês.

Ao meu amigo Heitor, pelo companheirismo e amizade, pelo cuidado e paciência em ouvir minhas teses mais fantasiosas sobre América Latina, discuti-las comigo e sempre opinar

crítica e construtivamente em todos os meus textos, tuas considerações e apontamentos foram essenciais em todas as fases desta dissertação, obrigada por sempre estar disposto a debater e compartilhar comigo. Tua inteligência, dedicação e generosidade acadêmica são exemplos para todos nós que buscamos trilhar à docência. Claro, não poderia deixar de agradecer por ser meu segundo analista nas horas vagas.

À minha amiga Ozana por sempre estar presente ao seu jeito, e por me ensinar que não só se pode sonhar com uma nova cultura política, como se deve.

Ao meu amigo Estevão, por sempre compartilhamos nossas angústias e fofocas acadêmicas, por todas as vezes que eu tive o privilégio de trabalhar contigo e partilhar da tua generosidade e competência, o direito do trabalho brasileiro tem muita sorte em ter entre seus quadros.

Ao meu amigo João Vitor, que está comigo desde o início desse sonho, e a quem eu admiro tanto pela dedicação, inteligência e competência. Obrigada por esses anos de conversas, partilhas de angústias, medos, felicidades, sonhos e muitos choros e vinhos.

Ao meu amigo Nickolas, com quem partilho dos mesmos desejos e frustrações acadêmicas, pelo apoio, conversas e motivação. Minha esperança de que o Direito não morrerá afogado em seu próprio tédio narcísico reside no fato de que ainda não desististe da teoria do direito.

À Natália e a Thabyta, que despreziosamente entraram na minha vida numa aula de espanhol e nunca mais saíram. Obrigada por estarem comigo nessa caminhada.

Não poderia deixar de agradecer aos meus orientadores da graduação, professor Dr. Saulo de Matos, que generosamente incentivou meus interesses pela América Latina e permitiu que eu pudesse trilhar o caminho que escolhi hoje. Ao professor Dr. André Coelho, que mesmo longe, segue nos incentivando, sempre disposto a ensinar e a uma conversa ou duas sobre o porquê devemos subverter o direito. Pelo exemplo ético, profissional e acadêmico de vocês, sou grata por sempre serem tão disponíveis e acessíveis quando precisei.

Ao grupo Pura Teoria do Direito e Teorias Normativas do Direito, por terem possibilitado minha iniciação à vida acadêmica, debates e amigos que levarei para vida.

Agradeço à professora Dra. Renata Oliveira, por ter aceitado orientar esse trabalho do outro lado do país, pela cordialidade e paciência. Obrigada por ter me ensinado tanto sobre a América Latina e sua confusa política, por ter sido sempre atenciosa as minhas ansiedades e compreensiva quando precisei. Espero um dia poder lhe conhecer pessoalmente.

Ao professor Dr. Mauro Soares pela coorientação, leitura atenta e contribuições ao trabalho.

Aos professores do PPGICAL que, mesmo à distância, me fizeram sentir parte do programa, nunca pensei aprender tanto em um período tão curto de tempo. Obrigada pela experiência de ver que a docência vale a pena.

Aos professores, João Botelho e Victoria Darling por aceitarem compor à banca e pelas contribuições ao trabalho.

Agradeço, é claro, à Willie, por ter me ensinado novos tipos de afeto quando eu não sabia onde colocar.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a esta dissertação por ter me salvado de mim tantas vezes, me puxado de volta à vida e dado sentido mesmo quando o medo era o único sentimento. Na falta de forças, ela foi meu lugar seguro, me mostrou a luz quando eu não podia ver, nem respirar. Obrigada por ter sido minha linha da vida.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.

[...] tudo que estava escrito neles era irrepitível desde sempre e para sempre, porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda chance sobre a terra – **Gabriel García Márquez, Cem Anos de Solidão.**

RESUMO

Em meio a um contexto de revolta social e crise da democracia liberal, Chile e Colômbia viram diversos setores da sociedade buscarem nas ruas formas de expressar não somente suas insatisfações, mas as exigências que possuíam em relação ao Estado. Conhecidos como *estalidos*, a escalada das reações sociais em ambos os países andinos parecia desenhar um cenário no qual a sociedade não se via espelhada em suas instituições. Embora sejam países diferentes em muitos aspectos, se unem não somente pelo nível de suas revoltas, mas, também, pela similaridade com a qual as políticas neoliberais estão instauradas enquanto políticas de Estado, de tal forma que chama atenção a linguagem anti-sistêmica que os grupos sociais que saem às ruas passam a reproduzir. Exigindo que o Estado cumpra um papel enquanto partícipe e garantidor de direitos sociais, essas revoltas revelam a vulnerabilidade social promovida pelas políticas neoliberais, bem como o espaço de exclusão formado na esfera pública ao afastar a linguagem de grupos não inseridos na gramática hegemônica e enfraquecer as instituições democráticas. Dessa forma, este trabalho irá buscar, por meio de levantamento bibliográfico e análise teórica, compreender qual o impacto da inserção da racionalidade neoliberal, enquanto gramática normativa da democracia liberal, nos sistemas políticos desses dois países, bem como qual seria o lugar da esfera pública, enquanto espaço de encontro de grupos vulnerabilizados e catalisadora das insatisfações sociais capazes de modificar a gramática de dominação e gerar modificações estruturais robustas.

Palavras-chave: Democracia. Neoliberalismo. Revolta social. Chile. Colômbia.

ABSTRACT

In a context of social disruption and the crises of the liberal democracy, Chile and Colombia rise, in the Latin-American context, as examples of rise against the institutions. Known as *estalidos*, the escalating social reactions in both countries seems to draw a scenario in which society did not see itself mirrored in its institutions. Although different in many aspects, they bound not only by the level of social uprisings, but also, by the similarity with whom the neoliberal policies are instituted as State policies in such a way that groups occupying the streets start using anti-systemic language. Demanding that the State take over its part as participant and guarantor of social rights, this social rebellion reveals the social vulnerability that neoliberal policies play, as well as the space of exclusion that leaves in the public sphere, by moving away the groups that are not part of the hegemonical language, and weakening democratic institutions. Therefore, this thesis search, by the meanings of the bibliographical research and theoretical analysis, comprehend the impact of the neoliberal rationality, while a normative grammar in the liberal democracy, in the political system of both countries, just as what would be the place of the public sphere, as a meeting space of vulnerability groups and a catalytic converter of the social insatisfaction able to modify the dominating grammar and generate robust structural modifications.

Keywords: Democracy. Neoliberalism. Social Rebellion. Chile. Colombia.

RESUMEN

En medio a un contexto de revuelta social y crisis de la democracia liberal, Chile y Colombia se presentan, en América Latina, como ejemplos de manifestaciones contra las instituciones. Conocidos como estallidos, la escalada de las reacciones Sociales en los dos países andinos parecía diseñar un escenario en lo cual la sociedad no podía verse reflejada en sus instituciones. Aunque sean países distintos en muchos aspectos, se ven unidos no solamente por el nivel en que se pasó sus revueltas, pero, también, por la similitud de la forma como las políticas neoliberales son instauradas como políticas de Estado, así que llama la atención el lenguaje antisistémico que los grupos sociales que salen a las calles pasan a reproducir. Exigiendo que el Estado cumpla su parte como participante e garantidor de los derechos Sociales, esas revueltas revelan la vulnerabilidad social promocionada por las políticas neoliberales, bien como el espacio de exclusión resultante en la esfera pública por alejar el lenguaje de los grupos no inseridos en la gramática hegemónica y enflaquecer las instituciones democráticas. Así, este trabajo busca, por medio del levantamiento bibliográfico y análisis teórica, comprender el impacto de la inserción de la racionalidad neoliberal, como gramática normativa de la democracia liberal, en los sistemas políticos de los dos países, al igual, cuál sería el lugar de la esfera pública como espacio de encuentro entre los grupos vulnerabilizados y catalizadora de las insatisfacciones sociales, como capaz de modificar la gramática de dominación y generar modificaciones estructurales robustas.

Palabras llaves: Democracia. Neoliberalismo. Estallido social. Chile. Colombia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E COLONIALIDADE	29
1.1 FORMAÇÃO E ORIGENS DA ESFERA PÚBLICA LATINO-AMERICANA: COLONIALIDADE, DOMINAÇÃO E OUTROS DEMÔNIOS.....	30
1.2 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS ESTRUTURAS POLÍTICAS: REFLEXOS NA ESFERA PÚBLICA E A INTERSECÇÃO COM OS ANDES.....	34
1.3 INSURGÊNCIA POPULAR, NEOLIBERALISMO E O PAPEL DA ESFERA PÚBLICA.....	42
1.4 A INVISIBILIZAÇÃO DE GRUPOS E SUJEITOS DA ESFERA PÚBLICA COMO MECANISMO DE ALIENAÇÃO DO POLÍTICO: PERSPECTIVAS PARA UMA (RE)TOMADA DA ESFERA PÚBLICA.....	47
2 “A ECONOMIA VAI BEM, O PAÍS VAI MAL”: O SISTEMA POLÍTICO COLÔMBIANO ENTRE O ECONÔMICO E O POLÍTICO.....	51
2.1 A VIOLÊNCIA COMO CATEGORIA POLÍTICA NAS INSTITUIÇÕES COLOMBIANAS.....	52
2.2 FRAGILIDADE PARTIDÁRIA COMO SINTOMA DA DEBILIDADE INSTITUCIONAL.....	55
2.3 O PARADOXO DA ESTABILIDADE ECONÔMICA SOBRE O SOCIAL, NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA DOS EUA NA POLÍTICA COLOMBIANA.....	59
2.4 COLÔMBIA NO SÉCULO XXI: ENTRE NOVAS FIGURAS POLÍTICAS, ACORDOS DE PAZ E O PONTOS DE NÃO RETORNO.....	64
2.5 PANDEMIA, REVOLTAS E CRISES DE LEGITIMIDADE: PARA ALÉM DA PAZ, EXIGÊNCIAS DE DIGNIDADE E EXPOSIÇÃO DA FRAGILIDADE INSTITUCIONAL.....	69
3 ENTRE A ESTABILIDADE E O ESTALIDO: A DEMOCRACIA INCOMPLETA NO CHILE.....	75
3.1 A ESPECIFICIDADE CHILENA E A CONSTRUÇÃO DE UMA FALSA “ESTABILIDADE” POLÍTICA NO SÉCULO XX.....	76
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO REGIME PINOCHET COMO FAROL DO SISTEMA POLÍTICO CHILENO.....	78
3.3 A RETOMADA DA DEMOCRACIA E OS ENCLAVES AUTORITÁRIOS.....	85

3.3.1 A Reorganização Partidária e a Ressignificação Neoliberal.....	85
3.3.2 Os Enclaves Autoritários E As Dificuldades De Reforma.....	88
4 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E CONSTRANGIMENTOS INSTITUCIONAIS: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESTITUIÇÃO NO CHILE E NA COLÔMBIA.....	101
4.1 PRECARIZAÇÃO, DESTITUIÇÃO E LEGITIMIDADE: OS LIMITES INSTITUCIONAIS E AS REVOLTAS SOCIAIS.....	103
4.2 PARA ALÉM DE UMA RACIONALIDADE TOTALIZANTE: OS <i>ESTALIDOS</i> COMO MOVIMENTOS ANTINEOLIBERAIS.....	116
4.3 LIMITES DA REPRESENTATIVIDADE: OS DILEMAS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA DESDE O <i>OUTRO</i> OU SOBRE O QUE RESTA QUANDO SE DESTITUI	126
CONCLUSÃO.....	135
REFERÊNCIAS.....	140

INTRODUÇÃO

No quadro político latino-americano dos últimos anos, Chile e Colômbia despontaram como um dos países que viram não somente a insatisfação política aumentar, como enfrentaram revoltas sociais, ou *estalidos*¹ conforme ficaram conhecidos, que tomaram proporções cada vez maiores, onde quase a totalidade do território viu marchas, passeatas, intervenções e greves pararem diversos setores dessas nações. Nesse quadro, conformam-se diversos setores, grupos e movimentos sociais que buscaram nas ruas formas de expressar não somente suas insatisfações, mas as exigências que possuíam em relação à forma do Estado.

Com a escalada das reações sociais, nesses países andinos parecia se desenhar um cenário no qual a sociedade não se via espelhada, nem representada, em suas instituições. Mais que insatisfações com as políticas de governo, as demandas e vozes ecoavam para além de respostas paliativas. No Chile, uma revolta iniciada por estudantes secundaristas pulando as catracas do metrô de Santiago contra o aumento das passagens terminou com o pedido das ruas por uma nova Constituição, que deixasse para trás a atual Carta aprovada ainda durante o regime Pinochet (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022; ZARZURI, 2022; ROJAS, 2022). Na Colômbia, as manifestações e greves gerais se levantaram contra uma reforma tributária, proposta pelo então presidente Ivan Duque, considerada por alguns setores injusta por onerar mais ainda os grupos já vulnerabilizados, logo se tornaram revoltas que ecoavam a insatisfação geral da sociedade pela forma como o Estado vinha lidando com temas sociais (GONZÁLEZ, 2022; VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021; SAADE GRANADOS; BENAVIDEZ MORA, 2022).

Para compreender os motivos e o momento dos *estalidos*, este trabalho tem como proposta a análise do sistema político, por meio de levantamento bibliográfico, relacionando os fatos e argumentos levantados com uma análise de fundo teórico a respeito da influência do neoliberalismo nas Instituições Políticas e no Estado, fomentando uma gramática dominante para dentro da burocracia e das esferas públicas e políticas.

Isto posto, com o intuito de alcançar esse objetivo, destacam-se três conceitos e categorias compreendidos como essenciais para o desenvolvimento do que se sustenta neste trabalho: esfera pública, povo e neoliberalismo, cada um dos quais serão melhor destrinchados

¹ Em espanhol, *estallido* significa a “ação de estalar” ou o ruído que algo produz devido a uma explosão. Nesse sentido, dada a magnitude, tamanho e força das revoltas e manifestações sociais ocorridas, nesses países, se denominou *estallido social* para expressar o movimento desses grupos, movimentos e setores da sociedade. Para os fins deste trabalho, pretende-se continuar o uso do termo, mesmo sem a correspondência exata com o português, para que se mantenha o sentido original atribuído as explosões sociais, motivo pelo qual se usará o termo em itálico e sem “ll”, propriamente: *estalido*.

no capítulo 1. A esfera pública entra nesse trabalho com o intuito não de demonstrar seu papel na modernidade enquanto suposta mediadora entre Estado e sociedade, mas como conceito no qual se pode ver claramente a influência e permanência da colonialidade nas estruturas sociais e políticas (DUSSEL, 2010; PICCATO, 2014; QUIJANO, 2019), de forma a expor com mais clareza sua estrutura contemporânea na América Latina, seus limites e possibilidades. No mesmo sentido, povo aqui, na linha do desenho proposto por Dussel (2010; 2020), se apresenta enquanto categoria política, na qual se concentram grupos, sujeitos, sujeitas e movimentos que existem à margem dos processos políticos, sujeitados a processos de vulnerabilização, exploração e precarização. Por fim, o neoliberalismo se apresenta como um conceito², aqui compreendido enquanto uma racionalidade capaz de fomentar uma gramática normativa, que se infiltra nas instituições políticas e fomenta a exclusão, dificultando a ampliação do debate e a construção de um ambiente mais diverso e próximo do desenho social plural (DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY 2001; BROWN 2015; 2019).

Desta feita, tendo em conta as relações de exclusão no espaço democrático latino, esta dissertação buscou responder a seguinte pergunta: é possível que as resistências e insurgências populares, tais quais as ocorridas em países como Chile e Colômbia, sejam capazes de modificar a gramática de dominação e gerar modificações estruturais robustas?

No mesmo sentido, Ante o desenho acima, a hipótese aqui defendida é a de que, ao afastar os setores sociais mais vulnerabilizados por meio de uma gramática excludente, percebemos a influência que o pensamento neoliberal possui para além da esfera econômica, bem como contribui para a formação de um espaço que, em si, não fora constituído para abarcar a pluralidade social. Ao se deparar com essa nova realidade, os setores vulnerabilizados que compõem o povo se verão excluídos daquilo que compõe a esfera do Estado. Ao não encontrarem mais lugar nesse âmbito, as instituições estatais passam não só a perder sua força, como a própria legitimidade que garante a estabilidade perante esses mesmos setores revoltados, levando a explosão social expressa nos *estallidos* na falta de representatividade do Estado, da Política e até mesmo dos partidos políticos.

Assim, ao ter como contexto as insurgências sociais ocorridas no Chile e na Colômbia, busca-se debruçar não somente sobre o papel dos grupos e sujeitos sociais que fazem parte do movimento de insatisfação com as estruturas políticas, mas o papel do neoliberalismo e suas implicações na política desses países. Destarte, esses recentes eventos de turbulência social e

² Em que pese a disputa acerca de seu significado, conceito e/ou categoria, o objeto do trabalho não é adentrar na análise do neoliberalismo em si, nem em seus impactos enquanto fase/desdobramento do capitalismo, mas a consequências da racionalidade imposta por esse pensamento e seu impacto na Política e na sociedade.

política mostram o rol de narrativas dos diversos setores populares que, mesmo se encontrando em situação de exclusão, foram capazes de catalisar a insatisfação popular, a ponto de gerar crises de legitimidade e representação das instituições políticas desses países.

Países diferentes em muitos aspectos, se unem não somente pelo nível de suas revoltas, mas também pela similaridade com a qual as políticas neoliberais estão instauradas enquanto políticas de Estado. No Chile, de forma mais emblemática, a ditadura militar buscou durante os anos 80 transformar a nação em uma vitrine do neoliberalismo para o mundo, decisão essa que, como veremos em um capítulo mais específico sobre esse país, terá impacto significativo no histórico que leva até os *estallidos* de 2019. Já na Colômbia, apesar de não ter tido uma virada neoliberal nos moldes chilenos, também nos anos 80, viu a política nacional sofrer a preponderância desse pensamento econômico, ao mesmo tempo em que já lidava com a influência dos Estados Unidos por conta do histórico de violência no país.

Não só pela instabilidade política e social que sacudiu esses países andinos entre 2019 e 2022, ambos também convergem na análise dos números acerca de seus resultados econômicos. Conhecida por, apesar da guerra interna contra guerrilhas, paramilitares e narcotraficantes, a Colômbia conseguia manter bons números econômicos, que, apesar de todo conturbado histórico político e social desse país, escondiam os números de uma população empobrecida e um cenário de emprego precarizado³. Na mesma linha, o Chile, sempre visto por seus vizinhos como, talvez, o país mais desenvolvido da região, mostrava que por detrás dos bons números nos rankings⁴ havia uma realidade mais complexa, onde o alto custo de vida e empregos precarizados levavam boa parte da sociedade a viver com altas dívidas e em situação de insegurança em relação ao futuro⁵.

Na Colômbia, de forma mais específica, a construção de um cenário onde a violência poderia ser controlada, por conta dos acordos de paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), pondo fim a décadas de conflito armado, abriu-se caminho para que a sociedade pudesse não somente abrir os olhos para outras demandas, como exigir que o Estado cumprisse seu papel em meio à um país marcado pela desigualdade. Os anos de violência e conflito armado deixaram como sequela um país altamente militarizado⁶ e traumatizado pela

³ Segundo relatório da ONU, as taxas de desemprego passavam dos 15% em meados de 2021, com especial atenção para os altos índices de ocupação informal, que chegavam a 46,7% para o mesmo período.

⁴ Em 2015, o IDH chileno se colocava como o melhor da região, atingindo 0,812 (CALDERÓN, CASTELSS, 2021).

⁵ Segundo Jaime Bassa (2021, p.210), 75% das famílias estão endividadadas no Chile, muitas vezes ligadas a créditos de consumo hipotecário, que fazem com que destinem cerca de 25% da renda mensal para pagar dívidas, tendo taxas de inadimplência expressivas.

⁶ Militarização essa que contou com grande suporte norte-americano na empreitada por meio do plano Colômbia até a instalação de bases militares estado-unidenses em solo colombiano.

violência, histórico esse, muitas vezes, utilizado como subterfúgio por parte do Estado colombiano para que questões de cunho social não fossem enfrentadas, já que o controle da violência no país sempre pareceu um tema mais urgente (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021).

Do lado chileno, a chamada “democracia incompleta” nunca, de fato, deixou de ser uma questão na realidade política e social desse país. O acordo entre a *concertación* e os militares após o plebiscito que decidiu pelo fim do regime militar no Chile, com a manutenção da Constituição herdada desse período, deixou enclaves que, por mais que as reformas constitucionais promovidas nas últimas décadas, e até mesmo a boa vontade de governos que passaram pela *casa de la moneda*, mantinham os contornos autoritários que dificultava a aprovação de políticas de Estado que não estivessem de acordo com a receita de governabilidade que foi prescrita pela Constituição de 1980 (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022).

Que o período militar deixou marcas da qual a sociedade chilena ainda não conseguiu tratar parece ser um tema claro durante as manifestações. Mais que modificar e entregar ao governo o modelo de Estado que se quer ter, o pedido de uma nova constituição carregava o simbolismo de deixar a influência do pensamento de Pinochet fora da sociedade que os manifestantes buscavam construir. Ecoando contra a aparente precarização da vida que parece tomar conta do país, os manifestantes passaram a usar a bandeira *Wenufoye* Mapuche como outra forma de simbolizar que tipo de sociedade se buscava. Não somente palavras e discursos de ordem, havia o pedido por direitos sociais, termo esse inexistente na constituição em vigor no ano de 2023 (PAIRICAN, 2021).

Em ambos os casos, a militarização herdada desses períodos criou uma política de Estado truculenta e repressiva à sociedade, como pode ser observada na atuação dos *carabineros* durante os *estallidos* de 2019 e a forma como a polícia e o exército colombiano repreenderam manifestantes pelas ruas do país caribenho (ONU, 2021; PALMA GONZALEZ, 2020).

Enquanto a sociedade colombiana parecia ainda se recuperar das marcas da violência, o respiro que permitiu ao povo exigir mais dignidade passou a, como no Chile, ecoar mais que palavras de ordem, e exigir por direitos que, apesar de presentes na Constituição daquele país, dificilmente foram respeitados.

Ao exigir esses direitos, o que a população que foi às ruas buscava trilhar era o caminho inverso das políticas que vinham sendo aplicadas nesses países. A neoliberalização da economia de ambos fez com que a falta do Estado em temas como saúde, educação, trabalho, previdência e meio ambiente precarizasse cada vez mais a vida. Ao buscarem amparo junto as instituições

do Estado que poderiam dar vazão as necessidades, o povo não mais encontrava lugar para que essas demandas pudessem ser atendidas, com a supressão desses direitos, se forma uma gramática excludente nas instituições que conformam o aparato estatal, onde, àqueles que não estão dentro dessa linguagem não encontram um lugar no qual se possam se apoiar e, naturalmente, os setores mais vulnerabilizados (mulheres, povos originários, negros e pessoas em situação de vulnerabilidade econômica) serão os mais afetados por essas políticas que modificam o *modus operandi* do Estado.

É nesse ponto que a esfera pública faz parte fundamental desse processo, pois esse conceito consegue centralizar os principais pontos que revelam a insatisfação popular com o sistema político e econômico, e a própria alienação do povo em relação à dominação que ocorre dentro dessa esfera. Dessa forma, se torna uma importante ferramenta para se verificar como a exclusão de sujeitos e grupos é capaz de causar instabilidades políticas e sociais que gerem modificações estruturais mais robustas.

Assim, o modelo neoliberal associado a regimes políticos marcados pelo déficit democrático provoca o esvaziamento e a alienação de pautas populares da esfera pública, de forma a apartar o Povo da esfera política e suas instituições, facilitando a formação de gargalos sociais de exclusão e silenciamento

Desta feita, eventos como a constituinte chilena e a deposição de uma reforma tributária considerada injusta por amplos setores da população Colombiana se mostram como fenômenos capazes de explicar não somente como ocorrem os processos de exclusão e alienação, mas como as consequências adversas do experimento neoliberal na democracia podem propiciar a insurgência de grupos e sujeitos populares como forma de resistência.

Destarte, refletir sobre as experiências neoliberais na América Latina como projetos neocolonialistas, compreender em que contexto se deu a inserção do modelo neoliberal no Chile e na Colômbia, e quais suas implicações imediatas e elucidar como a alienação e a exclusão dessas esferas são capazes de catalisar as insatisfações sociais em uma crise de legitimação e legitimidade que possa provocar mudanças profundas nas estruturas políticas econômicas, se mostram como formas de compreender os *estados*, seus objetivos e o impacto que eles podem ter no futuro de ambos os países, tendo em conta as modificações que causaram na estrutura política dessas nações.

Dessa forma, essa dissertação se dividirá em 4 momentos: no primeiro, iremos fazer um recorrido teórico sobre o breve histórico acerca da Esfera Pública na América Latina e o que seria a racionalidade neoliberal, dessa forma, o objetivo é compreender como essas duas categorias (esfera pública e racionalidade neoliberal) estão interligadas com as crises de

legitimidade e representatividade que levaram esses países à revolta. No segundo e terceiro capítulo o objetivo é traçar um histórico do sistema político colombiano e chileno, de forma que, ao ter essa visão mais ampla dessa formação, possamos identificar quais são os traços e características do sistema político que permitem compreender a inserção do pensamento econômico neoliberal e os impactos que ele passará a ter na esfera política, bem como a forma pela qual irá impactar na forma pela qual a sociedade passa a ter que adaptar a linguagem de suas demandas para dentro das instituições do Estado. Por fim, será apresentada a forma pela qual os *estalidos* se apresentam frente a normativa neoliberal dominante enquanto anti-neoliberais, seus sujeitos, sujeitas e grupos, como catapultam a crise da democracia liberal em um grande grito de insatisfação catalisando anos de políticas de precarização da vida frente aos limites institucionais impostos.

Por fim, quer-se compreender como seu deu essas revoltas e como elas se comportam em relação a figura do Estado da forma como ele está posto nesses países, onde a consciência de que a gramática da esfera política não pode prover as respostas que o Povo possui abre caminho para que outras formas de exigir participação se mostrem em meio aos *estalidos*, com potencial para gerar impacto o suficiente para alterar estruturas excludentes e abrir caminhos para novas formas de pensar a participação política.

1 DEMOCRACIA, NEOLIBERALISMO E COLONIALIDADE

Em um contexto de convulsão social e crise de representatividade na política, busca-se encontrar uma fórmula capaz de explicar o porquê da insurgência de certos grupos e as dificuldades institucionais para que a estabilidade, tão cara à democracia, possa ser preservada. No caso da crise da democracia liberal, muitos movimentos buscam denunciar as implicações econômicas e sociais que ecoam para dentro das instituições, em um insurgir-se para além da esfera que diz respeito ao campo político institucional como forma de dar vazão à falta de representação e ações efetivas. Diante da exclusão social que marca este continente e de seus problemas estruturais, percebe-se no déficit da participação popular da construção de uma democracia sólida, razões para as sublevações sociais recentes.

Quando se analisa os desdobramentos dessa exclusão a partir do contexto neoliberal, o que se nota é como a influência da doutrina tecnicista e produtivista dessa corrente corrobora para o processo de esvaziamento do debate na esfera pública. A partir de uma gramática que exclui aos que não possuem domínio da linguagem dominante, os efeitos do neoliberalismo para dentro da esfera pública reforçam a linguagem de exclusão e engessam as vias institucionais.

Em sociedades marcadas pela desigualdade, a qualidade da participação política parece perder sua força na medida em que aumenta a influência de grupos e pensamentos promovidos pelo neoliberalismo dentro das instituições democráticas. É nesse sentido que a esfera pública desses países passa a ser esvaziada e alienada de sua vocação plural. Ao sofrer com as diversas ofensivas de grupos que passam a dominar esse espaço de mediação entre o social e o político, ela passa a funcionar como um filtro capaz de barrar a linguagem e ações indesejadas pelas forças dominantes dentro dela.

Sendo assim, em países marcados por séculos de desigualdade social, problemas de distribuição de renda e frágeis estruturas democráticas, conforme veremos nos capítulos que seguem, a influência das ideias neoliberais passam a oferecer um campo perigoso quando se tem em conta as consequências dessas políticas a longo prazo. Com o enfraquecimento do Estado, os setores mais vulnerabilizados dificilmente encontram amparo, aprofundando as dinâmicas de desigualdade social e ampliando os processos de esvaziamento de políticas públicas e sociais.

Sem mecanismos institucionais capazes de dar respostas aos problemas sociais acumulados, os setores mais vulnerabilizados sofrem com as políticas de diminuição do Estado e o sucateamento de políticas sociais. Não sendo recepcionados pelos debates que se dão em meio

a uma esfera pública neoliberalizada, esses setores passam a buscar formas pelas quais possam garantir que suas demandas encontrem um local onde possam ser ouvidas.

Dessa forma, frente ao desamparo institucional, que provoca falta de oportunidade, de inclusão e vocalização de preferências com a mediação das instituições políticas e seus mecanismos formais de participação, esses grupos vulnerabilizados passam a encontrar na realidade de exclusão que estão inseridos um fator em comum: a luta pelo reconhecimento de suas demandas. É assim que a sociedade civil passa a se organizar em países como Chile e Colômbia. Frente ao estado de inércia das instituições, e da frágil estrutura democrática, grupos e atores sociais emergem desta realidade de exclusão e passam a reivindicar a esfera pública para si, a partir de uma linguagem inserida fora da gramática de dominação institucionalizada na racionalidade neoliberal.

Sendo assim, este capítulo se debruça em três momentos: no primeiro, o enfoque será sob os aspectos históricos de formação da esfera pública na América Latina, seus principais atores e características mais importantes; levando em consideração os aspectos de colonialidade que permeavam as sociedades latino-americanas durante a formação dos Estados após as independências, buscando definir a estrutura de dominação que se conforma na esfera pública. No segundo momento, se fará um recorrido pela influência do projeto neoliberal na política e como essa possui um impacto que vai desde as estruturas políticas e institucionais até aspectos subjetivos que passam pela sociedade. Por último, se buscará demonstrar como a união desses dois elementos, neoliberalismo e esfera pública, possuem um impacto social e político que pode levar à conformação de elementos de irrupção social tais quais os ocorridos nos dois países andinos objetos do trabalho.

1.1 FORMAÇÃO E ORIGENS DA ESFERA PÚBLICA LATINO-AMERICANA: COLONIALIDADE, DOMINAÇÃO E OUTROS DEMÔNIOS

Se pensarmos a partir do conceito de Esfera Pública provido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (2011, p.135), essa se colocaria como espaço de mediação entre o Estado e a Sociedade que, especialmente com o desenvolvimento do modelo capitalista e da classe burguesa, passa a ter um papel central na opinião pública, fazendo com que seus debates transpassem para o campo político e institucional. Assim, esse conceito passa por uma série de transformações, sendo entendida como “a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público”, onde reivindicam essa esfera pública para si, em detrimento do poder público, “de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social”.

Em que pese as críticas a uma suposta insuficiência do modelo habermasiano de Esfera Pública, ele sistematiza como essa prática fora ordenada, sobretudo durante o século XIX, e seus impactos na tentativa de conformação desse ambiente, do debate e difusão de ideias, que podem nos servir como ponto de partida para análise da formação e alienação da Esfera Pública na América Latina, tendo em conta as insuficiências da tese do autor alemão para realidade da região.

Nesse sentido, falar sobre Esfera Pública na América Latina requer ter em conta o peso que seu passado colonial trás para esse conceito, em especial pelo impacto do projeto de subjugação e alienação iniciado com a conquista dos povos originários. Dessa forma, há de se levar em consideração a formação da subjetividade na região, com a intervenção europeia na realidade social latina durante a colonização, fato que modificou drasticamente o formato e o desenvolvimento da Identidade dos habitantes da região e, por conseguinte, da esfera pública.

Destarte, o projeto colonizador tinha como objetivo transformar os continentes conquistados em uma extensão da Europa, para que pudessem servir aos propósitos econômicos das metrópoles. Para atingir tal meta, era necessário implementar o projeto de encobrimento, como se a história latino-americana tivesse iniciado verdadeiramente a partir do momento da “descoberta” europeia. Assim, todo o passado de organização social, política e econômica dos ameríndios deveria ser olvidada (DUSSEL, 1994, p.130-131).

Aníbal Quijano (2019) ressalta que na América Latina, devido ao processo histórico de colonização, as múltiplas Identidades que residem aqui sofreram um processo de esquecimento e encobrimento de suas subjetividades – primeiro para que pudessem atender aos propósitos da colonização e, depois, na manutenção do silenciamento e opressão de suas vozes e manifestações, possibilitando a manutenção dos interesses econômicos e dos propósitos de dominação. Dessa forma, as estruturas democráticas do continente foram construindo-se de tal maneira que se pudesse, ao mesmo tempo, possuir um discurso que mantivesse a estabilidade social e evitasse inquietações e revoltas, servindo sempre aos interesses das elites dominantes.

Passado o período de independência, os países da América Latina buscavam organizar o Estado e encaminhar a sociedade rumo ao progresso, garantindo a unidade nacional e busca da superação do regime colonial. Assim, os novos Estados buscavam se desvincular da organização política, econômica e social colonial, procurando o reconhecimento enquanto nação dos demais países europeus – bem como dos Estados Unidos, potência emergente na América. Dessa forma, a região era inundada por ideias liberais, com forte influência da doutrina positivista, que buscavam modernizar e inserir a América Latina no mapa das nações globais (PACHÓN, 2017).

Sobressai à história da região nesse período a criação de um mecanismo de dependência autoimposta, onde outras potências do Norte global ocuparam o “vazio” de poder deixado pelas coroas ibéricas. Dessa forma, a substituição de um domínio por outro fez com que as nações desenvolvidas europeias e norte americanas tivessem mais influência na região, facilitando o processo de colonialismo intelectual, mental e teórico, que fomentaram as filosofias políticas e as teorias econômicas que inspirariam as jovens repúblicas latinas (PACHÓN, 2017, p.10).

É nesse ponto que a Esfera Pública que se conformava na região passa a ter um papel importante nos eventos de independência e formação nacional. Uma vez composta, majoritariamente, por homens brancos pertencentes às classes dominantes, como as elites *criollas* na América espanhola e os grandes proprietários de terras, filhos de famílias mais abastadas, que buscavam educação em Europa e retornavam aos seus países com as novas ideias republicanas que ferviam no continente. Esse processo, como veremos melhor adiante, ajudou a conformar a Esfera Pública, trazendo o debate político para dentro da esfera privada, e fomentando os ideais de independência.

Essa subjugação da região impactou na formação da Esfera Pública latina, entregando-lhe contornos diferentes dos que se desenhava no continente Europeu no início do século XIX, essa que fora descrita por Habermas. Enquanto na Europa a esfera pública estava ligada à classe burguesa, à expansão do mercado e ao desenvolvimento dos Estados, na América Latina, ela era composta por um limitado grupo de pessoas pertencentes às elites, tais como nobres, aristocratas, burocratas do alto escalão, membros do clero, advogados, professores e estudantes. Muitos dos quais haviam estudado na Europa e trouxeram na volta às ideias que permearam a revolução estadunidense e francesa (URIBE-URAN, 2000 p.437)

Conforme ressalta Guerra (2009, p.442-443), a esfera pública do período, apesar de formada por atores coletivos, estava tomada por certos grupos familiares e suas clientelas. Apesar da possibilidade de participação universal nesse espaço, não se pode deixar de levar em consideração que também se tratava de um espaço de dominação, onde as elites conseguiram tomar para si a representação simbólica de povo, inspirando os demais grupos sociais com suas ideias ilustradas para que se tomasse o poder e, enfim, implementassem uma nova forma de Estado.

Para compreender essa ideia de dominação dentro da esfera pública, é necessário explicar que Povo é aqui entendido como categoria ampla que, mesmo em sua extensão, quer dizer as massas exploradas e vulnerabilizadas pelo processo de exploração colonial e, posteriormente, inseridos na nova dinâmica dos países agora independentes, mas ainda sujeitos à

vulnerabilização social, que os impedia de ter amplo acesso aos espaços públicos, políticos e sociais, seja por sua condição social (classe), gênero ou raça.

As elites passam, nesse contexto, a assumir o papel de criadora da nação, como a própria encarnação do *Pueblo*, centrando a formação da Esfera Pública da América Latina em debates, temas, discussões e ideias cujo fundamento é pautado pelo iluminismo, mais uma vez, de matriz europeia. Todavia, esse período não se caracterizou por ser uma mudança cultural e democrática, senão, como renovação do paradoxo monárquico por meio da república, que ao final, tinha como objetivo de usar de meios pragmáticos como via de equilíbrio entre novos e velhos poderes (GUERRA, 2009, p.123).

Assim, ideias ilustradas, de matriz europeia/moderna, dominavam a esfera pública da região, e relegavam pouco espaço para Indígenas, negros, mulheres e pobres. A questão desse tema na América Latina reside no fato de que, apesar de clamar pela universalidade de acesso que se possa ter, o modelo de Esfera Pública se via comprometida pelas exclusões de classe, raça e gênero deixados pelos anos como colônia (PICCATO, 2014, p.12). Dessa forma, traz à tona um projeto de encobrimento de uma realidade em busca de uma totalidade dominante, que aliena o diferente dessa esfera e impede inserção de sua forma de vida no contexto que se desenha.

Denota-se, nesse contexto, como a esfera pública serviu para que essas ideias fossem balizadas em prol da independência, em um primeiro momento, criando a sensação de pertencimento à nação e repúdio pela ingerência ibérica na região. Depois, buscava-se legitimar a forma de poder e de Estado que seria implementado no período de formação nacional por meio das ideias que eram debatidas no âmbito da esfera pública, como sentimento homogêneo de vontade popular, mas pautado pelos interesses das elites que dominavam os espaços políticos e sociais (PICCATO, 2014, p.32).

No que se segue, a conformação da esfera pública reforçava a ideia de que os anseios sociais debatidos no âmbito desse espaço homogeneizaram o interesse dos povos que constituíam a nação como um todo, sejam esses parte ou não dos grupos dominantes. O povo deveria, pois, ser inserido na sociedade, sendo formalmente reconhecidos enquanto cidadãos, mas, de verdade, essa inserção se conformava sem propriamente ter a garantia seus anseios e demandas apreciadas, homogeneizadas no conceito de cidadão que, muitas vezes, tinham sua participação nesse espaço dominados por discursos e práticas clientelistas (PICCATO, 2014, p.27).

Resulta que, apesar de inserida no contexto de formação dos estados-nação da região, sob a propaganda de unidade nacional e luta contra a subjugação das coroas ibéricas, pode-se afirmar que a Esfera Pública se conforma como alicerce das elites na busca pela totalidade da

opinião pública e a garantia de independência era uma alternativa legítima às improbidades portuguesas e espanholas na região (PICCATO, 2014, p.23).

Outrossim, a estrutura de vulnerabilização e exploração do povo garantia que a participação deles na esfera pública fosse limitada o suficiente para não causar grandes transformações sociais, e se mantivesse sob controle graças ao sobrepujamento dos ideais ilustrados sob as demandas populares nas instituições políticas e sociais do período. Passa-se, propriamente, a ter uma esfera pública alienada dos interesses do povo, fato que terá impacto na conformação e estruturação das instituições políticas na América Latina, em especial em umas das temáticas que visamos nos debruçar neste trabalho: a democracia.

Assim, essa esfera pública irá se manter, em muitos aspectos, dominada por esses grupos, que passarão a criar uma gramática institucional e burocrática própria para filtrar os debates que ocorreram em seu seio. Com o desenvolvimento do capitalismo e os efeitos das ideias neoliberais sob a América Latina, tem-se um impacto sob as instituições e a própria sociedade. Os desdobramentos dessa nova forma de pensar Estado e economia produzem novas formas de subjetividade que, mais uma vez, obrigam os grupos vulnerabilizados a adaptar sua linguagem as novas dinâmicas em um processo que persiste até os dias atuais e pode nos ajudar a chegar até o ponto em que Chile e Colômbia buscam no estalido social a subversão da esfera pública.

1.2 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NAS ESTRUTURAS POLÍTICAS: REFLEXOS NA ESFERA PÚBLICA E A INTERSECÇÃO COM OS ANDES

Sendo um conceito ainda em disputa, o neoliberalismo pode se apresentar em diversas facetas, desde uma ideologia até uma teoria político-econômica. Todavia, aqui trataremos dessa categoria a partir da tese desenvolvida por David Harvey (2007, p. 22), enquanto sendo uma teoria político-econômica que defende o alcance do bem-estar humano a partir da maximização das liberdades de empreender, na qual a moldura institucional está posta pelos direitos de propriedade individual e do livre mercado e comércio. Da mesma forma, será entendido, ainda, de acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.15), enquanto um sistema normativo, que tem a capacidade de orientar os governos e a sociedade.

Sendo assim, o papel do Estado passa a ser o de garantir que as Instituições Políticas que o compõem estejam de acordo com as práticas neoliberais. Em outras palavras, é dever estatal que seus mecanismos de participação democrática estejam de acordo com os interesses do livre mercado e da propriedade individual (HARVEY, 2007, p.22).

Nesse sentido, a construção subjetiva implementada pelo neoliberalismo, do indivíduo enquanto gestor de si e autossuficiente, reforça a ideologia liberal individualista e promove o

desgaste, desmantelamento e esvaziamentos de pautas identitárias que, em grande maioria, são pertencentes a grupos vulnerabilizados, à margem dos processos políticos e econômicos (DAR-DOT; LAVAL, 2016).

Quando a tecnocracia neoliberal se infiltra na democracia e na esfera política, nota-se como a economia passa a ser um tema central dentro da tomada de decisões. Ignacio Sánchez-Cuenca (2020, p.45) argumenta que, seguindo a cartilha desse modelo, “a teoria econômica pró-mercado deveria prevalecer por sobre as decisões democráticas na economia” (tradução minha), fomentando uma ambiciosa agenda no campo de implementação de políticas, na qual a despolitização da seara política em benefício das atribuições do mercado seria não só eficiente, mas melhores em termos de aprimoramento e preservação da liberdade. De acordo com a lógica promovida pelo tecnicismo neoliberal dentro da democracia, não se trataria de uma rejeição a essa, mas de uma forma mais diminuta, na qual a ideia de “regra da maioria” possa estar mais constrangida à essa agenda econômica, servindo na medida em que contribua para a preservação da liberdade (SÁNCHEZ-CUENCA, 2020, p.52).

Ainda na seara do papel da democracia para o neoliberalismo, trata-se de suprimir o papel que a Política possui dentro dessa esfera, bem como da participação popular, que poderiam nem sempre tomar decisões interessantes do ponto de vista da agenda proposta por essa normativa.

Democracia é um problema porque, mesmo que o interesse em comum possa ser identificado por meio da regra da maioria ou outro método agregador, ainda possui falhas por conta da fraca estrutura de incentivos que aqueles que devem tomar as decisões enfrentam. A ironia é que esse incentivo eleitoral poderia fazer a democracia descarilar: o processo político funciona de tal forma que poderosas minorias são capazes de moderar o Estado a seu favor, ferindo os interesses de muitos. Interesses particulares estão melhor organizados que o público em geral: eles têm maiores incentivos para adquirir mais informações detalhadas e preferências definidas. Esses interesses prevalecem sobre a vontade geral (SÁNCHEZ-CUENCA, 2020, p.51) (tradução minha).

As eleições, dessa forma, não seriam um triunfo da sociedade como um todo, senão que representaria mais a interesses específicos que gerais, destarte, o processo político democrático seria contraprodutivo ou ineficiente, e o interesse público seria melhor mensurado se pudesse ser feito pelo mecanismo de formação de preços do mercado, impedindo que os constrangimentos da políticas (formação de lobbies, corrupção e outros) afetasse e eficiência das decisões do Estado (SÁNCHEZ-CUENCA, 2020, p.51). A democracia seria, nesse modelo, interessante, na medida em que promovesse o enfraquecimento dos grupos por meio da promoção da alternância de poder, impedindo que grupos se perpetuem por muito tempo Estado e promovam regras e leis mais populares sobre a economia deveria se organizar (SÁNCHEZ-CUENCA, 2020, p.52).

Com a influência das ideias neoliberais, observamos como a esfera política acaba submetida a uma racionalidade econômica que permeia todas as decisões tomadas pelo Estado, bem como a estruturação de suas políticas públicas (DARDOT; LAVAL, 2016). Para que essa esfera possa tomar o corpo que a racionalidade do mercado requer, tais práticas se institucionalizam no discurso dos atores hegemônicos, tal qual estão contidas nas tomadas de decisão, garantindo que as políticas e projetos que contenham essa visão de mercado sejam reconhecidas e recompensadas. Por isso, o neoliberalismo não é uma questão ontológica sobre o indivíduo e sua liberdade, mas sim normativa, uma vez que advoga por essa racionalidade econômica nas instituições (HARVEY, 2007, p. 40).

O que chamaremos aqui, portanto, de “gramática neoliberal”, diz respeito ao desdobramento do neoliberalismo, como consequência normativa, sobre a esfera política e a burocracia estatal. Para além da questão econômica, se torna uma verdadeira gramática, na qual os parâmetros de debate, participação e decisão legislativa e formativa de políticas ficam constringidas ao domínio da linguagem dominante dessa racionalidade normativa neoliberalizada. A partir dessa realidade imposta pelo neoliberalismo, grupos vulnerabilizados, como mulheres, populações originárias, pessoas negras, e outros grupos pertencentes a camadas economicamente precárias, não se veem representados pela gramática moderna e contemporânea da esfera pública e da política, uma vez que essas estão pautadas em processos e métodos que não são pensados para a inclusão de visões e formas de vida diferentes.

Destarte, com a ação neoliberal, o Político fica limitado a uma espécie de tecnocracia, que não visa atender os interesses do povo, pois o Estado passa a economicizar e privatizar suas atividades. O neoliberalismo constringe a democracia, tornando mais fácil o processo de deslegitimação das demandas sociais, que, mesmo a sociedade possuindo uma maioria de eleitores não oriundos das classes mais altas, terminam por internalizar e tornar incontestes tal racionalidade. Esse processo de tecnocratização e racionalização economicista leva, então, à crença de que não há alternativa fora do neoliberalismo, facilitando o controle das massas e a supressão dos grupos mais vulneráveis da sociedade (BROWN, 2019, p.78-79).

Na América Latina, o condicionamento e constringimento da política pelo neoliberalismo adquire facetas coloniais pelo lugar ocupado por esses países na ordem econômica internacional, em especial pela influência dos organismos internacionais, em especial os bancos, no Estado latino-americano. Ana María Ezcurra (1998, p.54-55) revela que a realização de empréstimos, muitas vezes, acaba atrelando os Estados à implementação da cartilha neoliberal, instrumentos os quais constringem à implementação de uma série de políticas de cunho não somente econômico, mas em diversas searas da sociedade, impedindo o fomento de políticas

em áreas consideradas mais sensíveis ou até prioritárias, sob a pena de que os valores acordados não sejam repassados aos países.

Pela fragilidade econômica a qual muitas nações latino-americanas se encontram, dada as condições do mercado, a saída por meio de empréstimos a esses bancos, como o Banco Mundial e FMI, mostra-se uma alternativa para garantir o funcionamento do Estado em alguma medida. Assim, o condicionamento da liberação desses valores é fator importante na compreensão de como a normativa neoliberal constrange os procedimentos políticos dos Estados, induzindo à implementação de ajustes econômicos mais ortodoxos, alinhados à agenda neoliberal. Dessa forma, torna-se fácil que os países endividados se mantenham atrelados a cartilha dominantes, ante o impacto econômico devastador que o não recebimento desses empréstimos podem ter na economia, aprofundando a relação de dependência da região em relação aos países do norte global, principais credores desses bancos (EZCURRA, 1998).

A partir da implementação dessa agenda, se institui uma espécie de “governo global”, conforme Ezcurra (1998, p.56), no qual as decisões passam a ser “transnacionalizadas” e há significativa transferência de poder político dos Estados para essas instituições. Tal contexto gera uma subordinação das decisões, tanto a grupos externos como internos – tendo em vista os grupos locais mais concentrados –, na qual a governabilidade fica condicionada às políticas exigidas por esses organismos internacionais, reduzindo o papel dos partidos políticos a buscarem formas de legitimar essas exigências.

[...] De ahí que la democracia liberal capitalista dominante en el mundo Occidental se monte en torno de la competencia de élites organizadas en partidos. En tal esquema, la función de los ciudadanos no consiste en definir políticas y luego elegir representantes que las pongan en práctica, sino sólo en escoger a quienes adoptarán las resoluciones. Entonces, la participación resulta baja porque *las decisiones quedan reservadas a las élites dirigentes*. Éste es precisamente *el mecanismo erosionado por la transnacionalización subordinada prevaleciente*.

En suma, las políticas fundamentales, atinentes a los modelos domésticos de sociedad, no son dispuestas ni por los ciudadanos, ni por los partidos, ni por los gobiernos latinoamericanos. Así pues, la estructura del poder internacional ciñe la gama de decisiones al alcance de los sistemas políticos locales y, con ello, la soberanía nacional y ciudadana. La democracia, tan exaltada por el neoconservadorismo-liberal, queda entredicho. (EZCURRA, 1998, p.57) (grifo da autora).

Tal subjugação desses aspectos políticos se faz possível, conforme Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.113-115), pela forma como o neoliberalismo se institucionaliza nos Estados. Em um primeiro nível pela legislação e, depois, pela “polícia dos mercados”, isto é, a forma pela qual o mercado, quase como uma entidade – ou a mão invisível de Adam Smith – irá influenciar sobre as decisões políticas tomadas pelos governos. A partir dessa institucionalização, passa a se ter uma política ordenadora e reguladora, onde a primeira visa criar as

condições jurídicas da ordem concorrencial, e a segunda como forma de fazer as estruturas existentes evoluírem em direção a uma ordem da concorrência, quase como um poder de polícia, afastando todos obstáculos a implementação desse plano (DARDOT; LAVAL, 2016, p.114-115).

O resultado dessas investidas é que o Estado, ao contrário do que a lógica liberal parece propor, passa a servir como ferramenta essencial à implementação do neoliberalismo. Sem que essas políticas sejam institucionalizadas e formalizadas enquanto leis e políticas de Estado, o neoliberalismo não teria como se impor enquanto lógica dominante, até porque implicaria aos governos a realização de movimentos e a tomada de decisões políticas e econômicas que forneçam as estruturas para o desenvolvimento da normativa neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dessa forma, o neoliberalismo passa a agir enquanto razão, dotado de normatividade, interferindo em todos os âmbitos do público e do privado, e a ideia de sujeito enquanto empreendedor de si passa reverberar na sociedade alterando a subjetividade do Povo. Esse último, por sua vez, passa a se ver enquanto indivíduo, descolado da sociedade; a lógica implementada faz com que os sujeitos passem a se identificar a partir de normatividades que guiam os ideais de liberdade, eficiência e eficácia do mercado.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição, devendo maximizar seus resultados, expor-se a riscos e assumir a inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é, portanto, também, o nome dado ao governo de si na era neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, p.328).

Em meio a essa realidade, a democracia liberal se vê em um cenário de esgotamento, no qual Estado e sujeito passam a se compreendem enquanto empresas, vistos dessa forma dentro da sociedade e da comunidade internacional, gerando uma lógica gerencial, que reforça políticas voltadas para a oferta de serviços em câmbio de políticas públicas, e implica no reforço das desigualdades sociais e de exclusão e fabricam “subcidadãos” ou “não cidadãos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.381). Percebe-se, então, o fenômeno da desdemocratização, onde a democracia passa a ser reduzida a escolha de seus dirigentes e a sociedade de ver afastada das instituições (DARDOT; LAVAL, 2016, p.382-283).

Nesse sentido, as esferas pública e privada se veem esvaziadas:

A racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que se adapta perfeitamente ao que restou dessas distinções no plano da ideologia, opera uma desativação sem precedentes do caráter normativo destas últimas [esferas públicas e privada]. Diluição do direito público em benefício do direito privado, conformação da ação pública aos

critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato próprio do legislativo, fortalecimento do executivo, valorização dos procedimentos, tendências dos poderes de polícia a isentar-se de todo controle judicial, promoção do cidadão-consumidor encarregado de arbitrar entre “ofertas políticas” concorrentes, todas são tendências comprovadas que mostram o esgotamento da democracia liberal como norma política (DARDOT; LAVAL, 2016, p.379).

A influência da racionalidade neoliberal, emoldurando a normativa que passa a reger a gramática institucional do Estado, implica na forma como a participação da sociedade será debilitada por esse pensamento. Na teoria de Hayek, a sociedade se mostraria perigosa para os objetivos de maximização da liberdade pois as demandas de massa poderiam ocupar os espaços do Estado, sequestrando o Político de tal forma que a soberania política e popular seria imprópria para sociedades livres por causarem danos (BROWN, 2019).

Dessa forma, para a premissa neoliberal – e aqui naquilo que Wendy Brown (2019) entende ser pacificado entre as teses de Hayek, Friedman e dos ordoliberais – sendo o Político um espaço aberto à sociedade, se mostraria perigoso para o que se pretende dentro da tese desses autores, motivo pelo qual seria necessário destronar a políticas e “desfazer” o Povo (BROWN, 2015), no sentido de que ambos minariam, com os interesses e poderes coercitivos, ingovernáveis e arbitrários que residem no político. Assim, as liberdades individuais, o mercado e a moralidade tradicional estariam ameaçados pela abertura que o político promove, de tal modo que os poderes políticos deveriam se sujeitar às coordenadas métricas econômicas e mercadológicas, economicidade essa também aplicada ao tecido social, garantindo apaziguamento e subordinação dos possíveis perigos.

Nesse sentido, tudo que significasse uma democracia mais robusta, como movimentos sociais, participação política direta ou demandas democráticas ao Estado, eram identificadas como possibilidades de totalitarismo, fascismo ou governo da plebe. Para os teóricos do neoliberalismo, a democracia baseada no sufrágio universal abria portas para que os Estados fossem controlados pelas classes numericamente superiores, em uma tendência totalitária inevitável, haja vista que os trabalhadores e pobres sempre combateriam o mercado, a menos que fossem condicionados, enganados ou marginalizados (BROWN, 2019).

A crítica à democracia, portanto, se baseia, como já dito anteriormente por Sánchez-Cuenca (2020), pelo dano que ela poderia causar as liberdades individuais, de tal forma que seria necessário que a sociedade fosse desfeita e a política destronada (BROWN, 2015; BROWN, 2019). Com a soberania popular controlada, o governo não seria ilimitado e, removendo a supremacia do Político, essa passa a ser controlado de tal forma que o órgão “ícone” da democracia, o legislativo, estaria livre de interesses particulares e a corrupção. O que se busca, portanto, com as limitações do Povo e do Político é que a tecnocracia apresentada pelo

neoliberalismo possa ser vista como resolução para os problemas que o Político e o Povo promoveriam no tecido institucional, inchando o Estado e levando ao perigo de sequestro autoritário desse pela sociedade.

A partir da compreensão da forma pela qual os conceitos neoliberais são inseridos nas instituições políticas e sociais, torna-se mais fácil compreender como as convulsões sociais chilenas ocorreram, além de trazer à luz a exclusão contida na gramática neoliberal, ao refletirem descontento dos cidadãos desse país com o sistema político que era incapaz de responder aos anseios sociais. Assim, o processo de estranhamento entre o social e o institucional alimentam a distância entre o povo e essas instituições, sendo um fator importante para a perda de legitimidade de todo o sistema político (HEISS, 2016, p.111).

No caso da Colômbia, a política voltada para a estabilização da economia, por meio do experimento neoliberal em detrimento do povo, deixa como herança uma esfera pública esfaclada, dominada por temas que se sobrepõem ao interesse do povo na medida em que esses interesses representam ameaças de grupos privilegiados. A política, portanto, passa a buscar a necessidade de reencontrar a legitimidade da população e a mudar do modelo econômico de desenvolvimento, a fim de combater o esgotamento do mercado interno, a grande dívida e respostas aos gargalos sociais (PIZARRO; BEJARANO, 1994). O problema por detrás dessas modificações de influência neoliberal no país foi, como veremos no capítulo 2, que essa modificação se juntou ao pretexto de proteção nacional, criando a urgência de garantir estabilidade econômica, afastando o povo da esfera pública e política, atribuindo a essas duas categorias características técnicas, de racionalidade economicista e excludente.

Nessa conjuntura colombiana, os *estalidos* sociais refletem o mesmo descontentamento com a gramática, representada no país pelos anos de forte militarização e influência do paramilitarismo sob a escusa de proteção nacional. As décadas de enfoque no combate aos grupos armados, em especial as FARC (forças revolucionárias armadas da Colômbia), fez o país andino deixar de lado muitas demandas sociais, tendo forte apego autoritário, que relegava boa parte dos serviços públicos ao setor privado, com fracos programas que pudessem combater a desigualdade, a fome e a pobreza. O resultado é um país altamente militarizado, onde os poderes do Estado não detinham o controle efetivo do território, dificultando o processo de resolução dos gargalos sociais (PIZARRO; BEJARANO, 1994, p.13).

Em busca de maior estabilidade e resolução de gargalos sociais, a esfera pública e política colombiana passam a ser dominadas por mecanismos que garantissem a ordem e a estabilidade necessária, em especial pelas reformas econômicas neoliberais pelas quais o país passou nos anos 80 e 90 do século XX. Todavia, essa ordem não facilitava o acesso e a inclusão dos

grupos vulnerabilizados, em especial àqueles que sofriam com os conflitos armados. Ao contrário, a política implementada nesse período abriu caminho para gargalos sociais de exclusão, silenciamento e vulnerabilização, violações de direitos humanos básicos foram repetidamente violados sob o resguardo da proteção da soberania nacional (PIZARRO; BEJARANO, 1994).

Nesse quadro, quando passamos à análise da história chilena, podemos vislumbrar melhor os efeitos da vitrine neoliberal que o regime do ditador Augusto Pinochet visava fazer do país. Considerado um laboratório pelo economista Theodore Schultz, mesmo sob a forte repressão política e social do regime militar, os chamados *Chicago boys* implementaram sua visão tecnicista no país, tendo deixado suas heranças mesmo após a derrocada do regime antidemocrático. Sob o pretexto da estabilidade, o modelo continuou se impondo na estrutura política e econômica do país andino, se adaptou ao sistema parlamentar que se implementou no Chile, e as estruturas políticas, embora agora democráticas, mantiveram-se permeadas pela racionalidade neoliberal com a ajuda das instituições e a receita provida pela constituição de 1980, deixada por Pinochet, garantindo aos setores que não estivessem de acordo com essa gramática participação limitada (FISCHER, 2009, p.336).

Ademais, as pretensões constitucionalistas, como forma não só de legitimação do empreendimento, mas de institucionalização do regime, apresentavam-se em consonâncias com as ideias ordoneoliberais acerca da necessidade de criação de um aparato normativo legal que pudesse fornecer as bases para implementação desses princípios econômicos, políticos e sociais (BROWN, 2019; SÁNCHEZ-CUENCA, 2020).

Cabe ressaltar, ainda, o caráter colonialista de tal empreitada no país andino, uma vez que lançava as bases de um modelo que não representava os interesses da população do país. De grande dependência do capital externo, deixava grande parte das atividades essenciais e fundamentais, como saúde, assistência social e educação sob o encargo da iniciativa privada, muitas vezes estava sediada em outros países (FISCHER, 2009, p.330). Tal conformação favorece o processo de exclusão e fortalece o silenciamento de setores historicamente destituídos de cidadania, por ser mais difícil ter acesso a serviços básicos, em especial saúde e educação, e abrindo caminho para a aceleração da segregação social na esfera pública.

Quando no plano contextual político-democrático latino-americano, a questão se torna ainda mais latente na medida em que a sociedade regional é permeada por uma rica diversidade e pluralidade de povos, raças e crenças, que constantemente são excluídas do processo democrático, tendo suas formas de vida marginalizadas e submetidas à lógica neoliberal. Destarte, ao não encontrarem espaço para se expressarem na esfera democrática, sequer titularizando o reconhecimento dessa, tais grupos se tornam vulnerabilizados, estando à margem dos processos

de decisão e participação política. Desse modo, indígenas, negros, mulheres, pobres têm suas reivindicações preteridas em benefício daquelas que se encaixem nos interesses do mercado, tornando o processo de participação e inclusão um caminho tortuoso.

1.3 INSURGÊNCIA POPULAR, NEOLIBERALISMO E O PAPEL DA ESFERA PÚBLICA

Em meio a esse contexto de democracia neoliberalizada, os sujeitos e sujeitas, uma vez situados fora do espectro político, em meio ao dismantelamento de direitos e silenciamento de suas pautas, passam a figurar fora da esfera pública, tendo em vista que a gramática que existirá tanto nesse local quanto nas instituições será de dominação.

Ocorre, porém, um movimento importante dentro dessas categorias. Nesse ponto, os sujeitos e sujeitas passam a perceber que não encontraram respostas às suas insatisfações dentro do âmbito institucional. Em meio a essa constatação, passam a se encontrar novamente na esfera pública, todavia, essa passa a ser vista a partir da exclusão sistêmica de grupos vulnerabilizados em uma perspectiva de resistência, construída por meio de uma narrativa que se conecta pela linguagem dos excluídos.

Trocando em miúdos, em que pese a razão neoliberal estender seus tentáculos para além da esfera econômica, sendo parte da subjetividade dos indivíduos políticos e sociais, ela falha justamente ao desmembrar o sujeito do todo. Ao aliená-lo do papel que cumpre socialmente, o colocando como sujeito livre em si mesmo e autossuficiente, a subjetividade pautada no neoliberalismo insufla e amplifica os processos de exclusão, desarranjando as relações de solidariedade que criam os laços sociais (DARDOT; LAVAL, 2016). Esse processo leva a uma abertura na qual os sujeitos passam a se ver como excluídos e silenciados, sujeitos de não-direitos, reunidos em um movimento de reivindicação da esfera pública para si, revelando seu caráter alienante do político e exigindo a inserção da alteridade nesse espaço (DUSSEL, 2010).

Chegamos, então, ao problema da impossibilidade de prover respostas que tratem o problema e não os sintomas da exclusão e opressão. Em meio a imersão das instituições políticas no neoliberalismo, o conceito moderno de Esfera Pública passa a se mostrar não só insuficiente, mas uma ferramenta para aplicação das medidas normativas de exclusão, minando as tentativas de inclusão de grupos vulnerabilizados no espaço democrático e, por conseguinte, a inserção e reconhecimento da pluralidade latino-americana.

Se seguirmos a lógica da racionalidade explicitada no tópico anterior a inserção desses grupos vulneráveis na democracia se daria na medida que aceitassem abrir mão de alguns (ou ao menos boa parte) aspectos de sua forma de vida, para que, então, pudessem ter acesso às suas reivindicações. Porém, se o debate democrático for levado a cabo dessa forma, não se

tratará verdadeiramente de um debate, mas de uma imposição, onde um lado – mais forte, eis que inserido na lógica de mercado – define as regras de participação e de escuta dentro do espaço democrático (MIGUEL, 2018). Ou seja, tais grupos poderiam adentrar nesse espaço e participar de algumas etapas do processo, desde que estivessem de acordo com a racionalidade neoliberal.

O caso chileno aqui se insere novamente como emblemático como exemplo de engessamento das instituições por parte da democracia neoliberal. A forma como as modificações buscavam ser implementadas pelos governos sempre esbarravam na estrutura legislativa que impunha a busca pelo consenso na modificação dos dispositivos, o que facilitava para os grupos mais conservadores e ligados aos setores do mercado manterem seus interesses sobrepostos aos do povo chileno (HEISS, 2016, p.316).

Na Colômbia, após o acordo de paz com as FARC, o Estado parecia retomar o controle de seu território, mas os anos de militarismo cobriam o preço. O enfoque na luta contra as guerrilhas deixou como herança grupos paramilitares, milícias e cartéis de drogas que dominam diversas regiões do país, mesmo com os significativos avanços feitos para combater esses grupos (VELÁSQUEZ, 2007). Assim, resta uma nação que busca se reconstruir em meio aos percalços de uma democracia dominada por setores conservadores e tradicionais, dispostos a defender os privilégios de pequenos grupos, que ressoam em uma população marcada pela desigualdade de oportunidades e a pobreza.

Tal *modus operandi* enfraquece a democracia plural ao não reconhecer verdadeiramente as reivindicações desses grupos, bem como não proporcionam espaços onde as regras do campo democrático possam ser definidas de forma mais coerente com a diversidade de formas de vida que integram (ou deveriam integrar) esse processo. Assim, a suposta inserção dos grupos vulnerabilizados na democracia neoliberalizada se torna uma espécie de alienação da sua identidade, onde o lado mais fraco deve abrir mão de aspectos da sua forma de vida para que, uma vez de acordo com a racionalidade neoliberal, possam ter algumas de suas reivindicações atendidas.

Não obstante, trazer esse debate para o âmbito latino-americano requer não somente levar em consideração o desmantelamento e a precarização neoliberal, mas – como já dito também no tópico anterior – o papel que a região ocupa no mundo, quer-se dizer, seu papel histórico de dependência política e econômica que os países latinos detêm. Essa colonialidade não é exclusiva ao período de colônia, senão, se mantém na estrutura política e econômica desses países, de tal forma que reverbera os processos de inserção na racionalidade neoliberal com mais

exclusão e silenciamento, sem se levar em consideração os gargalos sociais que já existiam antes da implementação desse modelo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em meio a essa conjuntura, iniciam-se crises de legitimidade do sistema e daqueles que representam essa esfera dominada. Os sujeitos excluídos não veem outra alternativa que não provocar *estalidos* sociais que possam combater a estrutura que os oprime. Essas crises aparecem como intimamente ligadas ao tema da representação na esfera política, na medida em que há um sentimento de não se ver espelhado no âmbito institucional formal que, como veremos no capítulo 4, respiga no vínculo representativo das organizações mais tradicionais, nomeadamente, partidos, sindicatos e suas bases, cada vez mais fragilizado por essa crise de representabilidade das identidades sociais hoje, que não mais parecem se deixar apreender pela gramática dominantes (MIGUEL, 2018, p.175).

São os casos chileno e colombiano, países nos quais os eventos de revolta popular foram capazes de ocasionar mudanças na esfera pública, política e social. Seja pela instauração de uma constituinte inédita no mundo, em um primeiro momento majoritariamente composta por mulheres e liderada por uma líder mapuche, ou pela eleição do primeiro governo de esquerda na Colômbia, ambos representam uma forma pela qual não somente se pode observar a alienação e insuficiência do conceito moderno de esfera pública, mas de como ela pode ser tomada como um espaço de encontro para os grupos e sujeitos sociais à margem dos processos políticos e econômicos.

Nesse sentido, a análise do caso desses dois países pode ser tomada como exemplo de como esse reconhecimento de sujeitos de não-direitos pode ser capaz de catalisar forças sociais que levem a crises no modelo de democracia neoliberal. As revoltas populares nesses dois países se iniciam justamente em setores que são constantemente alvo do desmantelamento das políticas neoliberalizantes: o ataque ao ensino público, universal e de qualidade e uma constituição herdada do regime Pinochet, feita para que o Chile fosse vitrine das práticas neoliberais; e uma reforma tributária que penalizava os mais pobres na Colômbia, seguida da revolta pela precarização e falta de oportunidade aos mais jovens no mercado de trabalho.

O que as revoltas populares revelam nesses países andinos é como essas práticas de desmantelamento e precarização do público, promovida pelas políticas neoliberais, acabam por insuflar processos de exclusão e deterioramento da vida. Isto é, desoneram o Estado de suas responsabilidades sociais e empoderam o setor privado como mecanismo de resolução das demandas do povo. Esse processo, por si só, amplia a exclusão de grupos cuja forma de vida não é abarcada pela racionalidade produtivista. Ademais, fortalecem os processos de alienação da esfera pública dos sujeitos que estão à margem da sociedade, e que constantemente sofrem com

a desigualdade econômica, violências de gênero e de raça, que carregam consigo as heranças e atualidades da colonialidade.

Nesse ponto, convém trazer de volta o debate acerca a estrutura de dominação e opressão montada no período colonial, que serviu para legitimar os propósitos das grandes potências europeias, silenciar as populações originárias e os escravos africanos que vinham para o subcontinente, sendo um projeto essencial para a construção de uma esfera pública que não se projetasse aos desígnios dessa camada da sociedade. Dessa forma, a estrutura política da região se conformou de tal maneira que continuou com o processo de exclusão conforme o capitalismo se desenvolvia, atendendo às demandas das classes oligárquicas brancas, que mantinham as demandas das clivagens mais baixas, negras e mestiças em um profundo processo de silenciamento (QUIJANO, 2019).

Assim, conforme explica Dussel (1998, p. 310-311), tal processo de silenciamento e opressão, com o intuito de legitimação e manutenção da ordem e interesses dos países colonizadores, fora atualizado de forma que pudesse responder às demandas do capitalismo (e, posteriormente, do neoliberalismo), conforme o sistema se desenvolvia na história.

Quando trazemos essa estrutura de dominação para a contemporaneidade, vemos que a esfera pública, como expressão da universalização do acesso e participação no debate político, tem seu papel reduzido na concessão de direitos formais de pretensa igualdade entre todos e todas, mas que, na verdade, serve como pretexto para que se esconda sua face de dominação. Isto é, formalmente, todas são parte do debate político, e podem ocupar espaços tanto na esfera pública como na esfera política, mas, na realidade, encontram um ambiente cujo caminho é muito mais tortuoso e de difícil acesso a todos (MIGUEL, 2018, p.195).

Quando a constituição chilena de 1980, herança do ditador Augusto Pinochet, deixou a estrutura política do país engessada, com forte influência do ideário neoliberal, buscava entregar estabilidade e crescimento econômico, ao substituir o modelo partidário dos anos 60 e 70 por um centrado no mercado como primeira preocupação dos indivíduos e principal alocador de recursos (HEISS, 2016, p. 312).

Ademais, assegurou diversos dispositivos que garantiam a participação social limitada e a garantia de que todos os participantes da vida política chilena estariam de acordo com o modelo deixado pela ditadura. Dessa forma, estabeleceu o texto constitucional fundamentado em valores e princípios da civilização cristã ocidental, quais sejam, liberdade, dignidade e igualdade; não obstante, colocava a família tradicional como núcleo fundamental da sociedade (CARRASCO, 2008, p.305).

Em que pese as diversas reformas que a constituição do país sofreu nos últimos anos, em uma tentativa de torná-la mais inclusiva e plural, de tal forma que promovesse a abertura para as camadas sociais, a mesma permaneceu engessada pela forma como a constituição de 1980 do país estava organizada. Tendo em vista que foi fruto de acordos com setores da direita, garantia a esses setores uma espécie de poder de veto, que dificulta e delonga as modificações políticas e sociais que possam apresentar caminhos para a resolução de gargalos deixados pelos anos de política neoliberal.

Do outro lado, a Colômbia, com a herança da doutrina de segurança nacional e as mudanças que trouxeram a racionalidade tecnicista e economicista à sua política, sob a forte influência dos Estados Unidos, traz a crise de legitimidade e legitimação de suas instituições e representantes nessas instâncias. São essas insatisfações que fazem com que o povo não se reconheça na estrutura política e pública colombiana, o pretexto de estabilidade econômica e proteção nacional não mais se mostra suficiente para sanar os gargalos deixados pelos anos de política excludente no país (VELÁSQUEZ, 2007).

Nesse sentido, conforme ressalta Luis Felipe Miguel (2018, p.30), os grupos excluídos e vulnerabilizados sofrem com a necessidade de adequação de seus discursos à linguagem do campo dominante, enfraquecendo a força dessas lutas. Assim, as demandas, sob o pretexto de se tornarem mais palatáveis, comprometem a legitimidade do discurso desses grupos, que, por sua vez, implica no distanciamento da base social e prejuízo da expressão plena das formas de vida dominadas, fato que corrobora para reprodução das estruturas de exclusão (MIGUEL, 2018, p.53-54).

Isto posto, revela que a simples inclusão dos grupos e sujeitos vulnerabilizados à esfera pública e política, como garantia formal de participação, não abre espaço para emancipação, muito menos para superação das estruturas de dominação e subordinação. Nesse ponto, a fim de encontrar saídas para a falta de representação nessas esferas, tendo que adaptar sua linguagem à dominante, esses sujeitos passam a buscar formas de resistência que sirvam para propósitos de modificações sistemáticas e estruturais, quer-se dizer, ações e manifestações mais radicais, a fim de demonstrar a inconformidade com o sistema posto. É, portanto, uma forma de encontrar opções, fora da linguagem dominante, que enfrentem desigualdade material e as violências sistêmicas, se colocando como alternativa à estrutura que oprime (MIGUEL, 2018).

Dito isso, as estruturas políticas possuem um papel essencial na manutenção desse status quo, garantindo que o oprimido não se rebele contra a estrutura de dominação totalizante. Por isso, os espaços de participação democrática são de difícil acesso à participação coletiva, e de pouca (ou nenhuma) abertura para a alteridade, garantindo que o Outro se mantenha inserido

na lógica de participação consentida, jamais permitindo ao oprimido avançar nessas estruturas e/ou criar novas verdadeiramente democráticas e plurais (DUSSEL, 1998, p.311). É nesse sentido que as revoltas e insurgências populares devem buscar romper com o paradigma dominante, criando formas de resistência anti-sistêmicas, não para se adequar à linguagem opressora, mas, ao contrário, abrir caminhos para mecanismos que possam provocar mudanças estruturais.

1.4 A INVISIBILIZAÇÃO DE GRUPOS E SUJEITOS DA ESFERA PÚBLICA COMO MECANISMO DE ALIENAÇÃO DO POLÍTICO: PERSPECTIVAS PARA A (RE)TOMADA DA ESFERA PÚBLICA

Tendo em conta o impacto do neoliberalismo na política e, por consequência, na estrutura democrática, busca-se um caminho para que a democracia possa ter força para exercer vigilância constante sobre a grande concentração de capital, sem que esse monopolize o Poder Político. Assim, como sugere Wendy Brown (2019, p.37), para o sucesso da democracia, é preciso o engajamento do povo “em formas modestas de autogoverno”, no sentido de que esse esforço possa se voltar para o controle das desigualdades sociais e econômicas que enfraquecem e corroem à igualdade política.

É por meio do que Dussel (2010) caracteriza como não-direito – ou seja, a negativa de compor os processos políticos, econômicos e sociais, de ser reconhecido enquanto sujeito, ou sujeita, de direitos – que os indivíduos podem se reconhecer, em suas particularidades, em um processo de modificação das estruturas. É nesse ponto que a esfera pública revela seu papel catalisador dessas ideias transformadoras, pois se mostra como o local de encontro dessa alteridade negada, capaz de congregiar as forças populares necessárias para prover esse tipo de desarranjo estrutural.

Para que esse projeto seja bem sucedido, o autor ressalta a necessidade de recuperação da própria tradição existente no continente, da práxis, do presente e do passado, dialogando com a modernidade europeia, sem que se crie uma nova modernização, mas sim a subsunção dos melhores inventos da modernidade – dessa vez, desde um lugar ético-ontológico próprio da cultura latina (DUSSEL, 2020, p.33).

Com a abertura ante o Outro, reconhece-se outra história até então encoberta, promovendo o conhecimento de novidades escondidas. Se trata, portanto, de uma alteridade criadora, que antes estava impedida de se mostrar pela tradição totalizante do *Mesmo* e que agora pode se apresentar enquanto novo elemento, impossível de ser exposto em um mundo pautado pela *mesmidade* e que agora, nesse espaço dialético promovido pela alteridade, pode ganhar voz e se fazer ouvido. (DUSSEL, 1973, p.127).

É nesse processo de inserção na *mesmidade*, por meio da simples absorção daqueles que foram excluídos, que a discursividade proposta pelo neoliberalismo não alcança o pretensão potencial emancipatório. Isso porque, conforme Dussel (2020), esse processo de reconhecimento, necessário para a participação no espaço democrático só seria possível pelo intermédio de processos de resistência, considerados pelo autor como um seguir-vivendo – isto é, a perseverança das tradições, das formas de vida, e revoltas pelas quais essas vozes excluídas se fazem ouvidas na sociedade, abrindo caminho para a participação e inserção na esfera democrática e política.

Para corrigir esse problema, o autor argentino recorre novamente à práxis, descrevendo 3 princípios como fundamentais a uma política que se planeja emancipadora e libertadora: 1) material, vinculado à vida do cidadão; 2) formal, ligado ao dever atuar com os procedimentos da legitimidade democrática; e 3) facticidade, definindo os limites de atuação até a sua possibilidade – embora não anarquista e nem conservadora (DUSSEL, 2010, P.80).

Assim, é a democracia que passa a ser entendida como um princípio normativo, como uma obrigação que existe dentro de âmbito intersubjetivo, e seus processos formais devem ser usados de tal forma a sempre buscar incluir vozes silenciadas em seus processos de consenso e de acordo (DUSSEL, 2010, p. 89). Todavia, nesse ponto surge outro problema, ao qual o autor atribui a um certo cinismo, uma vez que as estruturas políticas e democráticas são organizadas de tal forma que não permitam essa abertura ao outro (alteridade), sem buscar inseri-lo na pretensa racionalidade opressora.

Para o Dussel, o povo passa a se tornar uma categoria política, que englobaria todos os movimentos, classes e setores excluídos da sociedade. É dessa negatividade de “não-poder-viver”, da exclusão da esfera pública e da estrutura democrática, que surgiria uma força unitária baseada na exclusão. Para o filósofo argentino, é nessa negação da participação, apesar das diferenças entre os movimentos, classes e afins, que se encontra a unidade (DUSSEL, 2010, p. 107).

Ao contrário do que acontece com o poder hegemônico que, uma vez não mais hegemônico, se transforma em poder fetichizado, dominador e opressor, assumindo o intuito de garantir a manutenção do poder, esse consenso da negação está fundado de forma crítica na consciência da comunidade oprimida, e é essa dissidência que gera a crise de legitimidade capaz de antecipar a criação de uma nova ordem não opressora (DUSSEL, 2010, p. 107-108).

Assim, é iniciado não mais um processo de inserção em um velho sistema político e democrático criado para excluir, mas sim a criação de um sistema novo, baseado na alteridade, que reconhece a pluralidade existente. Esse processo seria dotado de uma verdadeira dialética

entre as instituições modernas e as demandas sociais, baseado no respeito e no reconhecimento do Outro, por tantos séculos olvidado.

Sendo a legitimidade condição para que o modelo de Estado e regime político encontrem legitimação do povo, ante a impossibilidade de a esfera pública representar a pluralidade existente na sociedade, a democracia contemporânea na América Latina se vê em um ambiente instável, dotada de uma forma estrutura de dominação, incapaz de responder à vontade popular. É nesse sentido que Luis Felipe Miguel (2018, p.175) alerta para a crise de legitimidade como sendo, também, de representação, pois se relaciona com a falência das crenças e promessas de que todos teriam a mesma capacidade de influência. Nessa conjuntura, não se vendo representados pela estrutura social e política, os sujeitos e sujeitas passam a buscar mecanismos nos quais possam apoiar suas demandas e efetivar seus anseios.

É nesse ponto que as insurgências sociais de Chile e Colômbia entram como análises importantes de manifestação dessas crises de legitimidade e representação. Com a impossibilidade de respostas aos seus anseios e demandas, a impugnação da linguagem dominante e busca por meios nos quais se possam criar mecanismos de participação onde as estruturas de dominação não engessem as mudanças sociais, esses países, por meio dos grupos e sujeitos que reivindicam suas pautas nas ruas, revelam o caráter excludente da esfera pública e política, passando, enfim, a reivindicá-las para si, enquanto sujeitos e sujeitas de direitos.

Essas manifestações revelam não somente a insuficiência do conceito moderno de esfera pública, mas a própria reivindicação dessa por esses grupos e sujeitos antes encobertos pelas estruturas de dominação e exclusão que a democracia neoliberalizada entrega. Dessa forma, esses grupos passam a expressar formas de vida antes subjugadas sob a ótica neoliberal, como é o caso dos símbolos mapuches e inserção de muitos debates trazidos pelas formas de vida dos Povos originários, bem como da importância que o feminismo e o movimento negro passam a ter nas últimas décadas enquanto forças orgânicas de participação, elementos esses importantes para os protestos sociais em 2019 e 2021. Ao fazer isso, abre-se caminho para modificações estruturais e questionamento de paradigmas e instituições que cumpriam seu papel apaziguador na sociedade. É o caso chileno, que derruba a constituição de Pinochet, e busca a implementação de um novo instituto capaz de dar vazão aos anseios da população do país andino hoje.

As manifestações populares, independente de seus motivos, carregam consigo a legitimidade de pautas que são ancoradas ao menos por algum setor da sociedade, e nesses casos, demonstra a massiva insatisfação do povo com a democracia liberal e a forte influência que o neoliberalismo passa a ter. Uma vez não encontrando espaço para que suas demandas pudessem ser atendidas, sem lugar para o reconhecimento de seus direitos e formas de vida, as

reivindicações desses grupos. sujeitos e sujeitas, nesses países andinos, revela a incapacidade da gramática neoliberal em dar vazão aos anseios populares, demonstrando os limites e o esgotamento da racionalidade economicista de onde derivam, em especial, aos países da periferia do capitalismo, levando a precarização da vida e do trabalho.

Sendo assim, em meio às disputas, relações de dominação e impossibilidade de reconhecimento, as insurgências populares, que pleiteiam demandas mais além da gramática e racionalidade neoliberal, demonstram as insuficiências da democracia contemporânea na América Latina. Em que pese as dificuldades de modificação estrutural, é por meio das reivindicações que não buscam se adequar à linguagem dominantes, das formas de vida que desafiam a ordem dominante, que se pode abrir caminho para lutas que busquem mudanças estruturais na política e na economia.

Nesse contexto, compreendendo melhor como a razão neoliberal pode permear a democracia, seus efeitos no Político e social, a fim de compreender como eles se relacionam melhor com a realidade desses países andinos, faz-se necessário que se analise a formação e características dos sistemas políticos desses países, para que possamos compreender como se dá a inserção dessas ideias e qual o papel esses países ocupam no mundo, bem como os impactos disso perante a sociedade.

2 “A ECONOMIA VAI BEM, O PAÍS VAI MAL”: O SISTEMA POLÍTICO COLÔMBIANO ENTRE O ECONÔMICO E O POLÍTICO

Desde o período pós-independência (1810), o sistema político colombiano tem se caracterizado pela forte influência de figuras regionais na política e a alternância de décadas entre os partidos liberal e conservador, na busca por uma coalizão que pudesse entregar estabilidade em meio ao conturbado histórico de violência e conflito que marcam a identidade política, econômica e social do país. Nesse contexto, se cria um amálgama no seio do país andino, no qual o Estado busca, ao mesmo tempo em que tenta combater o domínio e influência dos cartéis de droga, guerrilhas e paramilitares em seu território, manter uma relativa estabilidade econômica, estratégia essa que tem se validado nas últimas décadas, mesmo a custo das questões sociais. É nesse meandro que a situação política e social e econômica colombiana pode ser resumida nas palavras de Fabio Echeverri Correa, líder sindical do país: “a economia vai bem, o país vai mal”.

Nessa senda, diversos governos, reformas e constituições foram aprovadas como uma tentativa de dar vazão às necessidades do povo colombiano e à tentativa de retomada de controle das regiões dominadas por poderes paralelos; todavia, todas encontraram percalços pelo caminho, nunca conseguindo plenamente atingir seus objetivos. Não obstante se tenha logrado um acordo de paz com as FARC, e retomado relativo controle sobre algumas regiões dominadas por cartéis, ante o enfraquecimento e combate ao paramilitarismo, o país andino ainda sofre com as gritantes disparidades regionais, e, embora tenha mantido o crescimento econômico estável, as consequências da violência trazem como herança uma forte militarização do Estado, além do fato das questões sociais nunca terem sido propriamente enfrentadas pelos governos mais recentes, deixando uma grande lacuna na sociedade colombiana.

É nesse contexto que os cartéis de droga passam a dominar regiões inteiras, em especial uma das maiores cidades do país, Medellín, possuindo, inclusive, grande influência política e tentáculos que se arrastam pelos poderes do Estado. No mesmo sentido, grupos guerrilheiros, como as FARC e o M-19, se inserem na dinâmica política e social se colocando como alternativas revolucionárias a um Estado tido por esses grupos como ineficaz e corrupto. Ainda, como tentativa de combate às guerrilhas, surge a controversa figura dos grupos paramilitares enquanto forma de retomada de controle dessas regiões, mas que logo se mostra uma tentativa frustrada, pois se tornam mais um mecanismo de controle e violência social, que também passa a ter grande influência política.

Desta feita, este capítulo buscará mapear o sistema político colombiano, sua formação, crises, partidos políticos e principais características. Para isso, pretende-se compreender não somente a fragilidade do Estado, mas como a herança de períodos tão violentos, em contrapartida a estabilidade econômica, deixaram graves problemas sociais, por décadas deixados em segundo plano por conta da necessidade de manutenção da segurança nacional, mas que, agora, em meio ao relativo período de paz que o país conseguiu lograr, parecem ter tomado as ruas em uma tentativa de fazer o Estado, por fim, vislumbrar acerca dos problemas sociais que assolam o país.

2.1 A VIOLÊNCIA COMO CATEGORIA POLÍTICA NAS INSTITUIÇÕES COLOMBIANAS

Na sucessão de episódios conflituosos que marcam a história política e social colombiana, a violência passa a adquirir uma importância central para compreender a relação Estado-Política-Sociedade desse país. Seja pelas oito guerras civil pós-independência (1839-1841; 1851; 1854; 1859-1861; 1876-1877; 1885; 1895; 1899-1902) ou pela guerra interna travada contra narcotraficantes e guerrilhas nos anos 80 e 90, a violência sempre se mostrou como ponto intercessor de diversos problemas enfrentados pelo Estado colombiano. Desde a dificuldade de acesso ao território ao impasse de acordos entre os partidos políticos, que levam ao acirramento dos ânimos e a ocorrência desses episódios, ela emerge como uma categoria dentro da política e das instituições na Colômbia, de tal forma que, como veremos mais adiante, na ausência de uma emergência da violência, Estado e partidos políticos encontram dificuldades em responder para além dessa questão nesse país, como se perdessem sua identidade e razão de ser.

As disputas pelo Estado colombiano eram tantas, que desde a reorganização no pós-independência, os partidos e grupos oligárquicos já disputavam acerca de qual modelo (federal ou unitário) deveria ser adotado. María Teresa Uribe de Hincapié (2005, p.18) vê esse período da história do país Andino não somente como uma sucessão de guerras civis, senão, também, de disputas partidárias, motins de clérigos, camponeses e artesãos, que também eram acompanhadas de revoltas da população negra e indígena. Em meio a essa disputa de narrativas, de modelos de Estado e formas de organização, se configura uma espécie de estado de guerra prolongado, que passa a configurar o imaginário de nação e, em especial, a estruturação dos partidos políticos.

Pelo período que segue, na estruturação das instituições, do Estado e dos partidos políticos, há uma intensa alternância entre os partidos liberal e conservador, que leva a alternância

entre os modelos federalistas e unitários, disputa essa acirrada com o fim da *Gran Colombia* em 1830, a qual aprofundou as diferenças partidárias no país (ALCÁNTARA SÁEZ, 1999).

Desse período, sobressai o intervalo em que os liberais estiveram no poder, em especial, pela escalada da oligarquia do café na região de Antioquia, se tornando uma das mais desenvolvidas do país, bem como o investimento dos lucros do café na industrialização do país, contrastando com um Estado federativo que se encontrava funcionalmente nulo.

Em que pese se veja a ascensão da industrialização no país, assim como a estabilidade acerca do modelo promovido pela constituição de 1886, a violência seguia sendo um tema central na vida política e social colombiana. A morte de Jorge Eliécer Gaitán em 1948, líder reformista pertencente às fileiras do partido liberal, o qual, mesmo sem nunca ter chegado à presidência do país, se tornou um dos atores mais importantes no ideário político do país, revela um período conturbado na já complexa e instável política do país andino.

No contexto da violência promovida pelo governo do conservador Mariano Ospina Pérez (1946-1950), o país passava por um momento de instabilidade econômica, gerada pela transformação das forças produtivas internacionais, que acirraram novamente os ânimos. É nesse meandro político que a figura de Gaitán, conhecido como o “encantador das massas”, de personalidade carismática, arrastava multidões e tinha apoio de amplos setores das camadas mais vulneráveis da sociedade (ALCÁNTARA SÁEZ, 1999). Todavia, as ideias políticas de Gaitán não eram bem vistas por diversos setores da oligarquia política colombiana, as quais tinham a prática de assassinar líderes políticos que representassem ameaça ao domínio desses grupos no Estado (ROJAS, 2022).

Todavia, essa etapa marca, também, a perseguição de muitos membros do partido liberal, além de episódios de violência entre os partidos, levadas as últimas consequências após o assassinato de Gaitán e ao que ficou conhecido como *bogotazo*, um estalido social que, apesar do nome, não ficou reduzido à capital, se espalhando por todos os rincões do país e colocando em risco o formalismo democrático da Colômbia (ALCÁNTARA SÁEZ, 1999).

Após o assassinato de Gaitán, a perseguição política no país se intensifica e a prática de assassinar a opositores políticos se institucionaliza na política colombiana, de tal forma que, até o final do século XX, cinco políticos foram assassinados: Jorge Eliécer Gaitán (1948), Jaime Pardo Leal (1987), Luis Carlos Galán (1989), Bernardo Jaramillo Ossa (1990), Carlos Pizarro Leon Gómez (1990) (ROJAS, 2022, p.389).

Analisando o período imediatamente posterior ao *bogotazo*, entre 1950 e 1952, Laureano Gómez, então presidente, realiza um desastroso mandato ao mergulhar o país em uma espécie de guerra civil entre os partidos, enfraquece as instituições e põe em xeque a legitimidade

do sistema. Ao perder o apoio das classes industriais, e sofrendo diversos ataques da imprensa, um golpe militar começa a aparecer como alternativa para retomada da estabilidade, apoiada pela embaixada americana até pelo o partido liberal, que via como uma forma de voltar ao poder (ATEHORTÚA CRUZ, 2010, p.34).

Assim, em 1953 o general Rojas assume o país por meio de um golpe militar amplamente apoiado pela mídia, partidos políticos, e com substantiva influência do governo estadunidense (ATEHORTÚA CRUZ, 2010, p.36). Como demonstra Ayala (1991), o governo de Rojas fica marcado por uma espécie de populismo autoritário que busca a reconciliação de classe e o apaziguamento dos ânimos, com forte apego nacionalista, lançando mão de censura e força pública para garantir a legitimidade do mandato. Ainda, pela falta de experiência política do general, esse período se mostra como uma modificação na tradicional política colombiana, em que se centraliza o poder na imagem do presidente, e a busca de um discurso que possa restabelecer a legitimidade das instituições e devolver a estabilidade.

Marca, ainda, esse período, a crise entre os partidos políticos, que leva ao desmoronamento do sistema político colombiano. Em um contexto de instabilidade, a subida de um militar ao poder, que contava com o apoio do governo dos EUA, parecia dar ao país a estabilidade necessária para que os atores políticos pudessem se recompor e se reorganizar, ao mesmo tempo em que a ditadura controlaria as crescentes questões sociais (AYALA, 1991).

Com a violência política sendo não somente uma crescente, mas praticamente uma característica do sistema político colombiano, os partidos políticos parecem se reduzir cada vez mais a sua oligarquia e aos pequenos grupos elitistas que dominavam esses espaços. O medo da violência afasta o povo da esfera política e cria um ambiente institucional que flutua afastado da realidade social esquecida no país, servindo à manutenção de certas estruturas sociais, atravessada pela repressão e exclusão dos setores mais vulnerabilizados da sociedade (PACHÓN SOTO, 2022).

Com o recrudescimento da violência, essa parecia ser uma categoria que se renovava na sociedade e na política do país. Quando a denominada “frente nacional” assume o país após o regime de Rojas, em 1957, também falha em apaziguar os ânimos sociais e vê o país mergulhar em mais um capítulo violento da história. mesmo tendo como pretexto a retomada do controle e a estabilidade do país, a frente nacional, em meio às disputas dos partidos tradicionais que dominavam a política do país, viram a evolução dos discursos revolucionários e a formação de guerrilhas em seu território, em especial as Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC), o Exército de Liberação Nacional (ELN) e o Exército Popular de Libertação (EPL). Paralelo a isso, o país também viu a escalada do domínio e a violência dos cartéis de droga e a

de grupos paramilitares, amparados pela precária presença do Estado ou pela presença traumática:

Todo lo anterior está asociado a la precariedad de la presencia del Estado o a su presencia traumática, expresada casi siempre en un Estado coercitivo y no en uno que dé respuestas a las carencias y demandas sociales. Esto ha llevado a que, en el mismo espacio nacional, coexistan territorios con una amplia regulación estatal junto con «territorios vacíos», en el sentido de ausencia de un ente regulador que represente los intereses generales. En esos espacios el orden comienza a ser regulado por entes privados con capacidad coercitiva (guerrillas, neoparamilitares, bandas emergentes, milicias) (VARGAS, 2011, p.119).

Com o aprofundamento da violência na Colômbia por quase meio século, a escalada do poderio dos cartéis, a falta de acordos com as guerrilhas e os diversos grupos paramilitares que passaram a dominar, inclusive, setores da política, o início dos anos 90 parecia ser um grande caldeirão preste a entrar em ebulição, em meio às crises políticas e institucionais que se mostravam cada vez mais inevitáveis, especialmente para a frágil conformação política da frente ampla.

Além disso, a guerra interna começa a se apresentar com uma nova roupagem, principalmente pela relação que passa a assumir em um cenário de mundo mais globalizado, especialmente no que tange ao narcotráfico, e que levam, novamente, a uma significativa influência internacional no país, em especial dos Estados Unidos. Tendo sido um ator importante na repressão das guerrilhas no período da guerra fria, no início dos anos 90, essa presença passa a ter novos contornos, tendo em vista a importante virada que o combate às drogas passam a ter na política externa norte-americana, e na qual, dada a conjuntura e influência dos cartéis na política e sociedade colombiana, colocam mais uma vez a relação desses dois países em evidência (ROJAS, 2006, p.43).

2.2 FRAGILIDADE PARTIDÁRIA COMO SINTOMA DA DEBILIDADE INSTITUCIONAL

Como já exposto no tópico anterior, as desavenças políticas entre os partidos políticos colombianos são conhecidas há muitas décadas, de tal forma que as discordâncias entre os tradicionais partidos liberal e conservador extrapolaram os níveis do debate e transbordam para o campo da violência direta contra opositores e grupos que representem ameaça ao projeto político dessas oligarquias. Assim, os partidos se organizaram apartados do povo, muitas vezes se utilizando da delicada instabilidade gerada pela guerra interna para fazer uso das instituições e da burocracia do Estado para seus interesses privados. Na medida em que o país passa a se tornar mais dependente do capital externo e o neoliberalismo avança para dentro da região, essa

normativa dominante parece encontrar o local ideal para implementação da agenda econômica, política e social do neoliberalismo ortodoxo.

Após o fim do governo militar em 1957, o modelo proposto como alternativa pela frente nacional logo se esgotou sem solucionar os graves problemas de violência pelo qual passava o país, promovendo, novamente, o enfraquecimento político do sistema político colombiano. Dessa vez, a hegemonia entre os partidos liberal e conservador havia criado no país a impressão de que apenas havia um partido político, e a possibilidade de oposição havia sido eliminada em nome do entendimento nacional. Na tentativa de retomar o controle político, o partido liberal venceu suas diferenças internas e elegeu Julio César Turbay Ayala (1978-1982), em um governo que foi marcado pela repressão, violação de direitos humanos e a promulgação da Lei Antiterrorismo (ALCÁNTARA SÁEZ, 1999).

O problema do modelo proposto pela frente nacional, conforme revela Vargas (2011, p.118), restava no fato da estrutura ter levado, antes de uma reestruturação do sistema político colombiano, à renovação do *caudilhismo* em sua rede de clientelismo, no qual o domínio regional de certas figuras da vida pública se sustenta por um modelo que suprimiu a oposição e pouco estimulou a participação eleitoral, criando a ideia de um *todo uno*, sem grandes debates democráticos e a diversidade e heterogeneidade próprias dos partidos políticos.

Nesse contexto, conforme ressalta Órtiz (2012, p.133), as instituições, tais quais judiciário, o poder executivo e a polícia, em seu sentido formal, passam a se organizar em torno de estruturas orientadas para fins privados, fazendo com que seus fins institucionais não estejam em consonância com o desenvolvimento harmônico da sociedade, mas sim, correspondam a um grupo minoritário, elitista e fechado. Desta feita, esse processo de supressão do interesse público pela soberania de interesses privados gera uma deturpação que, por si só, já consiste em um processo de violência institucional por privar os mais vulnerabilizados de participarem da esfera política e seus debates de forma plena.

Dada as constantes disputas pelo controle do Estado, os partidos se estruturam não com o objetivo de apresentar um projeto para sociedade colombiana e, sem representar os interesses dessa, serviram como legitimadores do frágil sistema político do país, especialmente em momentos de crise, quando os dirigentes buscam assegurar a manutenção do modelo e da forma eleitoral. Nesse âmbito, antes de ser um representante da sociedade nas instituições de Estado, cumprem um importante papel de relevância em relação ao Estado, o que contribui, uma vez mais, para a fragilidade política (VARGAS, 2001, p.118).

Ante o quadro acima desenhado, podemos vislumbrar, como já exposto no capítulo 1, a forma pela qual a racionalidade neoliberal passa a fomentar sua entrada nas estruturas políticas

do Estado colombiano. Por meio da mudança na subjetividade do seu sistema político – e até judiciário nesse caso –, se criam normativas institucionalizadas pela forma como os governos, os partidos e o membros do Estado operam. A partir dessa entrada da racionalidade neoliberal, instalado seu *modus operandi* no Estado e seu aparato institucional, se cria uma gramática que moldará a forma como a organização política, seja ela partidária ou não, deverá se moldar, tanto para que possa viabilizar sua participação dos processos da esfera política como para que possa garantir a entrada de ideias e ações que estejam de acordo com a gramática dominante pautada pela racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY 2001; BROWN 2015; 2019)..

Em meio à instabilidade política e social, em especial pela crise econômica que assolava a América do Sul como um todo nos anos 90, o modelo proposto pela frente nacional alcança seu esgotamento, levando a Colômbia a importantes mudanças políticas e um novo programa econômico, com a promessa de mais estabilidade por meio do controle da violência. Com a disparada dos índices de criminalidade, especialmente a partir de 1988, quando os homicídios têm um considerável salto, levando a uma crise no judiciário pela congestão e impunidade nos processos, um sentimento generalizado de insegurança quase leva o Estado colombiano ao colapso (PIZARRO; BEJARANO, 1994, P.13):

[...] en primer lugar, una disminución acelerada de la capacidad del Estado para imponer y sustentar un orden colectivo, lo que algunos han calificado como un «colapso parcial del Estado»; en segundo lugar, un cuestionamiento generalizado de las reglas, procedimientos e instituciones que regían el juego político desde el Frente Nacional, lo que varios autores han denominado como una crisis de legitimidad del régimen de «democracia restringida»; y, finalmente, un profundo debilitamiento de la sociedad civil, ocasionado por múltiples factores y catalizado sin duda por los índices de violencia observados a lo largo de la década.

Assim, com o final da guerra fria e a ameaça de uma grave crise econômica, a hegemonia bipartidária começou a perder força, fazendo a oposição ressurgir no país. Sob o governo de César Gaviria (1990-1994), buscava-se transacionar a dinâmica econômica, ampliando a economia de mercado ao mesmo tempo que expandia a democracia, objetivos esses coroados com uma assembleia constituinte que, pela primeira vez, teve sua composição eleita (PIZARRO; BEJARANO, 1994, p.13).

Ao entrar na década de 1990, em meio a uma ambiciosa mudança de paradigma econômico e diversas tentativas de acordos entre os grupos armados, sob a influência da tese de governabilidade neoliberal, começa-se um projeto de modernização do Estado. Creditava-se o problema de instabilidade política e violência as rápidas mudanças sociais e econômicas nas quais irrompem novas classes sociais em um contexto no qual o desenvolvimento institucional

não os acompanha. Para solucionar esse problema, pensava-se que os vazios de poder deixados por esses períodos de violência, os quais tendem a ser ocupados por *caudillos* e militares, fosse substituído por um sistema a longo prazo que consolidasse o problema da organização política permanente, pensamento esse que terminou catalisado pela constituição de 1991 (VARGAS, 2011, p.122).

A constituinte se apresenta, nesse contexto, como uma forma pela qual mudanças mais profundas pudessem solucionar a instabilidade política na qual o país estava mergulhado. Com a aparição de novas forças políticas e a perda de liderança por parte dos partidos políticos tradicionais, desde a metade da década de 80 do século XX, o sistema político se vê em desordem. Assim, com a incapacidade dos partidos políticos em dar vazão aos anseios da sociedade, em especial à grave violência e o domínio dos cartéis nos anos 80, a constituição representava não só uma guinada no modelo de país que se buscava, mas a reestruturação do sistema político colombiano, em especial aos tradicionais partidos Liberal e Conservador (BLEIER; ARÉVALO, 2004).

Ante a aparente limitação e gargalos do sistema político do país andino, o processo constituinte foi visto como um exercício de acordo político entre diversos setores, entre eles se destaca a Alianza Democrática m-19, minorias étnicas, políticas e religiosas, além dos próprios partidos Liberal e Conservador. Essa união de pensamentos plurais institucionalizou o Estado Social de Direito, com uma ampla carta de direitos, tais como a democracia participativa como complemento da representativa, a mudança do modelo de justiça inquisitiva ao acusatório, com a criação da *Fiscalía* (ministério público), a proibição da reeleição presidencial, a independência dos organismos autônomos e dos ramos do Estado com a criação de mecanismos para eleger a Junta Diretiva do *Banco de la República* e a Corte Constitucional (VARGAS, 2011, p.123).

Junto com a nova Constituição, a eleição de Gaviria prometia devolver a legitimidade das instituições em crise enquanto ampliava a economia de mercado, inserindo o país na dinâmica neoliberal, ao mesmo tempo em que prometia aprofundar a democracia. Não obstante, as reformas miravam no fortalecimento do aparato judicial, nas políticas de controle sobre a circulação de armas, na subordinação dos militares aos civis e na reforma da polícia. Enquanto políticas econômicas de liberalização eram implementadas no comércio exterior, no mercado de trabalho, no mercado financeiro e no controle do câmbio, além de reformas administrativas com vistas a eliminar, diminuir o reformular os mecanismos de intervenção e regulação estatal da economia, cujo argumento era promover a competência tanto interna como externa, assim como a ampliar a autonomia do mercado e, por conseguinte, do setor privado (PIZARRO; BEJARANO, 1994, p.16).

Nota-se, portanto, que tais reformas visavam a adaptação do Estado colombiano aos parâmetros estipulados pelo neoliberalismo. Tratava-se do domínio da normativa neoliberal dentro das instituições políticas do país, de tal forma que, mesmo com a aprovação de uma constituição com ampla carta de direitos, em especial direitos sociais e de reconhecimento de direitos das populações originárias colombianas, a reforma política implementada por Gaviria garantiria que a burocracia do Estado estivesse em consonância com a agenda neoliberal, onde a questão social se manteria sem endereçamento e temas mais profundos do gargalo sócio-político do país se manteriam sob a estabilidade necessária para o crescimento do mercado

Portanto, apesar da constituição de 1991 ter inaugurado um novo período na história política da Colômbia, ampliando e reconhecendo direitos, em especial, direitos fundamentais e sociais, Castaño (2002, p.62) chama atenção para o fato desse período também ser marcado por essas reformas econômicas e sociais, chamadas pelo governo Gaviria de “revolução pacífica”, as quais vinham de cima para baixo, isto é, sob forte influência de organismos internacionais, tais quais FMI e o Banco Mundial, acabaram por submeter a soberania nacional perante essas instâncias em busca de credibilidade e crédito. Apesar da tentativa de abertura democrática, a (neo)liberalização da economia nesse período deixou como saldo 17 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo o censo de 1993.

2.3 O PARADOXO DA ESTABILIDADE ECONÔMICA SOBRE O SOCIAL, NEOLIBERALISMO E A INFLUÊNCIA DOS EUA NA POLÍTICA COLOMBIANA

Ante toda complexa realidade política e social colombiana apresentada até aqui, chama atenção a peculiaridade de que o país andino convivesse com o estado de guerra em seu território sem ter sofrido, como os demais vizinhos sul-americanos, abruptos golpes de Estado que marcaram a segunda metade do século XX no continente. Ademais, com os bons números da economia, a guerra interna parecia não abalar os altos índices de confiança do investidor internacional que, apesar das crises políticas e da violência que passaram a ser características do cotidiano colombiano, vivia em consonância com uma economia relativamente estável, sobrevivendo sem grandes sobressaltos até o final dos anos 80 e início dos anos 90, quando a crise econômica assolou a América do Sul (ROJAS, 2006, p.40).

Outrossim, o paramilitarismo é um tema que por si só é um capítulo na história política colombiana, influenciada pela doutrina de segurança nacional, Velásquez (2007, p.137) ressalta que essa estratégia já havia sido usada pelo Estado e por suas elites para manter o domínio e garantir seus interesses, como é o caso da organização paramilitar *La Chulavita*, criada para derrotar aos liberais. Nessa perspectiva, a estrutura dessas organizações foi tomando corpo

conforme a violência escalava o país, ao ponto em que grupos militares, narcotraficantes e setores políticos ligados à direita, em meio às tentativas de acordo de paz impulsionadas pelo governo do conservador Belisario Betancur (1982-1986), vistas como vantagens a grupos subversivos, nomeadamente, as guerrilhas, se considerarem na obrigação de assumir a defesa e proteção dos territórios que o Estado, na opinião desses setores, não estava dando conta.

Nesse contexto, criam-se e financiam-se diversos grupos paramilitares em uma estratégia tida como anti-insurgente, entre as quais se ressalta: *Muerte a Secuestradores (MAS)*, *Escuadrón de la Muerte*, *Muerte a Abigeos (MAOS)*, *Castigo a Firmantes ou Intermediarios Estafadores (CAFIES)*, *el Embrión*, *Alfa 83*, *Prolimpieza del Valle del Magdalena*, *Tiznados*, *Movimiento Anticomunista Colombiano*, *Grillos*, *el Escuadrón Machete*, *Falange*, *Muerte a Invasores*, *Colaboradores y Patrocinadores (MAICOPA)*, *los Comandos Verdes*, *Terminador*, *Menudos*, *Justiciero Implacable*, *Mano Negra* y *Plan Fantasma*, *los Grises*, *Rambo*, *Toticol*, *los Criollos* e *Black Flag* (VELÁSQUEZ, 2011, p.138).

Passada a euforia da promulgação da constituição, Pizarro e Bejarano (1994) chamam atenção para o fato de que mesmo tendo o governo realizado reformas institucionais a fim de entregar maior legitimidade às instituições, elas não lograram solucionar o problema das violações de direitos humanos que eram perpetradas pelo próprio Estado por meio de sua força policial. Ademais, ao contrário de outros países da América Latina, a Colômbia sempre se caracterizou por ser um Estado diminuto em relação à intervenção, forma essa que terá impactos negativos na questão social, em especial temas que tangem à pobreza, educação e infraestrutura. A falta de uma política desenvolvimentista em consonância com o salto direto para implementação de planos neoliberalizantes passa a ter impactos significativos nos gargalos sociais existentes.

Nessa conjuntura, a tentativa de afastamento da influência dos Estados Unidos acerca do trato do tema do narcotráfico durante o governo de Ernesto Samper (1994-1998) rendeu ao país duras sanções. Somente quando o governo Andrés Pastrana (1998-2002) entra em cena, e retoma o diálogo com o país norte-americano, é que uma tentativa de botar o crescimento econômico de volta aos trilhos e a busca por uma solução para o problema violência no país voltam a ser centrais na política do país andino (VARGAS, 2004).

Além disso, a influência do país norte-americano na Colômbia já era presente há muitas décadas. Ainda, desde a formação dos grupos guerrilheiros, os Estados Unidos passa a assumir um importante papel na guerra interna ainda no período da guerra fria, ao ponto de, como destaca Diana Marcela Rojas (2006, p.39), terem se tornado um “ator direto” ao declararem que o conflito se apresentava como uma ameaça à segurança nacional do país norte-americano. Nesse

sentido, a presença do Estado norte-americano na política colombiana passa a ser mais forte, especialmente pela preocupação institucional com a situação dos pretensos grupos comunistas, e o importante papel que a América do Sul representava no tabuleiro do poder global.

Após o escândalo de que a campanha de Samper havia, supostamente, sido beneficiada de dinheiro advindo do narcotráfico, o qual atingiu não somente a figura do ex-presidente como de ministros e dirigentes políticos, e a própria imagem do país no exterior, e gerado novas sanções por parte do governo estadunidense, que isolou o país diplomaticamente, o governo de Pastrana tratou de recuperar a imagem do país do exterior. Em que pese ter passado para a história como um dos piores presidentes do país, o grande logro de sua gestão foi a retomada das relações com os Estados Unidos, uma vez que o caos social, com taxas de desemprego de 18% e escândalos de corrupção, não trouxeram bons resultados à sua gestão, em especial pela forma como conduziu as conversas com as FARC (RESTREPO, 2004, p. 48).

É no governo de Pastrana que a influência norte-americana cresce cada vez mais no país, quando entra em cena o chamado “*Plan Colômbia*”, que, inicialmente, duraria dois anos e contaria com o investimento direto dos EUA, FMI e Banco mundial, a fim de que o país investisse em tecnologia, infraestrutura e, especialmente, em sua força militar para combater ao narcotráfico. Do pacote, boa parte do valor seria aplicado na militarização do país e, em contrapartida, deveria o governo colombiano se comprometer com a observação e não violação aos Direitos Humanos (CHOMSKY, 2000).

Tanto o *Plan Colombia* I quanto o II se destacaram pelo grande volume de investimentos no setor militar do país, além da grande transferência de tecnologia por parte do governo estadunidense para o Estado colombiano, devido ao grande interesse daquele país na situação do narcotráfico na Colômbia. O plano, apesar da grande ajuda financeira que socorreu ao país no período mais duro de sua crise econômica, deixa como herança um Estado altamente militarizado, dependente de atores externos, como o FMI e o Banco Mundial, que o atrela a uma série de requisitos para que as quantias pudessem seguir ao país. Do ponto de vista da política interna e externa, a Colômbia se encontrava atada aos requisitos desses atores, limitando sua atuação e soberania política na tomada de decisões (CHOMSKY, 2000; GUEVARA, 2015; TOKATLIAN, 2001).

Quando o governo de Álvaro Uribe entra em cena (2002-2010), aproxima-se mais ainda as relações com o governo estadunidense, relações essas que já vinham se aprofundando desde o “*Plan Colombia*”, o qual totalizou, ao final, cerca de nove bilhões ao longo de dez anos (ROJAS, 2013, p.122). Esse aprofundamento, por conseguinte, é visto desde que assumiu o

governo, ao buscar respaldo internacional a sua estratégia de segurança, sendo bem sucedido nessa empreitada ao contar com o apoio de Washington (RESTREPO, 2004, p.50).

Mesmo com uma carreira política consolidada, tendo sido governador de Antioquia e senador, Uribe surge no cenário político como um *outsider*, que enfrentaria os problemas de violência do país ao mesmo tempo que renovaria e fortaleceria as instituições de Estado. Ao contrário de seus adversários, se apresentava como distanciado da estrutura tradicional de partidos e sua ideologia, propunha uma política de unidade nacional que se estruturava em torno do combate à violência, pois “sem estabilidade não poderia haver prosperidade”. A mídia foi rápida em capturar sua atenção em direção aos discursos de Uribe, que se apresentava em uma linguagem mais acessível, beligerante e provocativa, que seduzia os setores mais populares (ROJAS, 2013).

Com o objetivo de alcançar suas promessas, manter a estabilidade política, econômica e social, a eleição de Uribe marca o começo do que ele nomeou “doutrina de segurança democrática”, que imediatamente passa a enquadrar os grupos guerrilheiros como terroristas. Além disso, também implicou em uma reforma no modelo das forças armadas colombianas que, apesar de não adentrar em questões doutrinárias, promoveu uma desinstitucionalização dessas, subordinando o poder político ao militar, com o objetivo de combater o inimigo interno, alinhando a política de paz com a política de guerra ao terror dos Estados Unidos (CRUZ, 2015).

A política de Uribe, como ressalta Galindo Hernández (2007, p.152), é um capítulo atípico na política colombiana, na medida em que cria a figura de um presidente que centralizava o poder em si, em um personalismo de características populistas, algo até então inédito no conturbado histórico dos partidos no país. Para além do binômio entre os partidos Liberal e Conservador, o uribismo traz um forte apelo à imagem do presidente, fortalecendo o processo, que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, de entregar mais poder ao executivo. Nesse contexto, a popularidade do presidente chegou a alcançar 70%, fator que corroborou para a polêmica vitória legislativa que autorizou o segundo mandato e abriu caminho para sua reeleição.

Ainda que com o suporte do país norte-americano, e a exigência por parte desse para com a observância dos direitos humanos, a empreitada tem seus pontos controversos, especialmente por conta dos abusos e violações. O escândalo dos falsos positivos, no qual jovens da periferia eram assassinados e classificados como guerrilheiros para que se justificassem suas mortes, expôs a ansiedade dos militares em mostrar resultados rápidos em uma política de contagem de corpos (ROJAS, 2013, p.123). A forte militarização e a brutalidade de combate à violência, especialmente as guerrilhas, renderam grande desconfiança internacional em relação

ao governo de Uribe, devido às inúmeras denúncias de violação de direitos no afã de entregar resultados.

Há de se notar, ainda, que o período de governo de Uribe se dá em um contexto de constante preocupação com o terrorismo, dado os atentados de 11 de setembro, levando a Colômbia a ganhar, mais uma vez, atenção internacional devido ao seu conflito armado interno. Dessa forma, não somente o novo governo tinha que lidar com a constante instabilidade política que se configurava em meio à violência cotidiana do país, como conjugar sua política com as expectativas internacionais em relação ao contexto em que vivia na virada do milênio (VARGAS, 2004, p.87).

Consoante à implementação de uma doutrina de segurança polêmica, novamente vem à cena o paradoxo econômico colombiano. Em contraste com o caos social instalado, o governo Uribe alcançou bons êxitos na economia, chegando a crescer 3,7% ao ano, reduziu o déficit fiscal e manteve a inflação controlada, conforme os acordos estipulados pelo FMI. Em um cenário internacional de alta de *commodities*, em especial do café, o país logrou atrair investimentos e manter a taxa de lucro em níveis que mantivessem o interesse do investidor internacional. Todavia, mesmo em um cenário econômico de aparência favorável, o governo não soube manejar uma política bem sucedida de geração de emprego, nem controlar a dívida pública, em números que chegavam, em 2004, a 15,3% de taxa de desemprego e 32% do PIB comprometido com a dívida pública (RESTREPO, 2004, p.52).

Acompanhando esse raciocínio, Sarmiento (2004, p.95) salienta que os bons resultados econômicos não refletiam na realidade social, uma vez que o país, durante o primeiro mandato de Uribe, vê a população abaixo do nível de pobreza subir de 74,6% em 2001 para 77,7% em 2004. Além disso, dado os gastos no combate à guerra interna, a dívida pública acabava comprometendo boa parte do PIB e a violência havia feito um número considerável de pessoas saírem do campo em direção à cidade, agravando a crise social. Ainda, é importante notar que as políticas do governo, no que diz respeito à questão social, não visaram atacar seu mal-estar, onde a exclusão, pobreza e injustiça social não viam significativas mudanças estruturais com as políticas assistenciais, em contraponto ao crescimento econômico satisfatório que, por si só, não é capaz de solucionar esses problemas.

Mesmo polêmico em diversos âmbitos, especialmente pela sua doutrina de segurança nacional, o governo tinha amplo apoio social, e a economia novamente se via recuperando o fôlego que havia perdido na última década, sem, todavia, realizar as reformas estruturais profundas que o país necessitava, nem resolver os gargalos sociais (ROJAS, 2013). Ainda com melhoras nos índices de violência, o conflito interno e a doutrina de segurança democrática de

Uribe haviam mantido a Colômbia como um dos países mais desiguais do continente, deixando o desafio de solução dos gargalos sociais para o futuro.

2.4 COLÔMBIA NO SÉCULO XXI: ENTRE NOVAS FIGURAS POLÍTICAS, ACORDOS DE PAZ E O PONTOS DE NÃO RETORNO

Após muitos séculos tendo a violência como catalisadora da atenção social e política, o país entra no século XXI com uma série de questões que haviam sido relegadas em detrimento da busca por uma estabilidade política, em especial pela fragilidade dos partidos, além da própria guerra interna que existia. Nesse sentido, em um país altamente desigual, marcado pelo controle de diversos lugares por poderes paralelos, a sociedade começa a demonstrar sinais de cansaço em relação ao abandono que sente em relação ao Estado e seu dever em cumprir com políticas públicas e sociais. Dessa forma, este tópico irá buscar passar pelas principais questões que foram decisivas para a história do país, seus embates políticos e questões sociais, com o intuito de adentrar melhor nos motivos do *estalido* social de 2021.

Nesse contexto, a doutrina de segurança uribista, apesar da desconfiança e das diversas denúncias de violação de direitos humanos, e da polêmica ao redor da reinserção de grupos paramilitares, havia enfraquecido militarmente aos grupos armados, permitindo ao Estado retomar o controle de algumas zonas e estabelecer níveis satisfatórios de segurança.

Herdeiro político de Uribe, Juan Manuel Santos (2010-2018), ex-ministro da defesa do governo que sucedeu, assumiu o país em 2010 e, por sua vez, faz um governo não tão atrelado às ideias uribistas e logra um bem sucedido acordo de paz com as FARC. Com uma postura menos belicista, Santos busca ter bons resultados por meio de manobras de negociação, retoma o diálogo com os países vizinhos, os quais o a gestão anterior havia deixado de lado, mas mantém a mesma política econômica e social (ALCÁNTARA SÁEZ, 1999).

Seguindo a linha das gestões anteriores, Santos aprofundou as políticas econômicas neoliberais implementadas no país desde os anos 90, a partir do que denominou “*Las Locomotoras de la Prosperidade*”. Essa estratégia visava tratados de livre comércio, atração de investimento estrangeiro, o retorno do enfoque em uma economia primária de exportação de recursos energéticos e minerais, desenvolvimento da estrutura transporte e comunicações para integrar a economia nacional com a global. Não obstante, na política externa, a nova administração fez mudanças significativas, não se concentrando somente na relação com os EUA, buscava retomar o diálogo com os países vizinhos e a presença da Colômbia na região, em especial a Venezuela e Bolívia, abandonando a visão de amigo-inimigo deixada pelo uribismo, bem como o empenho em estreitar relações com a Europa e China (ROJO, 2013, p.125-126).

Outrossim, no primeiro ano de mandato, o novo mandatário conseguiu resultados positivos no PIB e a estabilização da inflação que, em conjunto com uma taxa de desemprego na casa do 9%, garantiram ao novo governo a estabilidade econômica para seguir com seu programa. Porém, há de se ressaltar que essas políticas neoliberalizantes, mais uma vez, não se endereçavam a solucionar problemas sociais e, nesse contexto, algumas tentativas de reformas e privatizações foram frustradas, como foi o caso da reforma educacional, cuja base objetivava envolver o setor privado no financiamento da educação, criando novas instituições privadas com ânimo de lucro e geração de vagas. Em um país com profundos problemas de desigualdade, e onde até as universidades públicas tem custos, vários estudantes e professores foram para as ruas em protestos contra o programa, pois, para esse seguimento, a reforma aumentaria o custo da educação e dificultaria mais o acesso (WILLS-OTERO; BENITO, 2012).

Enquanto a economia parecia sob controle e a questão social parecia não ser uma prioridade, a administração de Santos se destacou pelas negociações de paz e o bem sucedido acordo com as FARC em 2016. Em uma postura menos beligerante que o antecessor, em setembro de 2012, o governo revelou que conversas secretas estavam sendo realizadas com a guerrilha e tinham como pontos os seguintes temas: 1) Reforma rural integral; 2) Participação política; 3) Fim do conflito/cessar fogo; 4) Drogas ilícitas; 5) Acordo sobre vítimas, incluindo a Justiça Especial de Paz; 6) Protocolos e mecanismos de implementação, verificação e referendo (RODRÍGUEZ-RAGA, 2017, p.336-337).

Com as negociações acontecendo em Havana, e o aval dos Estados Unidos, em agosto de 2016 é anunciado o documento final do acordo, o qual foi submetido em outubro do mesmo ano a um referendo. A campanha contou com a posição contrária do então senador e influente ex-presidente Álvaro Uribe, ao qual se juntam o também ex-presidente Andrés Pastrana, o ex-procurador geral Alejandro Ordóñez e setores da igreja católica, que viam o acordo de paz como uma grande concessão as FARC, a qual consideravam uma organização comunista e terrorista. Em meio a forte campanha contra o acordo, o “não” saiu vencedor, obrigando o governo Santos a reabrir as negociações levando para a mesa de negociação as críticas levantadas por seus detratores. Após a inclusão desses novos pontos, o acordo foi submetido diretamente ao congresso e aprovado em 30 de novembro do ano em questão. Tendo as FARC largado as armas, se iniciava uma nova etapa na história colombiana (RODRÍGUEZ-RAGA, 2017).

Em meio a um clima de esperança e de um bem sucedido acordo que parecia pôr fim há anos de violência, Santos ainda amargava uma popularidade muito baixa, que nem mesmo o Nobel da paz que o processo de negociação com a guerrilha lhe rendeu, ou a lei de vítimas, que tentava solucionar o problema de terra em regiões de conflito, conseguiram dar ao presidente a

aprovação da sociedade. Rodríguez-Raga (2017, p.344) mostra que, com o declínio da violência no país, o conflito interno não mais se mostrava como a principal preocupação nacional como em outros períodos, e preocupações tais como a pobreza e a corrupção, questões essas que acabaram sendo relegadas frente a situação de violência e que, paradoxalmente, parecia, a partir do acordo de paz, finalmente ter deixado espaço para que a sociedade endereçasse suas insatisfações a outros âmbitos.

Nesse novo cenário que parece se desenhar na política e na sociedade colombiana, entra em cena Ivan Duque (2019- 2022), economista e político do partido Centro democrático, que já havia ocupado o cargo de senador e de representante da Colômbia junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a violência não sendo mais o principal catalisador de atenção no país, a nova administração assume já com a finalização do processo de paz e o referendo dado pela Corte Constitucional, sob promessa de reformas políticas que possam dar mais governabilidade e o enfrentamento das questões sociais antes esquecidas.

Tendo seguido o mesmo programa econômico de seus antecessores, Duque continuou ampliando a política neoliberal e se destacando na política externa pela dura postura frente ao governo Maduro na Venezuela. No que parecia ser mais uma etapa do histórico colombiano de “a economia vai bem, o país vai mal”, a gestão atual se destaca mesmo pelos *estallidos* sociais de 2021, que levaram milhares às ruas do país, em um cenário social quicá jamais visto, exigindo melhores condições de vida, emprego, e, o estopim das manifestações, contra a proposta de reforma tributária proposta pelo governo.

Em um informe trimestral de setembro de 2021 (ONU, 2021), o Conselho de Segurança da ONU, por meio de sua Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, ressaltou que a administração de Duque não estava cumprindo com o papel de prover segurança a populações indígenas e afro-colombianas. Ademais, havia observado o agravamento da situação de insegurança em alguns setores do país, o que se amplia com a violência policial ante os protestos no país, mesmo após o governo ter anunciado a reforma da força policial.

Para rastrear as raízes das manifestações de 2021, devemos voltar ainda em 2019, quando uma onda de protestos sacudiu o país em 21 de novembro daquele ano, após o presidente questionar 6 dos 159 artigos da Lei Estatutária da Jurisdição Especial para Paz (JEP)⁷, lei essa que já havia sido ratificada pela Corte Constitucional da Colômbia, bem como elevado o acordo realizado em Havana ao status de Lei Constitucional (VALENCIA GUTIÉRREZ,

⁷ Mecanismo jurídico de transição parte dos acordos de paz firmado com as FARC em 2016, por meio do qual são investigados e julgados membros da guerrilha, da força pública e terceiros que tenham participado dos conflitos.

2021). Nesse contexto, em um governo que, mesmo ainda em seus primeiros meses de mandato, já se via fragilizado politicamente, com dificuldade em se organizar e sofrendo críticas de diversos setores mais vulnerabilizados da sociedade colombiana, o gesto não fora visto com bons olhos, pois, conforme revela Alberto Valencia Gutiérrez (2021, p.28):

El tercer punto de desencuentro entre el gobierno y la sociedad civil tiene que ver con la renovada importancia que después de las negociaciones con las FARC adquiere el problema social. Durante el año 2019 se desataron movilizaciones ciudadanas en varios países de América Latina (Brasil, México, Ecuador, Argentina y, sobre todo, Chile) como resultado de la irrupción de un malestar social relacionado con la corrupción, la desigualdad, las pésimas condiciones de vida de amplios sectores, la amenaza de perder los escasos logros sociales alcanzados, la dificultad de poner en marcha las posibilidades de cambio que ofrecían las instituciones democráticas y los estragos producidos por el modelo neoliberal en las últimas décadas.

Assim, nota-se como o acordo com as FARC fora visto como um ponto de inflexão não só na vida política do país, mas na vida social, permitindo que, sem a urgência do combate à violência causada pelo estado de guerra interna, as demandas sociais pudessem chegar à superfície do debate político. Essa mudança de status promove a organização de diversos setores da sociedade, como movimentos feministas, estudantis, indígenas e de trabalhadores, por melhores condições de vida, de tal forma que a manobra de Ivan Duque, de questionar a normativa proposta pela JEP, provocou uma onda de manifestações sociais em apoio as medidas do acordo que haviam sido implementadas até àquele momento.

A explosão que se vê em 2021, portanto, parece já encontrar eco nessas manifestações de 2019, não somente pelo apoio ao Acordo de Paz, mas, também, pela possibilidade de pensar questões sociais que a violência antes não permitia espaço no âmbito político. Dessa forma, é possível traçar o mapa que leva aos grandes *paros* e manifestações ocorridas em 2021 ao ano de 2019 enquanto preparadores desse momento. Não obstante, a pandemia de COVID-19 em 2020, em lugar de acalmar os ânimos, por conta do isolamento social, traz para o campo político e social o acirramento do gargalo da pobreza, do desemprego e da precarização da vida no país (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021).

Ante esse quadro, quando as manifestações e greves gerais passam a tomar as ruas em 28 de abril de 2021, e a agenda política e social colombiana, o estopim delas, a tentativa de reforma tributária por parte do governo Duque, serve como catalisadora de insatisfações não somente com o governo, mas com o Estado colombiano e seu sistema político incapaz de propor soluções. Em uma sociedade empobrecida e precarizada, a pandemia havia feito os números da pobreza e desemprego atingirem níveis mais alarmantes dos que os já existentes antes desse período. Nessa senda, uma revolta que se inicia contra uma proposta do governo acaba tomando proporções maiores na medida em que se une a setores como estudantis, feministas, indígenas

e de trabalhadores exigindo o reconhecimento de seus direitos, a retirada da proposta de reforma tributária e uma postura mais ativa do setor político do país no que tange ao tema social (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021; VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021).

Conclui-se, nessa senda, conforme Alberto Valencia Gutiérrez (2021, p.28), que a política do governo em relação aos acordos de paz com as FARC não tinham sido bem vistas pela sociedade, e os problemas sociais que assolavam o país haviam sido renovados por esse processo, posto de volta à cena como algo que poderia ser agora tratado, e voltar a antiga política de trato com as guerrilhas somente aprofundaria as clivagens sociais.

[...] El hecho fue que la “réplica” se dio y el 21 de noviembre de 2019 se produjo una movilización sin antecedentes en la vida política del país, no focalizada en un aspecto específico, con gentes venidas de muy diversa procedencia, que buscaban expresar a sus anchas el malestar. La movilización fue espontánea, sin liderazgos claros y precisos, frente a un Estado que de manera crónica había fracasado en dar respuesta a sus inquietudes.

El gobierno no se sintonizó una vez más con lo que estaba ocurriendo y, de manera eufemística, estableció mesas de “conversación” y no de negociación, que finalmente no llegaron a nada. El presidente seguramente pensó que con la llegada de la pandemia la protesta ciudadana ya no tendría justificación y las reivindicaciones sociales de ese momento pasarían a segundo plano, sofocadas por la gravedad del virus que se salía de la esfera de su dominio. La posibilidad del contagio introducía un nuevo motivo de temor que alimentaba y reemplazaba el miedo anterior, que había sido la clave de la política de Seguridad Democrática.

La violencia en Colombia siempre ha sido positivamente funcional para el sostenimiento del statu quo, razón por la cual muchos líderes políticos se han empeñado en conservar cierta dosis de conflicto con los grupos armados, porque permite mantener atemorizada a la población y dar legitimidad a banderas políticas que se comprometen con la defensa de la vida más que con los intereses generales de los ciudadanos [...] (VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021, p.29).

Em um protesto sem líderes, a construção de diálogos e acordos com o governo se tornava mais difícil, especialmente na medida em que havia um grande sentimento de não representação daqueles que compunham as manifestações em relação as Instituições Políticas e ao Estado, até mesmo movimentos e partidos sociais possuíam dificuldade em construir diálogo com as vozes que vinham da rua (VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021).

Apesar dessa dificuldade em definir líderes, pela espontaneidade, inorganicidade e pluralidade do *estallido*, tendo a greve como uma ferramenta de disputa e resistência, Archila Neira (2021) revela como os setores sociais criaram um comitê nacional de greve, sustentados em torno de três pilares: 1) o modelo de desenvolvimento econômico; 2) as violações de direitos humanos e 3) os fracassos do governo. O impopular governo de Ivan Duque enfrentava, ainda, duras críticas pelo manejo com a fase final do acordo de paz com as FARC, devido a omissões por parte de sua gestão. Em que pese o comitê não representar aos manifestantes e suas pautas como um todo, ele serviu para que pudessem se organizar as greves nacionalmente, essa que passa a ser uma ferramenta e característica essencial da revolta colombiana.

Com a aproximação das eleições, a continuidade do mandato de Ivan Duque se via ameaçada pelos protestos e problemas em finalizar de forma satisfatória o processo de paz. A sociedade colombiana parecia despertar para a situação política e social, ao mesmo tempo em que não queria abrir mão dos avanços das últimas décadas, com a relativa estabilização da violência. Revela-se um momento em que se faz, enfim, possível se atentar para que o Estado possa se concentrar em ações que visem o social e, talvez, um novo modelo de desenvolvimento.

Da mesma forma, com a aproximação da assinatura que põe fim ao processo de paz que se iniciou com o acordo com as FARC, o país se vê em um novo paradigma no começo da nova década. Não mais enfrentando graves problemas de violência como nos anos 80, como muitos países latino-americanos, a Colômbia tem vários problemas sociais e, em especial pelo conflito interno, uma herança de ser um dos países mais desiguais do continente sul-americano. Com a pandemia de COVID-19 em 2020, viu o acirramento dos problemas políticos e sociais, os quais o governo não conseguiu propor soluções satisfatórias, levando às manifestações e greves nacionais desde o início de 2021.

Ante os novos desafios, os estalidos sociais parecem demonstrar que mesmo que a economia colombiana possa ter sobrevivido sem muitos percalços ao conturbado histórico político e o arrastamento da guerra interna, ela, por si só, não é suficiente para solucionar os gargalos sociais. Ao questionar o modelo de desenvolvimento, as manifestações podem também questionar a forma de democracia liberal, em especial a influência do neoliberalismo no modelo econômico. Assim, os protestos podem abrir novas vias de participação política, que poderão ser vistas nas próximas eleições e também nas possíveis reformas constitucionais que podem acompanhar o clima de revolta social.

2.5 PANDEMIA, REVOLTAS E CRISES DE LEGITIMIDADE: PARA ALÉM DA PAZ, EXIGÊNCIAS DE DIGNIDADE E EXPOSIÇÃO DA FRAGILIDADE INSTITUCIONAL

Com o conturbado ano de 2021 no país, a Colômbia entrou em 2022 ainda sob a onda de instabilidade social e política que havia sacudido os ânimos desde 2020. Com a taxa de pobreza extrema em 15% (SAADE; BENAVIDES, 2022, p.20), os setores que saíam às manifestações e realizaram greves gerais por todo país pareciam seguir com força para exigir das instituições que não fechassem os olhos para o que a rua clamava. Em um país onde a violência faz parte do DNA político e social de uma forma muito própria, a insatisfação do povo parecia o clamor de pelo fim das décadas vividas sob a guerra interna que assolava seu território. Passava a se exigir, mais que respostas, dignidade.

Em um estalido como o que se iniciou em 2020, deixa-se na sociedade pensamentos a respeito de que Colômbia se buscava construir, em um momento no qual os acordos de paz permitiram ao país sentir que era possível construir um caminho estável, a realidade social de pobreza e desigualdade passa a soltar aos olhos. Com instituições vistas por boa parte da sociedade como manchadas pela corrupção, o Povo passa a vê-las como incapazes de prover as respostas que o movimento difuso e plural procurava.

O histórico político conturbado na Colômbia, como vimos nos tópicos anteriores, já não era um tema novo para os cidadãos do país, bem como a miséria, as desigualdades sociais, a falta de assistência por parte do Estado em setores como educação e saúde, e o já conhecido tema da violência, todavia, que fatores explicam que as explosões tenham ocorridos justamente naquele momento?

González (2022, p.92) destaca como o Estado sempre teve uma dificuldade em organizar a parte da população rural que se encontrava à margem da institucionalidade, de tal forma que essa fora uma das razões que permitiram o surgimento das FARC. Todavia, o que se observava atualmente era que essa dificuldade também passou a se estender às zonas urbanas, em especial entre os jovens, onde a insatisfação com as políticas públicas se mostrava mais uma etapa na escada que trilhava rumo ao desvelamento da deslegitimação das instituições.

Ao mesmo tempo, o enfraquecimento dos partidos políticos novamente vem à tona, como dito acima, esses se estruturaram em torno não de um projeto de sociedade, mas de algo que sustentasse o intrincado jogo de acordos que mantinha alguma estabilidade política. Dessa forma, se vê a perda de legitimidade dos partidos na medida em que não mais são capazes de desenhar seus planos por meio da teia de clientelismos que caracterizava a política colombiana (GONZÁLEZ, 2022, p.22).

Em uma sociedade que agora se via desamparada, a pandemia de COVID-19 parecia ter trazido para superfície a exacerbação de impulsos e motivações que iam ao encontro da inconformidade social. Isto é, vozes que haviam se encontrado em outras ocasiões, como durante as manifestações de 2019, e não lograram forças para conseguir abrir maiores brechas nas instituições, agora pareciam encontrar o lugar onde elas poderiam ressoar (SAADE; BENAVIDES, p.21, 2022).

A insatisfação social contra então presidente Duque, em especial pelo trato com os acordos de paz e a desconsideração para com as políticas sociais, já vinha desde 2019, quando diversas mobilizações sociais tomaram o país. Em janeiro e outubro de 2020, mesmo com a pandemia, houveram ainda muitos protestos pelo país contra o assassinato de lideranças sociais importantes, o aumento da desigualdade e o manejo da crise sanitária pelo governo central,

fatores esses que, por si só, já seriam suficientes para demonstrar o cansaço social em relação à forma como o governo vinha lidando com os problemas mais recentes (GONZÁLES; MONSALVE, 2022, p.56).

Quase como um ciclo iniciado pelas revoltas ocorridas em 2010 e 2011, o desamparo deixado pela situação da pandemia fora capaz de unir esses três momentos (2010, 2011 e 2019) até o estalido principal em 2020, quando os *paros* nacionais deflagraram greves em diversos setores convocando o Povo à rua e exigindo que o governo Duque retirasse a proposta de reforma tributária (SAAD, BENAVIDES, p.21, 2022).

Nesse sentido, cabe compreender o papel que não somente a pandemia teve em ressoar essa insatisfação, mas em como a tentativa do governo de manter a mesma política que já vinha gerando insatisfação pessoal se mostrou um fator que pode ser resumido na força pela qual as greves gerais passaram a ter no país. A reforma tributária foi considerada injusta por muitos setores da sociedade, que já se via muito penalizada pelos custos econômicos e sociais da pandemia. Em um momento no qual a população exige que o Estado passe a prover respostas a outros setores, a medida acaba por permitir a condensação das insatisfações que permearam a sociedade colombiana por décadas.

Na forma pela qual os acordos de paz permitem um respiro de alguns dos conflitos mais marcantes da história do país, a memória da violência passa a ser veementemente rechaçada, e a postura do governo Duque ante os acordos, como já visto, passa a ser vista como problemática pela população que não quer ver os avanços serem perdidos. É nesse sentido, as instituições passam a se enfraquecer em uma espiral na qual o povo encontra no “manifestar-se” uma forma de demonstrar a insatisfação com a falta de representatividade que deságua na crise de legitimidade das instituições, incluindo o Estado.

Em resumo, para compreender como essa escalada leva ao *estalido* de 2020, há de se levar em conta uma série de problemáticas: a desigualdade crescente, a questão da paz, a extrema pobreza, a crise dos partidos, a falta de políticas públicas e a pandemia de COVID-19.

Dessa forma, quando o governo de Iván Duque passa a ter que prover respostas em meio a uma pandemia, com a popularidade já em baixa e sem muito capital político, o governante acaba não conseguindo segurar as insatisfações sociais catalisadas pela realidade imposta pela pandemia.

Com a aparente incompreensão do governo a respeito de como os temas sociais agora estavam em um campo prioritário, Estado e sociedade passaram a não encontrar pontos de intercessão onde o diálogo pudesse ocorrer. Dessa forma, quando a pandemia irrompe no mundo, o Estado colombiano encontra a necessidade de agir e intervir na sociedade e na saúde pública,

fato que colocaria em xeque os postulados que haviam sido costurados décadas atrás no país (VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021, p.32).

Assim sendo, a pandemia traz para a superfície uma realidade social que já não poderia se manter da mesma forma como havia sido mantida nas últimas décadas. Ante a necessidade de encontrar formas pelas quais a explosão social pudesse encontrar lugar em uma gramática não mais representativa desse Povo, o estalido de 2021 na Colômbia caminhava ao encontro de novas formas de se expressar e se revoltar, enquanto maneira de dar vazão à realidade.

2.6 NOVO GOVERNO, VELHA POLÍTICA: PERSPECTIVAS PÓS-ESTALIDOS

Na incapacidade do governo Duque em lidar com os *estalidos* na Colômbia, ademais, com a economia indo mal junto com a questão social, os protestos abriram espaço para que algumas certezas políticas fossem questionadas. A Ascensão de Gustavo Petro, mesmo que sendo figura conhecida na política colombiana, já tendo disputado outras eleições presidenciais, ocupado cadeiras no parlamento e sido prefeito de Bogotá, a eleição de uma chapa à esquerda, tendo uma Francia Márquez, mulher negra, ativista ambiental e vítima de diversos atentados contra vida, como vice demonstra a oxigenação do debate político que por anos pareceu relegado ao jogo entre partidos liberais e conservadores.

Com a crise dos partidos políticos e das imagens de políticos tradicionais, como o emblemático Uribe, surge no horizonte da política colombiana a possibilidade de subida da esquerda ao executivo, fato inédito no país naquele momento. Todavia, com a violência ainda sendo uma característica marcante também na política do país andino, a eleição de figuras tão antagônicas ao quadro político do século XX e início do século XXI, como Petro e Márquez, não seria um evento simples de ocorrer.

Conhecido por ter sido membro da guerrilha M-19, Gustavo Petro, de 62 anos, nasceu no departamento de Córdoba, foi prefeito de Bogotá de 2012-2015 e ocupava o cargo de senador do país desde 2018. Já conhecido na política colombiana, já havia sido candidato à presidência em outro momento e representava um dos maiores nomes da esquerda e da oposição ao uribismo no país. Ao seu lado, Francia Márquez, de 40 anos, advogada e ativista pelo meio ambiente, nascida no departamento do Cauca colombiano, onde luta há décadas contra a exploração predatória de minérios na região, ganhadora do prêmio *Goldman Environmental Prize* em 2018, considerado Nobel dos temas ambientais, representava um nome que entraria na política não somente para oxigenar o debate, mas simbolizar mudanças no país que mais mata defensores de direitos humanos no mundo.

Juntos, a dupla enfrentou Rodolfo Hernández, empresário e político colombiano de 77

anos, que surpreendeu ao chegar no segundo turno, ficando conhecido como “Trump tropical”. Com um forte discurso anticorrupção, o candidato da direita colombiana fez uma polêmica campanha de 2º turno, com acusações de difusão de *fake news*. O polêmico candidato possuía o apoio de outro nome importante da política, Ingrid Betancourt⁸, ajudando a catapultar votos para o candidato.

Figuras antagônicas, marcaram o debate das eleições colombianas por seus discursos opostos e propostas que pareciam dialogar com setores diferentes da sociedade. Ademais, em um país marcado pela violência, a imagem de Eliezer Gaitán ainda segue viva na memória política de uma nação onde os candidatos muitas vezes precisam fazer campanhas sob forte esquema de segurança, e cinco candidatos à presidência foram assassinados durante o século passado na Colômbia, todos representantes da esquerda (CADAHIA, 2022).

Com o histórico de assassinatos de figuras políticas de esquerda, a simples chegada de Petro e Márquez ao dia da votação com vida já era um ponto a ser considerado na trajetória política do país. O pacto histórico que levou os dois ao executivo contava com o apoio das diversas forças de esquerda da política colombiana, além do claro suporte que o processo de paz entregou à relativa tranquilidade que fez com que os candidatos chegassem às eleições em grandes episódios de violência (CADAHIA, 2022).

Tendo um discurso marcado pela preocupação com as pautas sociais, o compromisso com o prosseguimento dos acordos de paz e, principalmente, pela agenda ambiental. Com a ajuda dos jovens que saíram às ruas no ano anterior, a chapa de esquerda buscava demonstrar para esse setor da sociedade que poderia construir um governo diferente daqueles que já haviam passado pela cadeira presidencial da Colômbia, em especial pelo reconhecimento de boa gestão de Petro à frente da prefeitura de Bogotá e credibilidade do ativismo de Francia Márquez, os dois pareciam buscar representar, em especial a então candidata à vice-presidência, a imagem de uma Colômbia que havia sido olvidada (CADAHIA, 2022).

Com a primeira mulher negra a assumir a cadeira de vice-presidente, Gustavo Petro e Francia Márquez venceram as eleições de 2022 e levaram, pela primeira vez na história, um governo de esquerda para o executivo colombiano. O simbolismo dessas duas figuras no conturbado histórico político e social do país parece bastante óbvio, um ex-guerrilheiro e uma ativista ambiental tantas vezes vítima da violência que assola esse território. Todavia, os desafios para a implementação dos planos ainda devem passar por uma série de problemas que envolvem o fato de que a eleição, embora um ponto importante na história, não representa, em

⁸ ex-senadora do país que havia sido sequestrada pelas FARC em 2002 quando fazia campanha presidencial e somente foi resgatada em uma operação em 2008

si, a mudança do *status quo* político e social do país.

Mesmo que muitas vezes as figuras mais à esquerda pareçam estar mais atentas às respostas exigidas pelas dinâmicas sociais, ainda se tratava de uma revolta que, entre outras coisas, havia ganhado força pela forma como a ilegitimidade tomou conta da sociedade em relação às suas instituições políticas e em como os próprios partidos fazem parte disso. Nesse sentido, a eleição de Petro e Márquez representam seguramente um ponto de inflexão no histórico político do país, todavia, o caminho e o significado dessa vitória dizem respeito muito mais aos sintomas da revolta de 2021 que sua solução, e esses temas nós buscaremos detalhar com mais afinco adiante.

3 ENTRE A ESTABILIDADE E O ESTALIDO: A DEMOCRACIA INCOMPLETA NO CHILE

Conhecido pela relativa estabilidade política, o Chile se apresentava como um país cujos números econômicos mostram-se dignos de países desenvolvidos. Por décadas visto como a nação que, talvez, fosse a mais desenvolvida entre seus pares na América Latina, os chilenos surpreenderam o mundo quando em 2019 saíram às ruas em um protesto que inicialmente era organizado por secundaristas insatisfeitos com o aumento da passagem de metrô na capital Santiago, mas que logo tomou as ruas de norte ao sul do país em uma marcha popular de insatisfação com diversas políticas que vinham sendo implementadas pelo então presidente Sebastián Piñera.

Com as imagens dos protestos e a forte repressão por parte do governo se espalhando pelo mundo, começa-se a questionar o que haveria por detrás da realidade política e social do país. Para além dos números, as ruas pareciam denunciar a precarização da vida e do trabalho. Os jovens, em especial, denunciavam uma realidade que extrapolava os números, onde grande parte da população estava endividada e as políticas de Estado pareciam não dar conta das problemáticas atuais da sociedade chilena.

Em meio a esse contexto, o *estalido* parecia escancarar que o acordo feito pela oposição e militares após o fim do regime militar de Pinochet não encontraria mais lugar na sociedade. Exigiam mudanças que fossem para além de políticas de governo, mas de Estado, em uma mudança radical da constituição, na esperança de que o documento fosse capaz de dar vazão aos anseios do Chile atual e deixasse para trás o legado dos enclaves autoritários, e da própria constituição, herdados de Pinochet.

Para além das aparentes estabilidades, 2019 demonstrou que a sociedade e a política chilena detêm uma série de nuances e características que muitas vezes ficavam olvidadas pelo bom resultado dos indicadores econômicos. A forma como as políticas realizadas durante a ditadura e como impactam a subjetividade até hoje no Chile ainda podem ser vistas na forma como a população foi à rua exigindo respostas. Ecoando uma revolta que parecia querer destituir a forma como as Instituições estavam organizadas, a população que passa a ocupar as ruas retoma símbolos de seus povos originários e movimentos feministas passam a ocupar um papel de destaque nessa organização.

Em um movimento que parecia deslegitimar o sistema político, buscavam destituir um sistema que fora herdado de Pinochet. Com protestos onde não se podia identificar líderes, um

grande grito da sociedade ecoou pelas ruas chilenas até que fosse aprovada o plebiscito a respeito de um novo processo constituinte.

Tendo em vista a realidade que se desdobrava no Chile, esse capítulo buscará, como o anterior, compreender melhor como se organiza o sistema político chileno, seus nuances históricos, partidos, principais movimentos, formação e características. O objetivo é que, a partir dessa compreensão, se possa ter uma visão mais ampla como se deu o processo de deslegitimação desse sistema que pode ter levado ao estopim da revolta de 2019.

3.1 A ESPECIFICIDADE CHILENA E A CONSTRUÇÃO DE UMA FALSA “ESTABILIDADE” POLÍTICA NO SÉCULO XX

Em um sistema político reconhecido pela capacidade de manter a estabilidade, mesmo em meio aos períodos mais turbulentos da história, a construção do sistema político pós-independência (1810) privilegiou um cenário no qual as bases ideológicas do Estado pudessem se fincar, apesar das disputas internas entre as elites, em pontos importantes que mantivessem o sistema em equilíbrio mesmo nos casos em que irrupções ameaçassem a estabilidade política e social. Sem grandes sobressaltos, como no caso colombiano, o sistema político chileno se fomenta em uma linha mais ou menos estável, de tal forma que, para os fins da análise que se pretende, é a partir de segunda metade do século XX que a dinâmica política passa a interessar mais para a compreensão dos *estalidos* de 2019.

Foi em 1958, quando a Democracia Cristã elege Frei beto, sob o lema, “Revolução em Liberdade”, que propostas mais robustas de modificações nas estruturas da política chilena parecem elevar a disputa no campo político. Em um discurso que agradava tanto as camadas mais liberais quanto as conservadoras receosas da vitória de Allende, com uma forte linguagem anticomunista, também angariou votos de setores populares, dada suas propostas mais próximas das demandas desse setor. Com a primeira fase de seu governo marcada por estar mais próximo da centro-esquerda, iniciou uma reforma agrária, a criação de empresas de economia mista para exploração de minério, além de aproximar seu plano de governo do plano econômico dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América do Sul. Em que pese o apoio inicial de setores mais à direita da política, seu governo foi visto como um catalisador das forças sociais de esquerda, que se reorganizaram durante esse período (MENDES, 2013).

No que se segue, quando a coalizão Unidade Popular, liderada por Salvador Allende, é eleita em 1970, buscava implementar uma ambiciosa reforma para além do sistema político. Para além de mudanças institucionais, objetivava-se estabelecer uma revolução por etapas, onde, pacificamente, se estabeleceria um socialismo de Estado. Encabeçado pelos partidos

comunista e socialista, a coalizão buscava revolucionar a sociedade chilena, e modificar radicalmente suas estruturas (GAUDICHAUD, 2013, p. 64; PALIERAKI, 2003, p.3).

Tendo os anseios por mudanças profundas causado desconfianças nos setores mais conservadores, Eugenia Palierak (2003, p.5) ressalta como a imagem de democracia mais estável do continente, a qual se atribuía ao Chile, era, na verdade, uma falácia desde essa época, tendo em vista que as rupturas políticas que se deram no país não ocorreram senão a custos sociais. Mesmo que as instituições sinalizassem discursos contra a violência, essas não duvidavam em fazer uso da repressão política e social para que a estabilidade retornasse. É, nesse sentido, que a suposta estabilidade política, a qual o sistema político era tão reconhecido, deixa de fora de sua historiografia os diversos momentos de exclusão popular na democracia, os levantes operários fortemente reprimidos, além dos golpes de Estado que haviam ocorridos às custas da manutenção da ordem.

É nesse cenário que se constrói um receio, tanto político, quanto social, a respeito de qual seria o impacto de um governo socialista para as instituições chilenas. Em especial, chamava atenção para o ideário de medo em relação a ações violentas que poderiam ser impetradas por grupos à esquerda, inclusive ligados à coalizão que governava o Chile, a fim de implementar um regime comunista. A postura mais radical que setores mais conservadores e liberais da sociedade imprimia ao governo de Allende gerou desconfiança desde o primeiro momento, e, em nome da ordem da democracia liberal, as aspirações da unidade popular eram vistas como perigosas (PALIERAKI, 2003, p.5; ZEMELMAN, 2013; CASALS, 2014).

Com as reformas encaminhadas pelo governo de Salvador Allende, especialmente pela nacionalização do sistema financeiro, alguns setores – principalmente o capital estrangeiro – começaram a demonstrar insatisfação com as medidas anunciadas. Por outro lado, na própria sociedade chilena também se encontrava oposição a esses planos, a burguesia tampouco via a nacionalização e a maior participação do Estado com bons olhos. Ademais, com as reformas agrárias que haviam acontecido anteriormente, os proprietários de terra também viam a escalada da situação com preocupação. Em meio a esse quadro, a centro-direita no país, durante os três anos de mandato de Allende, ia se aproximando cada vez mais de espectros mais radicais da direita, que detinham, ainda, o controle do legislativo e conseguiram barrar diversos planos do governo (MENDES, 2013, p.180).

Consoante a isso, cresce nas forças armadas um sentimento anticomunista, que cada vez mais vai ser direcionado ao governo do socialista. Com a crescente influência da doutrina de segurança nacional, por meio de estágios em escolas norte-americanas, se reforça a perspectiva conservadora que dominava o setor. A insatisfação dos militares em relação ao governo da

Unidade Popular era tanta que, mesmo antes da posse de Allende, houveram tentativas de impedir que ele se tornasse presidente. Tal situação não cessa após a posse, ao contrário, diversas tentativas de derrocada são impetradas pelas forças armadas que, em conjunto com a insatisfação dos setores de direita, a burguesia nacional, o capital estrangeiro e os grandes proprietários de terra, começam a pressionar o governo (MENDES, 2013, p.181; CASALS, 2014).

Nesse contexto, tais grupos começam uma forte propaganda, e até mesmo uma guerra psicológica, na sociedade chilena, onde o governo Allende era o grande vilão. Sofrendo com a estagnação econômica e problemas de desabastecimento de setores que não o apoiavam, a Unidade Popular parecia embebida em um caos pelo qual não se poderia sair senão pela ilegalidade. Em meio à guerra fria, a América Latina representava um terreno importante de influência para os Estados Unidos, e o governo desse país não escondia a insatisfação em relação a um governo socialista no cone sul, que cada vez mais sofrerá com as represálias da potência capitalista (PALIERAKI, 2003, p.7; MENDES, 2013, p. 181).

Tendo em vista a situação acima, articula-se uma intervenção militar, liderada, em um primeiro momento, por oficiais de patente mais baixa, que acreditam não possuir Allende total legitimidade para ocupar o cargo, tendo em vista que não havia sido eleito por maioria absoluta. Calcando sua visão legalista nessa perspectiva, grupos como *Pátria y Libertad*, o *Comando Rolando Matus*, a *FIDUCIA16* e o movimento Gremialista, se juntaram ao objetivo de retirar a Unidade Popular da *Casa de la Moneda*. A fim de alcançar esse objetivo, uma série de ações violentas são impetradas, milhares de assassinatos e sessões de tortura entre oficiais legalistas, revoltas a favor do governo duramente oprimidas, até o momento em que, cercado, o presidente se recusa a se render, e a residência oficial é bombardeada e o presidente comete suicídio. Inicia-se, então, o governo Pinochet (MENDES, 2013).

3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO REGIME PINOCHET COMO FAROL DO SISTEMA POLÍTICO CHILENO

Ao impetrar o golpe contra o governo de Allende, os militares buscam encerrar a polarização que rondava o país e devolver a tão estimada estabilidade que os setores tradicionais da política creditavam ao país no início do século XX. Nesse sentido, ao afastar a suposta ameaça socialista, as forças políticas poderiam se reordenar para retomar o controle da casa da moeda e, enfim, recolocar o projeto chileno de volta aos trilhos.

Assim, a junta militar assume o país em 1973, contando entre seus membros com o General Augusto Pinochet, com a função de devolver a democracia, ao mesmo tempo em que realizam uma série de reformas que modificaram a vida política, econômica e social chilena

para sempre. Marca, portanto, o período em que o neoliberalismo chega ao Chile pelas mãos de seus generais, muito embora seus tecnocratas fossem civis, em uma estratégia que buscava aproximar o país do mercado internacional, abrir as portas para os investidores estrangeiros, radicalizar a liberalização econômica e fazer a presença do Estado mais diminuta. Em um regime marcado pelo terror, a política implementada pelos militares chilenos deixou marcas que persistem até os dias de hoje no Chile.

Marcado pela repressão e o terror, o governo militar busca implementar um modelo econômico que faria do Chile uma vitrine para o restante do mundo. Em um contexto de guerra fria, o movimento chileno à radicalização neoliberal recebeu apoio Norte Americano, em que pesem as críticas aos inúmeros relatos de torturas e mortes. Ao afastar o governo socialista de Allende, marcava-se a entrada do país andino em uma nova etapa de sua economia, em direção ao mercado e voltada para o capital internacional.

Mesmo que a virada em direção ao neoliberalismo tenha se consolidado durante o regime militar, a entrada desse pensamento na América Latina como um todo já se dava desde os anos 50. Como ressalta Fisher (2009, p.309), os esforços do governo dos Estados Unidos para ampliar a penetração do pensamento na região se dá desde a criação de um programa de assistência técnica e econômica aos países subdesenvolvidos. O chamado “Projeto Chile” possuía, entre ajuda direta e indireta, um acordo entre as faculdades de economia das Universidade de Chicago e a Universidade Católica de Santiago.

Mesmo com a forte oposição de membros da universidade e setores mais nacionalistas, o acordo foi fechado e mais de 150 economistas chilenos foram treinados pelo programa de intercâmbio com a Universidade de Chicago. O objetivo do programa era que os economistas retornassem ao seu país e pudessem aplicar as teorias neoliberais que haviam apreendido nos Estados Unidos, fazendo do Chile um laboratório do pensamento. Além da universidade, outras instituições também financiaram o intercâmbio de profissionais, dentre elas, as fundações Ford e Rockefeller, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Central chileno e o escritório de planejamento nacional do Chile (FISHER, 2009, p.309; GARRETÓN, 2013).

Em meio ao paradigma criado pela teoria da dependência, que denunciava a exploração do capital nos países subdesenvolvidos, o pensamento neoliberal que se desenvolvia no Chile parecia fazer um contraponto às ideias dos teóricos do (sub)desenvolvimento. Ao retornarem ao país, ainda nos anos 60, passam a ocupar cargos importantes em órgãos como o Banco Central e cadeiras em Universidades e partidos. Marcava, então, a entrada do pensamento nas fileiras da sociedade, da política e, claro, da economia chilena (FISHER, 2009, p.311).

Nesse sentido, ao tomar o controle do Estado chileno, os militares e a direita já tinham no neoliberalismo setores de dentro da estrutura da sociedade e da política do país que já haviam consolidado tais ideias, podendo, portanto, iniciar o processo de aplicação mais amplo da receita de Chicago. Com o líder gremialista, Sergio Guzmán, professor de direito da Universidade Católica do Chile, despontando como um dos líderes intelectuais do regime militar, os ideais conservadores e católicos se uniram ao movimento em direção à neoliberalização econômica (ORTIZ DE ZARATE, 2001, p. 168).

Em meio a um projeto político de liberalização radical da economia, Carlos Huneeus (1998, p.138) ressalta que essa racionalidade econômica privilegiou a eficiência, o lucro empresarial e a liberdade econômica, convivendo com uma espécie de cancelamento das liberdades políticas. Os direitos humanos, nesse contexto, se tornam subordinados aos interesses políticos do regime, que os tomam como justificativa para a coerção social e os altos custos humanos da empreitada. Tal clima de terror que fora imprimido nesse momento foi importante para que uma desmobilização política fosse efetivada, partidos políticos de esquerda foram considerados ilegais e muitos de seus membros tiveram que buscar exílio, a formação de uma oposição era fortemente sufocada, sob o pretexto de manutenção da ordem, as liberdades foram suprimidas (HUNEEUS, 1998).

Embora os membros da equipe econômica parecessem não estar de acordo com tais ações, elas foram importantes para que as mudanças de paradigma econômico pudessem ocorrer sem grandes sobressaltos ou interferências políticas, ao garantirem o controle social, a prisão e tortura de diversas pessoas que faziam oposição ao regime (HUNEEUS, 1998, p.134).

A elite política, em meio a esse contexto optou por não se inteirar da situação social do país, mesmo com os constantes casos de tortura e desaparecimento. Com a coesão entre a elite dirigente, a “irracionalidade coercitiva”, como define Huneeus (1998, p. 139) as perseguições, torturas e desaparecimentos, a centralidade de poder na figura de Pinochet e a lealdade que os grupos ligados ao regime, bem como seus funcionários, tinham no modelo de governo que estava sendo implementando, garantiam apoio em camadas populares e estabilidade para que pudesse seguir o programa.

Seguido dessa política, uma onda de reformas, como a desnacionalização de empresas estatizadas, que foram retomadas por seus antigos donos, a privatização de outras, além da compensação entregue a empresas norte-americanas pelas expropriações que ocorreram nos anos anteriores, são colocadas em marcha. Nesse primeiro momento, embora apresentasse políticas de estabilização macroeconômica mais tradicionais, elas já se mesclavam já com a

participação dos tecnocratas no governo, que aos poucos passam a ocupar cargos importantes (FISHER, 2009, p.318).

Em 1975, quando o país caiu em recessão, com déficit em sua balança comercial e alta inflação, abre-se uma porta para que a neoliberalização radical aconteça. Com a concentração do poder nas mãos de Pinochet, esse momento marca uma nova radicalização das perseguições, torturas, desaparecimentos e mortes, como forma de controlar as insatisfações populares e oposição ao governo (HUNEEUS, 1998). Nesse contexto, o regime começa a acreditar que uma guinada mais radical as ideias neoliberais poderiam ajudar o país, momento que ficou conhecido como “terapia de choque” na economia (VYLDER, 1984, p.15).

Iniciava-se uma onda de privatizações novas, desregulação do comércio, abertura ao capital internacional, sob o comando de Sergio Castro no ministério da economia e Miguel Kast na ODEPLAN, as reformas se dariam pelos próximos três anos, onde a perda de valor do peso e abertura ao mercado interno. Assim, nessa nova etapa foca-se em realizar ajustes no modelo econômico que estava sendo implementado, se reintroduz subsídios e se reintegra impostos a exportadores, busca-se regular o sistema financeiro, regularizar a dívida privada e melhorar as contas públicas. Entretanto, mesmo com a retomada de medidas que visavam controlar a entrada e saída de capital do país, as medidas não foram suficientes para controlar os altos índices de desigualdade que existiam (GARRETÓN, 2013, p.72).

Outro trunfo importante do regime, foi que não houve a criação de um partido único, até mesmo do bipartidarismo – para além da ilegalidade de partidos marxistas. Ao não se preocupar em criar um partido, o governo teria que se inserir em determinadas coordenadas institucionais que o tirariam certas competências. Do ponto de vista da centralidade que Pinochet tinha sob o governo, isso não seria bom. Ademais, entrega certo verniz de institucionalidade ao não interferir diretamente nos partidos políticos. Ainda, a crise democrática que levou ao golpe de Estado deixou uma imagem ruim dos partidos na sociedade, que considerava que o colapso se deu pelo conflito entre os partidos e suas divisões (HUNEEUS, 1998, p.140).

Com o projeto intelectual neoliberal já consolidado no país, após a tomada do poder, o governo Pinochet podia iniciar, então, seus planos para a institucionalização desse pensamento no Estado chileno, de tal forma, que um dos instrumentos mais importantes para assegurar tal objetivo era encomendar uma nova Constituição.

Com o objetivo de institucionalizar as políticas implementadas pela ditadura militar no Chile, Pinochet buscava deixar como legado de seu governo um documento que fosse capaz de manter a receita das reformas que seu governo implementou no país. Buscando um institucional a seus atos, uma nova constituição parecia ser o caminho ideal.

Entre os nomes mais influentes partidários da nova Carta estava Jaime Guzmán, gremialista e professor de direito e ex-senador, tinha influência nas camadas políticas e é considerado, por muitos, como uma das mais importantes figuras no objetivo de implementar um novo regime no Chile, usando a constituição como forma de institucionalizar as ideias do movimento (BECKER, 1993; CRISTI, 2019).

Em um memorando de orientação em 10 de novembro de 1977, pelo então presidente, Augusto Pinochet, o general dava o tom ao qual a carta deveria tomar: “autoritária, protegida e integradora, tecnicizada e de autêntica participação popular” (NOGUEIRA, 2008, p.328). se notava, dentre os critérios políticos institucionais, a criação de um poder de segurança onde esteja presente as forças armadas, como garantidora da sobrevivência do estado e institucionalidade forte, a figura do presidente sob uma forte autoridade, a proibição legal da difusão e ações doutrinárias, grupos e pessoas de aspiração totalitária, a criação de uma instância técnica, manejada pelo Banco Central, para políticas econômicas e sociais, estabelecimento de um sistema político que impediria aos partidos políticos converterem-se em condutores monopólicos de participação cidadã, revisão da votação para Presidente, a fim de que se evitasse que um candidato com votação minoritária chegasse ao poder, mudanças na composição do parlamento, inserindo a figura do “legislador por direito”, a livre iniciativa privada e a propriedade como regras gerais, entre outros pontos que o regime entendia como importantes para o prosseguimento da empreitada (NOGUEIRA, 2008, p.328).

Assim, entre outros aspectos, conforme ressalta Heiss (2016, p.112), a constituição de 1980 tinha como objetivo permitir a estabilidade e o crescimento econômico, trocando o suposto papel pernicioso que os partidos políticos teriam tido no país nos anos 60 e 70 por um modelo centrado no mercado como preocupação primeira dos indivíduos, e principal alocador de recursos. Assim, o novo regime buscava eliminar da política chilena as heranças do governo do presidente socialista Salvador Allende, implementando uma nova forma de governo sob a influência dos economistas da escola de

Portanto, tinha o objetivo de implementar modificações profundas no Estado chileno, que afetariam os espectros políticos, econômicos, jurídicos e sociais do país até os dias atuais. Ainda, o projeto de constituição representaria os anseios do novo governo para com o povo e o país, implementando uma ideia de liberdade econômica e valorização do tecnicismo em detrimento de uma suposta ideologização do Estado, que levaria o Chile na direção do progresso, sob o custo, todavia, das liberdades individuais, em especial do livre pensamento, da livre associação, dos direitos políticos, tendo em vista a atuação limitada e perseguição que os partidos,

em especial os de esquerda, sofreram durante o período, ademais os ataques à ordem social, como trataremos mais adiante (BARROS, 2004).

Além desses aspectos, cabe destacar o importante papel que fora relegado aos militares pela Carta no Conselho de Segurança Nacional do país, constante nos capítulos 10 e 11 da constituição. Sendo composto por sete membros das forças armadas, essa ala tinha bastante influência nas decisões políticas, especialmente pela atribuição de “garantir a ordem institucional da república”. Outro ponto que merece ser destacado acerca desses capítulos é quanto à subordinação das Forças Armadas ao presidente eleito, a qual estava presente desde a constituição de 1833 no Chile, foi enfraquecida pela constituição de 1980, ao relegar ao presidente a função apenas de nomear e aposentar os militares do alto escalão. O texto revela a forma militarizada que a carta possuía, não só pela influência da junta militar que governou o país durante o período, mas pelo interesse desses atores em manter-se no poder e influenciar a política chilena (BARROS, p.240, 2004).

Outro artigo importante para entender o intento da Carta, é o seu artigo 8º, que baniu os partidos políticos de orientação marxista do país, sob a escusa de que seriam um perigo para a nação, razão pela qual a limitação à pluralidade de pensamento se fazia necessária, em consonância com o objetivo escrito na constituição de “democracia autoritária e protegida”, tutela militar e pluralismo limitado (CHILE, 1980).

Nesse sentido, ante a derrocada do Allende, o suposto medo de uma revolução comunista, como ocorreu em diversos países da região no período, como Brasil e Argentina, parecia ser um tema central na constituição. Um dos pontos centrais desse art. 8º, onde se pode verificar o receio pelas ideias socialistas, de influência do período nazista na Alemanha, resulta na proibição de partidos marxistas no país, sob a premissa de proteção da estabilidade democrática, que a comissão constituinte julgou, ao período, essencial para evitar a criação de figuras carismáticas, que pudessem seduzir ao público com discursos e ideias (SOTO BARRIENTOS, 2011).

Além disso, cabe destacar os chamados “senadores designados” presentes no art. 45 da constituição, o qual se tratava de 9 lugares no senado chileno que seriam ocupados por senadores não eleitos pelo voto popular, mas sim, como o próprio nome já sugere, por designação, para ocupar o cargo por 8 anos, da seguinte forma: 2 assentos de indicação do presidente da república, os quais devem ter uma qualificação profissional específica, sendo 1 ex-reitor universitário e 1 ex-ministro de Estado; a Suprema Corte indica 3 nomes, sendo 2 ex-juízes da Corte e um ex-procurador da república; por fim, o Conselho de Segurança indicava 4 nomes, sendo 1 ex-comandante do exército chileno, 1 ex-comandante da marinha, 1 ex-comandante da

aeronáutica, e um ex- diretor geral dos *carabineros*. Ressalta-se que, embora houvesse essa previsão expressa pela constituição, Barros (2004, p. 229) revela que, em verdade, a escolha desses nomes estava sujeita à aprovação do General Augusto Pinochet durante os anos de seu regime militar.

Soto (2011, p.23) argumenta que a constituição de 1980 indica uma característica que está presente na história do Chile desde sua primeira república, um conservadorismo que surge como contraponto ao liberalismo, uma vez que o regime autoritário que se instala no país em 1973 sob a premissa de reestabilizar o Estado ante a crise de institucionalidade pela qual passava. Assim, se vê a carta como reação à tentativa fracassada de institucionalidade liberal, criando uma espécie de núcleo duro conservador no coração da institucionalidade chilena.

Nesse contexto, desponta o sistema binominal no sistema eleitoral do país como uma forma de diminuir a participação dos partidos de esquerda na política. A partir desse complexo sistema eleitoral, cada partido, ou coalizão, apresenta dois candidatos por distrito eleitoral, assim, para que as duas vagas sejam de uma única lista, é necessário que o número de votos dessa seja o dobro da lista que ficou em segundo, caso contrário, cada lista ganha uma cadeira. Após essa determinação, o/a representante eleito/a mais votado/a entre os que compõem a lista ocupa a cadeira no parlamento (SIAVELIS, 2004, p.60).

Cabe ressaltar, conforme Siavelis (2004), que esse sistema cria obrigações muito altas de voto para que um partido ou coalizão possa alcançar um número considerável de representantes. No período da ditadura militar que governava o Chile, esse modelo ajudaria a manter uma espécie de bipartidarismo que, em conjunto com o enfraquecimento dos partidos de esquerda, e de uma oposição propriamente dita, manteriam relativa estabilidade política ao governo. Todavia, não cabe aqui discutir acerca do sistema binominal em si, mas sim, contextualizar sua aplicação no país andino, para que suas implicações estejam localizadas conforme se delimita o raciocínio.

No que se segue, é importante destacar acerca dos direitos sociais no documento, uma vez que não há menção expressa aos mesmos. Domingo Lovera (2010) revela que a opção pelo acolhimento tem sua raiz no pensamento neoliberal que permeava o governo e a constituinte. Sendo assim, de acordo tal pensamento, tais direitos faziam com a população buscasse a solução de seus problemas por meio do Estado, em detrimento de um esforço pessoal, razão pela qual a idealização de um governo técnico, realista e pragmático, que valorizasse o trabalho e não tornasse o homem escravo do Estado.

Em conjunto, ante o exposto acima, a ideologia de mercado e a influência militar, revelam a perspectiva da carta de 1980: a implementação de um modelo econômico voltado para o

mercado, com pouca influência do Estado em questões sociais, mas com uma forte repressão política e social, que garantiria a aplicação da ordem necessária para restaurar o país e impedir a subida de um suposto regime comunista. A constituição tinha como objetivo não somente legitimar o regime de Pinochet, mas implementar profundas mudanças no modelo de Estado e sociedade chileno, que fez do país uma vitrine do neoliberalismo para o mundo e o mergulhou em um dos capítulos mais obscuros de sua história, sob diversas acusações de violação de direitos e enfraquecimento da democracia.

3.3 A RETOMADA DA DEMOCRACIA E OS ENCLAVES AUTORITÁRIOS

Tendo perdido o plebiscito de 1988 acerca da continuidade ou não do regime de Pinochet, abre-se caminho para um processo de negociação entre o governo de militares e a oposição – em um acordo entre os partidos ao qual se denominou a “*Concertación de Partidos por la Democracia*” – que culminaria em eleições para dezembro de 1989.

Ante o acordo entre a oposição e o regime anterior, os chilenos e chilenas começaram a década de 1990 tentando retomar as bases institucionais que poderiam reerguer a democracia. Todavia, o regime militar havia deixado uma série de enclaves, conhecidos como “enclaves autoritários”, que garantiriam que reformas profundas não fossem realizadas e, portanto, se mantivesse o espírito do modelo político de Pinochet.

Entre outras, a proposta de Carlos Cárceres, então ministro do interior, de uma reforma constitucional que constava de 28 pontos a serem tratados, é um grande exemplo dos entraves enfrentados pela *concertación* após a retomada democrática. Os pontos foram rechaçados em sua totalidade pela oposição, tendo em vista que nenhuma modificação poderia ocorrer antes de 1995, pois, pela regra constitucional, a reforma devia ser aprovada por dois congressos consecutivos, o que levaria 8 anos (NOGUEIRA, 2008, p.332).

Dessa forma, para reconstruir o caminho que havia sido modificado pela ditadura, os partidos, as instituições de Estado e a sociedade chilena deveriam enfrentar uma série de questões que estavam recalcadas nos discursos políticos, a fim de que a ação estatal e popular pudesse provocar as modificações que consideravam necessárias. Em um cenário de crise econômica e social, os governos que sucederam nesse período encontram uma tarefa difícil, e muitas vezes de árdua abertura para modificações.

3.3.1 A reorganização partidária e a resignificação neoliberal

Se antes de 1973 o Chile se caracterizava como um regime forte de partidos, após o período de ditadura, o Chile deveria agora se reorganizar após os anos de censura e suspensão

da democracia. Embora pluripartidário, o sistema político do país tinha bastante influência da oligarquia proprietária de terras e da burguesia, especialmente os grupos ligados à exploração do minério, que exercia grande interferência nos partidos, além do importante papel que teve no golpe militar e no regime (DONOSO, 2008).

Com os acordos feitos pelos partidos de oposição, o regime militar possuía a garantia de continuidade do modelo econômico, e abriria uma pequena margem para que o novo governo pudesse trabalhar questões sociais, tais como a grande desigualdade social que cresceu durante o regime de Pinochet. Ademais, a Lei de anistia de 1978 impediu a investigação e o julgamento dos atos cometidos durante a ditadura, o que gerava um sentimento de impunidade e insatisfação social (DONOSO, 2008).

Nesse sentido, por mais que os partidos quisessem impulsionar bases para reformas mais profundas, o regime anterior tinha conseguido manter o modelo político do país bastante enclausurado dentro de dinâmicas que favoreciam os setores mais conservadores.

Com a união entre os partidos de esquerda, a *concertación* ganha as eleições majoritárias de 1989 e leva Patricio Aylwin, um democrata cristão, ao palácio moeda. Embora o regime ditatorial tivesse sido substituído e o país se encaminhasse para a reconstrução democrática, o modelo econômico implementado e o modelo de Estado mínimo já estavam institucionalizados na subjetividade política chilena, de tal modo que o “pacto de transição” que se instaurou garantiu a permanência do modelo (FISHER, 2009, p.333).

Outra característica desse período, conforme Garretón (2013, p.81), é que a esquerda chilena, especialmente pela característica de estar à centro-esquerda, se esquivava do debate acerca do modelo econômico. Nesse sentido, os debates desses grupos e dos governos como os de Aylwin – e Bachelet mais adiante – focaram-se em temas de direitos individuais e ampliação da liberdade. Então, configura-se nos governos que se sucedem uma identidade política que buscava ampliar o debate acerca da pluralidade, da igualdade socioeconômica e democratização de instituições, mas que, entretanto, não possuía um projeto econômico.

Dessa forma, embora as forças de esquerda do país parecessem se reorganizar, Fisher (2009, p.333) nos mostra que, para a tese neoliberal, não basta apenas uma mudança institucional, mas sim, é necessária uma mudança profunda na cultura e nos valores para que o modelo possa permanecer, e a mudança ocorrida durante o período militar havia sido de tal influência, que tais configurações pareciam enraizadas na estrutura do país.

No período que se seguiu à abertura democrática, os governos de Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010) se destacaram pelo enfoque em pautas sociais, buscando implementar políticas de assistência social básica e consolidação da democracia. Embora

com maior atenção ao setor social, especialmente no governo de Bachelet, se viu um aumento da pressão popular, em específico, no que tange ao tema da educação no país. Com a reorganização do movimento estudantil e do que ficou conhecido como a revolução Pinguina, liderada por estudantes secundaristas, questionavam a privatização do sistema educacional que havia ocorrido durante a ditadura, e exigiam do Estado o reconhecimento da educação como direito básico (DA COSTA; TANSCHKEIT, 2020, p.75).

Sofia Donoso (2013) ressalta como o movimento secundarista foi capaz não somente de expor a realidade desigual e injusta da educação no Chile, pelo desmantelamento das políticas públicas de acesso e melhoria da estrutura educacional por parte das reformas neoliberais realizadas pelo governo militar, mas, também, soube como aproveitar a “boa vontade” do governo de Bachelet em dialogar e buscar construir pontes para a melhoria da infraestrutura.

Não obstante, é necessário contrapor que, apesar dos avanços no diálogo e ações por parte do governo da *concertación*, que tais ações não foram suficientes, tendo em vista que a falta de institucionalização de tais políticas como de Estado, conforme evidencia Garretón, (2013), podiam ser facilmente desmanteladas pelos governos posteriores, fazendo com que os problemas voltem à pauta social e evidenciem a profundidade e o impacto da política neoliberal implementada por Pinochet.

A herança do modelo de governo neoliberal deixada pelos militares encontra seu eco, mesmo na democracia, a partir da forma como essas políticas foram institucionalizadas por meio da Constituição de 1980, deixando no seio do país uma marca difícil de ser transpassada. Assim, com a dificuldade de modificações constitucionais – pelas barreiras vistas no tópico anterior –, manifestações e insatisfações populares no país, mesmo que contassem com a benevolência dos governos que sucederam, tal qual a revolução Pinguina, se viam esvaziadas e facilmente desmanteladas em seus poucos avanços ante a dificuldade de implementação dessas políticas de forma institucional.

A modificação realizada pelo regime militar chileno foi radical no sentido de que não somente instaurou um novo regime político, mas implementou uma ideologia de governo que havia criado raízes políticas e sociais e, ademais, encontrava amparo no documento jurídico mais importante do país, a Constituição. Dessa forma, para que as demandas populares pudessem ser atendidas, elas deveriam tomar uma posição igualmente radical, no sentido de transpor o legado neoliberal de Pinochet, a fim de que uma nova forma de pensar a implementação de políticas públicas e participação social pudesse ser, por fim, institucionalizada (GARRETÓN, 2013).

Assim, a oposição retoma o modelo, o entregando novos contornos de legitimidade, mesmo que os antigos tecnocratas não estivessem mais em seus cargos de governo, e os novos burocratas se adaptassem aos contornos do Estado, enquanto os anteriores iam ocupar cargos importantes em corporações, universidades, *Think Tanks* e órgãos internacionais, demonstrando como a subjetividade neoliberal já estava incutida no Chile (FISHER, 2009).

3.3.2 Os enclaves autoritários e as dificuldades de reforma

Considerando os enclaves autoritários que continham na carta, a *concertación* buscava superar essas barreiras que, dada sua rigidez, seria um árduo trabalho ainda em 1989. Ciente dessas dificuldades, após a derrocada do regime de Pinochet, e da especial problemática de aprovação das reformas no senado, que contava com as figuras dos senadores designados, a oposição não teve outra saída que não tentar negociar com o governo e abrir mão de algumas de suas pautas, tal como ocorreu com a redução do mandato de 8 anos e o aumento da autonomia militar em sua lei orgânica e a manutenção de diversas normas que restringiam o pluralismo político e liberdades (HEISS; SZMULEWICZ, 2018, p.68).

Mesmo cedendo, a *concertación* logrou ganhos significativos – embora não tenha conseguido eliminar os enclaves autoritários –, mitigando a força dos militares no conselho de segurança nacionais, ao igualar o número de civis, diminuir o número de senadores vitalícios em favor de candidatos eleitos pelo voto popular, além de estabelecer no art.5º da Constituição o dever do Estado em defender os Direitos Humanos – vitória fundamental para que se pudesse pleitear judicialmente o reconhecimento das violações de direitos humanos ocorridas (HEISS; SZMULEWICZ, 2018, p.68).

Em que pese tenham havido modificações anteriores, a reforma de 2005 (Lei N° 20.050) representa uma importante mudança de paradigma na história constitucional chilena. A lei consagrou 58 emendas à constituição, entre as quais se destaca: o fim dos senadores designados, o fim dos Estados de exceção, a retirada da referência ao sistema binominal, uma nova composição e competência do Tribunal Constitucional, a dependência e subordinação das Forças Armadas ao Presidente da República, além do fim do Conselho de Segurança como órgão deliberativo.

Soto Barrientos (2011) destaca que, embora o senador Antonio Viera-Gallo acreditasse que com essas reformas foi possível “virar a página do regime Pinochet e sua herança”, o substrato conservador da carta de 1980 não fora enfrentado, tendo em vista que a ideia de nação permanece a mesma dos anos anteriores – desde a formação do Estado chileno –, e, portanto,

não garante uma reforma profunda nos pilares políticos do país, que ainda não conseguia responder aos problemas sociais.

Heiss (2016) assinala, ainda, que a dificuldade de uma reforma mais profunda se torna mais difícil quando os setores conservadores do país conseguem manter uma espécie de poder de veto nas propostas, fato que é sustentado por meio dos altos quóruns para aprovação, as leis orgânicas e o rol de atribuições do Tribunal constitucional. Para a autora, esses instrumentos fazem parte das barreiras herdadas do modelo de Pinochet, e que garantem aos grupos mais conservadores a vitória em seus pleitos, tendo a vista a dificuldade em se criar blocos de consenso. Ademais, a tentativa de implementar uma nova constituinte em 2015, no governo de Michelle Bachelet, demonstra a necessidade que o próprio governo via em realizar as reformas sociais, tendo em vista a dificuldade de aprovação no legislativo.

Outra reforma significativa foi a de 2017, justamente no governo Bachelet, por meio da Lei 20.840, que substituiu o sistema binominal pelo proporcional. A modificação foi importante para a democracia chilena, levando em consideração os entraves causados pelo modelo anterior, além de aumentar o número de deputados e senadores. Ademais, com a mudança a própria divisão dos distritos se tornou mais proporcional, tendo cada um no mínimo três e no máximo 8 representantes, além do sistema de cota de gêneros nas listas dos partidos. Dessa forma, a reforma oxigenou o sistema político chileno e entregou contornos mais democráticos à composição do legislativo (BOREL; TANSCHKEIT, 2019)

Sendo assim, podemos concluir que, apesar das reformas realizadas ao longo dos mais de 30 anos, a constituição de 1980 não mais representava o espírito da sociedade chilena, especialmente em seus últimos anos, não somente pelos enclaves autoritários que, apesar de dirimidos, ainda persistem de alguma forma, mas pelas ideias e sua forte influência do pensamento neoliberal, que dificultavam a implementação de políticas sociais mais robustas. Com a escalada dos estalidos sociais no país andino, a população passa a exigir do poder público que medidas sejam tomadas, ao esbarrar na rigidez constitucional e na dificuldade política.

3.4 EM BUSCA DA DEMOCRACIA COMPLETA: O CHILE DOS ESTALIDOS SOCIAIS PARA ALÉM DOS NÚMEROS

Ao assumir o governo em 2018, Sebastián Piñera não dá continuidade ao processo constituinte iniciado pelo governo de Michelle Bachelet, marcando o tom de seu governo ao encerrar uma série de políticas que haviam sido implementadas. A mudança de postura do novo governo retoma políticas neoliberais que, por sua vez, são alvos de insatisfação popular e constante questionamento por parte da sociedade chilena. Com o desenvolvimento de um novo setor à

esquerda na política, novas vozes começam a se destacar e antigas demandas passam a vir à tona.

Nesse contexto, Piñera realiza um governo com uma série de ações impopulares que, além de não levar adiante a proposta constituinte de sua antecessora, não continua o diálogo com os estudantes pela reforma do ensino, nem faz gestos a resolução das graves clivagens sociais existentes. Ainda, o segundo governo de Piñera fica marcado por uma postura mais autoritária, a qual pode ser vista na postura de alguns de seus ministros, tal qual Andrés Chadwick, ministro do interior, que implementou políticas de repressão duras as manifestações, em episódios que levaram até a morte de manifestantes (AVENDAÑO, 2019, p.112).

É no cenário de acirramento dos ânimos sociais, aumento do endividamento das famílias devido ao alto custo de vida e de insatisfações com o estilo de governo mais autoritário e austero econômico e socialmente, que manifestações já vinham ocorrendo desde o primeiro ano de mandato do novo presidente. Assim, quando o governo aumenta em 20 pesos o preço do metrô de Santiago, estudantes secundaristas da capital chilena rapidamente se organizam protestando contra a medida pulando as catracas do metrô. A ação dos estudantes foi brutalmente reprimida pelos *carabineros*, mas não foi suficiente para desmobilizar os atos.

Em 18 de outubro de 2019 vários pontos de manifestação se espalham pela cidade, desde barricadas em diversos lugares até a queima de algumas estações de metrô e de parte do edifício sede da empresa responsável pela oferta do serviço. Rapidamente, diversos setores, como movimentos, trabalhadores e estudantes universitários se uniram a revolta pelo aumento da passagem. Até o dia 19 de outubro, quando o governo decretou Estado de exceção, e a violência contra os manifestantes em Santiago ganhou a revolta de diversas outras regiões do país, que passaram a se unir em um movimento nacional (AVENDAÑO, 2019, p.106).

Portanto, o estopim das manifestações que levaram aos estalidos de 2019, organizada por secundaristas, foi aumento das passagens de metrô em Santiago e a forte repressão do movimento por parte dos *carabineiros*, fatores que chamaram a atenção da população que, junto às demais insatisfações que se instalaram nos anos anteriores, fortaleceram o movimento. Para além da passagem de metrô mais cara, as manifestações começaram a atacar questões sociais, em uma escalada do discurso antineoliberal, que rapidamente passou a atacar o governo de Piñera (PALMA GONZALEZ, 2020, p.8).

A forte repressão policial durante os protestos seria vista com duras críticas dentro e fora do Chile, e a luta dos movimentos sociais organizados (como movimentos feministas e organizações lideradas por e para povos originários) logo se tornaram modelo mundo afora, expondo os anos de desigualdade e problemáticas sociais que o país vitrine do neoliberalismo

escondia. A forma como a sociedade se organizou em busca dessas modificações, em um clamor pela assembleia constituinte, se tornou um dos momentos históricos mais importantes para o continente sul-americano na década, e marcava a tentativa de livrar-se do legado autoritário de Pinochet.

Com as ruas em chamas, os chilenos saíram pelo país exigindo mudanças e direitos sociais, em especial aos temas que dizem respeito à saúde, educação e acesso à água, em um processo que ganharia as manchetes mundo afora e mergulharam o país em um processo de possibilidade de renovação política e institucional.

Sob a denúncia da precarização da vida em um dos países com os melhores números nos rankings de economia e qualidade de vida entre seus pares na América Latina, Palma Gonzalez (2020, p.10) revela como essa denúncia, paradoxal em um primeiro momento, já se dava desde o início do século XX, com a implementação de um modelo liberal burguês que não levava em consideração as questões sociais do país. Além disso, a acumulação de riqueza na mão de um pequeno grupo, que favoreceu o fortalecimento de um Estado oligárquico, afasta a presença das instituições estatais na sociedade, em um processo que seria radicalizado, como já vimos, pelo regime de Pinochet, ao dismantelar o estado de bem-estar social.

Nesse sentido, a falta de suporte e apoio social joga a classe média e trabalhadora do país em um estado de desamparo, que se deteriorou com o passar dos anos. Na tentativa de dar vazão a esses anseios, a sociedade civil passa a se organizar para exigir que suas demandas possam ser respondidas, e cada vez mais ações de desobediência civil passam a crescer, em contraponto à forte repressão com que o Estado passa a enfrentar a insatisfação popular. Dessa forma, movimentos como o feminista, dos povos originários e estudantis passam a ganhar mais força no país, com o intuito de encontrar soluções e exigir que as instituições estejam cientes de tais questões, bem como das modificações a serem feitas (AVEDAÑO, 2019).

Com a mobilização social, em meio a crescente insatisfação dos setores populares, e o aprofundamento das desigualdades, o governo Piñera havia assumido em um contexto de escalada de outros governos de direita na região, tais como Argentina, Colômbia, Paraguai e Brasil, em uma promessa de governo mais neoliberal e menos alinhada ao de sua antecessora, essa mais alinhada à esquerda. Cabe ressaltar, também, que a eleição do mandatário foi marcada por ser a primeira a não ser realizada por meio do sistema binominal, como uma tentativa de tornar o sistema eleitoral mais democrático e representativo da pluralidade (BOREL; TANSCHIT, 2019).

Em que pese a vitória de um candidato à direita para as eleições presidenciais, a coalizão "Frente Ampla", que congregava partidos políticos de esquerda e movimentos sociais, teve

expressiva participação nas eleições ao alcançar uma vaga no senado, e 20 na Câmara dos deputados. Apesar de não ter logrado a vitória majoritária, o grupo já se apresentava como alternativa ao binômio *concertación* e direita tradicional que se revezavam no país desde a redemocratização (BOREL; TANSCHHEIT, 2019, p.48). Esse destaque seria importante para o ambiente político e social nas eleições de 2022.

Aste Leiva (2020) ressalta como esses protestos não ecoaram somente em 2019, mas sempre estiveram presentes na sociedade chilena, e que nos últimos anos já vinha passando por um processo de grande mobilização popular, como a revolta pinguina, os protestos universitários, entre outros, que levaram a gestão anterior a iniciar um processo de construção de uma constituinte. É nesse sentido que a revolta de 2019, em específico, eclode em um amplo grito por direitos e políticas públicas, no desgaste institucional, na falta de respostas mais pragmáticas por parte dos governos, e até mesmo dos partidos, que não conseguiam se organizar em prol de uma proposta mais robusta para sociedade (PALMA GONZALEZ, 2020; AVENDAÑO, 2019).

Em meio à crise institucional generalizada, as fraturas sociais da sociedade chilena ficaram mais expostas, pelos anos de desmantelamento do estado de bem-estar social, desamparo em demandas populares, privatização de recursos hídricos, que levaram a escassez de água em diversas localidades, em conjunto com uma sociedade mais empobrecida, que sofria os efeitos de uma crise econômica. Ante todo o quadro de desigualdade social, onde 0,1% da sociedade concentra 19,5% da renda, a revolta social ocorrida no Chile se mostra como uma forma da sociedade demandar do Estado, por meio da revolta, que esse possa assumir seu papel institucional (AVENDAÑO, 2019; LEIVA, 2020).

Destarte, mesmo com a pluralidade de bandeiras levantadas pelos diversos movimentos que sacudiram o país, estudantes, mulheres, povos originários, entre outras categorias vulnerabilizadas, a insatisfação desses grupos esbarrava sempre em questões de ordem institucional que impediam uma reforma mais ampla e profunda da sociedade e, em especial, da política chilena. Isto posto, a ideia de uma constituinte passa a ganhar força e, ante o enfraquecimento do executivo e legislativo, e o caos social que pairava sobre o país andino, o governo não teve outra alternativa que não acatar as vozes das ruas e pôr em pauta o processo constituinte iniciado no governo Bachelet.

No contexto das manifestações, assim como no caso colombiano, não haviam líderes, funcionavam de forma inorgânica e espontânea, mesmo que figuras e grupos já conhecidos estivessem nas ruas, elas não representavam a liderança dos *estalidos*. Havia um sentimento de construção coletiva daquelas manifestações, onde cada grupo, movimento ou coletivo trazia sua

experiência e suas pautas para o debate promovido pelas ruas. É nessa nova forma de se construir os movimentos que vemos o protagonismo dos movimentos feministas como o 8M e a força da luta dos povos originários chilenos, construindo novas formas de se manifestar e se fazerem ouvidos (FOLLEGATI, 2021; PAIRICAN, 2021).

Assim como o mal-estar coletivo que se acumulava em diversos setores da sociedade, Luna Follegati (2021, p.261) revela como a irrupção do movimento feminista e a importância que ele passa a ter para o *estallido* de 2019 é também uma construção de muitos anos, em especial pelo fortalecimento dessa pauta a partir de 2018, ano anterior as manifestações. O feminismo, portanto, naquele momento, apresenta-se como uma forma pela qual se pode expor os prejuízos da divisão do público e do privado, expondo violências estruturais fomentadas pela precarização da vida das mulheres chilenas, questões da vida íntima e cotidiana, mas que passam pelo alto custo de vida, privatização da saúde, educação e previdência e afetam diretamente às mulheres (FOLLEGATI, 2021, p. 263).

Nesse contexto, quando os coletivos feministas entram em cena nas manifestações de 2019, se apresenta outros conceitos e formas de pautar a organização social, em um processo que não se dava por meio da institucionalidade, mas em um “processo de constituição de classe o qual mulheres e dissidências são protagonistas” (COORDINADORA FEMINISTA 8M, 2021, p.67).

Nós entendemos o processo de emergência do feminismo como uma potência de ação da classe trabalhadora que se expressa em toda a sua diversidade e que consegue destituir noções estreitas, como as que reduzem as pessoas assalariadas em condições de trabalho específicas (COORDINADORA FEMINISTA 8M, 2021, p.67)

No mesmo sentido, quando observamos o papel da organização dos povos originários chilenos nesse processo, populações por anos esquecidas pelo Estado chileno, que sequer possuem direitos reconhecidos na atual constituição⁹, nota-se a importância desse setor na construção do processo de manifestação, em especial pela forma como se organizam por meio da resistência tanto de proteção das suas formas de vida e organização social como de proteção de seus territórios. Dessa forma Fernando Pairican (2021) descreve como a experiência da diversidade e pluralidade das diversas comunidades indígenas do país, em especial do povo Mapuche, permite que novas formas políticas, de encontros, de busca por acordos e organizações não centralizadas possam emergir.

⁹ No momento em que esta dissertação foi redigida, a Constituição vigente ainda era a de 1980, instituída pelo regime de Pinochet.

Em uma manifestação sem líderes, a experiência Mapuche baseia sua organização politicamente de forma descentralizada, onde não há apenas um líder para o povo. Baseada na diversidade e diferença, a forma de organização política desses povos se dá por meio de encontros, parlamentos e outras formas para além dos mecanismos formais de participação política. Tal movimento se mostra bastante interessante no cenário de outubro de 2019 na medida em que essa forma de organização foi usada muitas vezes, inclusive durante os *estallidos* como uma forma de desarticulação e criação de entraves que prejudicam a participação desses povos na esfera política chilena (PAIRICAN, 2021, p.364-365).

Portanto, quando esse Outro entra na disputa pela esfera pública e política, com outras formas plurais e diversas de fazer e pensar política, naquele momento, ela se traveste de resistência, e podemos perceber que não só ela era usada dessa forma por essas populações como agora, por meio da possibilidade criada nas manifestações, ela pode se apresentar como alternativa no debate, sem que seja necessário recorrer aos mecanismos formais do Estado, mas encontrando caminhos pelos quais as pautas e debates dos povos originários chilenos possam ser debatidas e repensadas em sua diversidade e pluralidade, como parte do todo que compõe a sociedade chilena.

Assim, as manifestações e performances dos coletivos feministas, que dançavam em frente aos *carabineros* com vendas sobre os olhos, representam não somente um olhar artístico, mas uma denúncia a truculência e violência policial, herança de um país que passou por um sangrento período militar e cuja ação das forças policiais deixaram diversas pessoas com traumas oculares – fato considerado até mesmo simbólico justamente por ferir ao órgão responsável pela visão – muitas das quais perderam esse sentido ou sofreram perdas graves. As novas e outras formas de se manifestar desafiavam o comum, aquilo que já estava posto e deixavam em aberto feridas que pareciam estar cicatrizadas, mas que traziam à superfície uma realidade bem mais complexa (FOLLEGATI, 2021; COORDINADORA FEMINISTA 8M).

No mesmo sentido, a destruição e substituição de símbolos coloniais por outros que façam referência à história chilena antes da chegada dos espanhóis, valorizando a cultura dos povos originários por meio da valorização dos símbolos desses povos. Fincar a bandeira *Wenüfoye* na *Plaza de la Dignidad* significava, naquele momento, reconhecer que havia unidade na diversidade das ruas, e haviam pontos antes olvidados na política chilena que não podiam mais restar escondidos (PAIRICAN, 2021, p.360-361).

Atores tais quais estudantes, trabalhadores, ambientalistas, feministas, aposentados e pensionistas e lideranças indígenas, passaram a incorporar suas agendas, que encontravam entraves em meio a herança neoliberal institucionalizada na constituição deixada por Pinochet.

Quando essas vozes ecoaram juntas em 2019, em meio ao caos social instaurado no Chile, a constituinte voltou a se tornar um fator chave para que a sociedade pudesse reverter a crise política e social, obrigando o governo Piñera a ouvir as ruas (TANSCHHEIT, 2021).

Ainda sobre a força dos estalidos sociais, Eric Eduardo Palma Gonzalez (2020, p.11) reforça os motivos institucionais e a falta de credibilidade que elas possuíam entre os setores sociais que ocupavam as ruas:

[...] a institucionalidade foi surda por décadas à demanda do povo. Surpreendida e aterrorizada pela vontade de mudanças expressada pelas organizações sociais e pela crescente legitimação do protesto social e do direito à rebelião, construiu uma solução que mostra o interesse em controlar este poder, e não em interpretar completamente as suas demandas.

Como resultado da forte repressão policial, houveram 5.558 vítimas de violência institucional, entre elas, 1.938 lesões por armas de fogo, 647 por lesões graves e 285 lesões oculares pelo impacto de balas de borracha, 12.500 entradas em urgência de hospitais públicos, 70 hospitalizações, 134 investigações por tortura, 4.158 investigações por maus tratos e 31 mortes em 45 dias. A ação do Estado chileno foi duramente questionada por organismos internacionais e criticada por seus pares (TANSCHHEIT, 2021).

Sendo assim, quando nos deparamos com estalidos sociais de 2019, o que se percebe na sociedade chilena é a insatisfação social ampla com as instituições, e os próprios partidos políticos, do país. A inércia e incapacidade dos governos em lidar e propor respostas satisfatórias esbarrava constantemente em questões institucionais e impedia a implementação de políticas e a busca por soluções menos imediatistas. Somadas as políticas impopulares implementadas pelo governo de Sebastián Piñera, a população toma as ruas das principais cidades do país em sinal de ampla insatisfação, exigindo direitos sociais, em especial saúde e educação, além do levante de povos originários do país, tais quais os Mapuche, que exigiam o reconhecimento de seus direitos a representação política (GARCÉS,2019).

Em suma, para grande parte das vozes que se somavam ao estalido, era necessário que o *modus operandi* de Pinochet, institucionalizado na constituição, fosse enterrado. Entre todas as reivindicações sociais que estavam presentes na revolta, grande maioria das vozes ecoavam, em comum, a crítica ao modelo neoliberal que fora implementado no país, o qual havia refundado a economia chilena e impactado todo o sistema político e, mesmo após a retomada da democracia, ainda se via incompleto, pela herança da ditadura, impedindo a aplicação de medidas mais robustas pudessem por conta dos entraves (PALMA GONZALEZ, 2020; TANSCHHEIT, 2021).

Em meio ao caos social e a crise de legitimidade que se instaura, Sebastián Piñera não teve outra alternativa que não acatar os anseios sociais e realizar o “Acordo pela Paz Social e uma Nova Constituição”, acordo esse costurado – mesmo sem o amplo apoio dos setores que compunham a revolta – pelo então deputado, Gabriel Boric, o qual convocou para 15 de novembro de 2019 um Plebiscito Nacional, e aprovou o início da formação de uma constituinte.

3.5 NOVAS FIGURAS POLÍTICAS, VELHOS PROBLEMAS: A CONSTITUINTE E O GOVERNO BORIC

Em eleições marcadas pela forte polaridade entre a esquerda e extrema direita, novas e antigas figuras ocuparam lugar de destaque na disputa pela nova composição do governo chileno. Mesmo com a aparente guinada à esquerda, em um forte movimento progressista que tomou as ruas por mais direitos, exigindo que o Estado fizesse cargo de suas funções, o campo político ainda era um cenário em disputa, e forças antagônicas buscaram atrelar suas narrativas ao momento social. É nesse meandro que a disputa eleitoral de 2021 se desenhou no Chile, entre a figura da nova esquerda, um advogado de 35 anos, Gabriel Boric e Antonio Kast, também advogado, de 56 anos.

Como já dito, as revoltas sociais das últimas décadas, em especial pelo estalido de 2019, fizeram com que novas figuras entrassem em cena na política chilena, em especial no campo da esquerda. Buscavam uma renovação do discurso, novas formas de pensar o Estado e o governo. Mais jovens, representavam uma geração que cresceu sob a sombra de diversos problemas econômicos e sociais. Ante a falta de capacidade em congregar essa nova onda de pensamento por parte da *concertación*, novos atores, como Boric e Camila Vallejo, passam a ocupar cada vez mais espaço na política do país, em um discurso que fazia gestos aos manifestantes do estalido.

Por outro lado, Antonio Kast representava uma figura que, embora se mostrasse como um *outsider*, fora do sistema político tradicional, espelhava em seus discursos nostalgia pelos tempos de Pinochet, e se apresentava como um candidato que garantiria a ordem na sociedade. Defensor do modelo neoliberal, muitas falas e gestos de campanha de Kast possuíam tons mais autoritários, com fortes críticas a Sebastian Piñera, presidente do Chile de 2018 a 2022, a respeito de uma suposta postura pouco dura com os manifestantes, em que pese as diversas denúncias de violações de direitos e os 20 estados de emergência decretados em diferentes regiões do país (LOUREIRO, 2021).

Ao se apresentar dessa forma, Kast se habilitava como candidato da extrema-direita, em contraposição ao candidato de esquerda, Gabriel Boric, com vistas a angariar votos de setores

da sociedade que viam com desconfianças as supostas tendências socialistas de seu oponente. Em uma campanha marcada por discursos mais conservadores, que sinalizavam à família e as forças armadas, Kast criticava fortemente a constituinte chilena, tendo, inclusive, seu partido não chancelado o acordo que levou a formação da assembleia (LOUREIRO, 2021).

Nesse sentido, as eleições se desenharam em um forte embate polarizado entre esquerda e extrema-direita, com candidatos que defendiam projetos de Chile bastante diferentes entre, e setores da sociedade que demonstravam insatisfações por diferentes motivos.

Em meio a imagem progresso levantada pelos manifestantes em 2019, especialmente em temáticas como, direitos dos povos indígenas, direitos reprodutivos e a exigência de uma reforma educacional, a disputa entre candidatos tão antagônicos parecia estranha para a figura que se tinha de um Chile rebelado. Porém, conforme ressalta Lara Sartorio Gonçalves (2022, p.21), a ascensão de Kast no cenário chileno é reforçada pela lógica de combate à política tradicional, que é capaz de canalizar a insatisfação de setores da sociedade, como a classe média, em direção a imigrantes, segurança pública, questões de gênero e outras camadas mais vulnerabilizadas da sociedade. Dessa forma, ao se apresentar como discurso antagônico, o candidato da extrema-direita buscava abarcar setores da sociedade que se viam incomodados com o discurso que cresceu no país, especialmente pós-estalidos sociais, e que não estão satisfeitos pela forma como alguns grupos, tais como os povos originários, estariam ganhando força no cenário político do país.

Ainda, outro aspecto da eleição de 2021, foi o fim da polarização entre as coalizões *concertación*, que passou a se chamar “pacto social”, e a *alianza*, atualmente chamada “chile podemos mais”. Que perderam espaço no pleito, dando lugar aos dois candidatos que concorreram ao segundo turno. Embora Boric já tivesse sido eleito deputado duas vezes, bem como Kast também já tendo ocupado esse posto em diversas ocasiões, ambos representavam a forma como fora ocupada o vazio deixado pela remodelação e crise das duas coalizões que dominaram o Chile desde o fim da ditadura (TANSCHHEIT, 2021).

Nesse contexto, em eleições, conforme ressalta Álvaro Ramis (2022), consideradas decisivas para o país, Gabriel Boric foi eleito em dezembro de 2021 para assumir a presidência da república, com um programa de governo que visava superar desigualdades, colocar em pauta temas de gênero, trabalho e transição ecológica justa. Em que pese a eleição de um candidato que parece ter em seu discurso uma linguagem mais próxima dos anseios das ruas durante os estalidos de 2019, seu governo ainda terá uma série de questões a serem enfrentadas, em especial pela baixa presença de apoiadores na câmara de no senado (RAMIS, 2022).

Após a aprovação em plebiscito de uma na constituinte, o governo de Sebastián Piñera

concordou em convocar eleições que elegeriam os membros para compor o corpo constituinte. Com o avanço da pandemia de covid-19 em 2020, a eleição dos e das constituintes aconteceu somente em maio de 2021, atrasando o início do trabalho em alguns meses.

Na lista de coalizões para as eleições da constituinte estavam, à direita: “vamos por Chile”, com 37 eleitos; à esquerda: lista do “aprovo” (com membros da *ex-concertación*), lista do “aprovo dignidade” (de membros do partido comunista e da frente ampla), lista do “povo” e a lista “independentes por uma nova constituição”, cada um elegeu, respectivamente, 25, 28, 26 e 11 constituintes. Cabe destacar, ainda, a eleição de 11 independentes, além da eleição, por meio de cotas, de 17 representantes dos povos originários (TANSCHHEIT, 2021).

Reverberando as vozes que tomaram as ruas em 2019, os membros eleitos da assembleia refletiam, em seus planos de trabalho, as demandas trazidas pelos manifestantes durante a revolta. Majoritariamente composta por mulheres, que ocupam 77 das 155 cadeiras, o projeto já contava, desde o início, com a paridade de gênero em sua composição. As constituintes eleitas traziam, entre outras demandas, maior participação feminina nas instituições chilenas, tendo em vista que apenas 20% das posições de poder são ocupadas por mulheres no Chile (TOMAS; CARVALHO, 2021).

Sobre o papel das mulheres na revolta, Luah Tomas e Geisiele Carvalho (2021) ressaltam o papel dos coletivos feministas no novo capítulo que parece se construir na democracia chilena. Ocupando um papel central na organização dos estalidos, diversas pautas foram levantadas por esses coletivos, de tal forma que 57% dos programas apresentados por membros da assembleia, tanto do sexo feminino como masculino, incluem temas e bandeiras das lutas feministas, tais como violência de gênero, direitos reprodutivos, trabalho doméstico não remunerado e igualdade salarial.

Em mais um gesto que aponta para o distanciamento de conteúdo da nova constituinte em relação à anterior, está a presença de representantes das comunidades originárias do país. Tendo em vista o histórico do país em silenciar as demandas dessas populações, onde a ditadura militar determinou o fim da propriedade coletiva em um movimento neoliberalizante. Os estalidos de 2019 também marcaram no contexto chileno a revolta anticolonial do povo Mapuche, onde a bandeira Mapuche *Wenufoye* se tornou emblemática durante as manifestações. Com a diáspora de muitos grupos para os centros urbanos em busca de trabalho, a união e luta desses povos foi mais um fator que colaborou para a virada de perspectiva institucional (PAIRICAN, 2021).

Com a reserva de 17 assentos para os povos originários, divididos em: 7 para o povo Mapuche, 2 para o povo Aymara e 8 para os demais povos, o movimento sinalizava para um

processo que buscava solucionar as questões territoriais por meio da institucionalização do direito de terras desses povos. Ademais, em mais um gesto que mostrava as intenções de afastamento do modelo anterior, Elisa London, líder Mapuche, foi eleita para a primeira presidência da assembleia, e tomou posse com um discurso proferido em *mapuzungun*, idioma Mapuche. O movimento dos povos originários na constituinte marca o debate pela autodeterminação e a plurinacionalidade, temas centrais para o constitucionalismo latino-americano, e importantes para o reconhecimento dos direitos originários (PAIRICAN, 2021).

Além da figura de Loncón, a primeira vice-presidência foi ocupada pelo advogado e constituinte, Jaime Bassa, da frente ampla, e um dos rostos da nova geração de esquerda que se consolida no Chile. Ademais, a presença de figuras da nova esquerda no país foi marcante na assembleia, com muitos de seus membros que foram parte de movimentos estudantis. Nesse sentido, os temas que foram elencados pelos manifestantes durante os *estalidos* estariam pautados pelos constituintes, em especial os que tangem aos direitos humanos (OBSERVATORIO NUEVA CONSTITUICIÓN, 2021a).

Com o debate acerca das possíveis modificações que a nova constituição irá implicar para toda a estrutura política, social e econômica chilena, não obstante as críticas e desafios de um modelo de Estado e institucionalização, cuja herança do período ditatorial, deixaram uma forte influência neoliberal, a constituinte pareceu ter sido construída em um tom que buscou se afastar desse passado. Com a derrota do texto em setembro de 2022, ficou claro que velhas feridas ainda não haviam cicatrizado na sociedade chilena. Por 61,8%, os eleitores rejeitaram a nova proposta de constituição em meio a um processo acusado muitas vezes de promover debates muito além das possibilidades chilenas.

Em um processo inédito no país, a constituinte rodou todo o território e promoveu diversos debates sobre constitucionalismo, direitos e deveres, mas, ainda assim, não logrou o apoio necessário para aprovação do texto. Entre pontos polêmicos, como a possível extinção do senado e as mudanças orçamentárias acerca de como se organizariam as contas públicas para manutenção do Estado de Bem-estar Social que queria se implementar, o texto mostrava pontos falhos e questões que careciam de mais debate.

Mesmo que derrotada no plebiscito, o desejo pela nova constituição se manteve, de tal forma que uma nova comissão já está em vias de ser montada. Ao mesmo tempo, o rechaço expõe a constatação de que o documento por si só não é suficiente para solucionar os problemas denunciados pelos *estalidos* de 2019. Ainda que uma Carta Magna não seja capaz de refundar um país por si só, o afã por mudanças mais concretas parece ter colocado o desejo destituente das manifestações no documento votado em 2022, olvidando que existe todo um histórico

político e social na estrutura institucional chilena, do qual forças conservadoras ainda detém muito poder e conseguem se manter na esfera política.

4 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS, E CONSTRANGIMENTOS INSTITUCIONAIS: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESTITUIÇÃO NO CHILE E NA COLÔMBIA

Em meio às mobilizações sociais ocorridas nesses dois países, percebe-se como os motivos pelos quais o povo busca nas ruas uma forma de manifestar suas indignações vão para além das medidas que foram tomadas pelos governos no momento das revoltas. Em ambos os casos, nota-se como o ato que instigou as mobilizações (o aumento do metrô de Santiago e a reforma tributária na Colômbia) serviu, em verdade, como o estopim para que outras insatisfações aparecessem. Um acúmulo de angústias sociais que passa pelo histórico político e social desses dois países andinos, conforme vimos nos respectivos capítulos, que parece catapultar todo esse sentimento na explosão dos *estalidos*.

Diferentes em alguns aspectos históricos, políticos e sociais, Colômbia e Chile aparecem enquanto protagonistas desse quadro não somente pela explosão social ocorrida em ambos, mas pela forma como essas revoltas mostraram o nível de insatisfação com o modelo de Estado. Nos dois países nota-se como a influência do pensamento neoliberal enquanto modelo econômico tornou-se uma racionalidade, e um *modus operandi*, nas instituições de Estado. Assim, essas instituições passam a se moldar a partir da gramática dessa racionalidade, com os tentáculos de tais políticas fincando raízes em documentos norteadores sobre as formas de governo e de direito, tal como a constituição.

Dessa forma, retomando o pensamento de Dardot, Laval e Harvey no capítulo 1, vemos como a forma pela qual essa racionalidade neoliberal passa a nortear a maneira como os Estados irão estruturar suas instituições e políticas funcionam enquanto categorias normativas. Assim, todas as esferas que compõem Estado e Sociedade passam a se atrelar a essa normativa imposta, de tal forma que os tentáculos dessa gramática se estendem para a estruturação da própria organização social.

Em meio a realidade que se consubstanciou nas últimas décadas nesses dois países, se cria um cenário onde não somente o Estado, em todo o seu aparato (político e jurídico), sofre forte intervenção da normativa neoliberal, mas em como a sociedade busca se moldar em meio a essa gramática. Com o sucateamento de políticas públicas e a entrega de serviços como educação e saúde à iniciativa privada, diversos setores já marginalizados passam a entrar cada vez mais em situação de vulnerabilidade, de tal forma que a inserção dessas subjetividades na normativa dominante se torna uma experiência de violência pelo não reconhecimento institucional da subjetividade desses sujeitos.

Nesse contexto, as políticas neoliberais implementadas pelos Estados passam, com o

tempo, a mostrar seus resultados. Com sociedades altamente desiguais, o desnível social e a pobreza passam a se tornar temas constantes e um problema de nível nacional. Na mesma medida, o desmantelamento de direitos, em especial dos direitos trabalhistas, tem como consequência a oferta de empregos precarizados, com baixos salários e jornadas exaustivas. Nota-se, ante essa conjuntura, a conformação de uma sociedade que se desenvolve de forma precarizada e endividada.

Em meio a essa realidade, as políticas que pareciam ser implementadas não somente não enfrentavam as históricas questões de desigualdade em ambos os países, como também não permitiam que a linguagem daqueles que não estivessem de acordo com a normativa neoliberal tivesse lugar em suas instâncias políticas. Com a dificuldade de encontrar formas de balizar a solução desses problemas, a sociedade parecia esbarrar sempre em uma gramática que agia como filtro dessas demandas. O povo em situação precária não tem sua linguagem reconhecida perante essas instâncias e, após muitas tentativas, as formalidades burocráticas e normativas existentes parecem não dar espaço para que o Outro, o diferente que se apresenta no povo, possa manifestar-se.

Tendo a negativa de direito como pano de fundo, o povo passa a recusar essa gramática, apresentando novas formas de lidar com as demandas. A forma pela qual essa categoria irá buscar balizar suas demandas, uma vez sabida a falta de amparo na linguagem institucional, é na revolta social. Com mobilizações que afetam não somente o Político, mas também a esfera econômica, o povo busca romper com a normativa neoliberal por meio de uma linguagem que implicava um agir diferente para combater a gramática dominante. Diferente em sua essência, demonstra uma insatisfação institucional das camadas mais vulnerabilizadas ao não enxergarem legitimidade nessas estruturas.

Com um poder que parece querer destituir a gramática neoliberal e suas normativas, o Povo busca na revolta uma forma de se fazer ouvir e ouvir ao outro que está esquecido na racionalidade dominante. Sendo assim, este capítulo buscará não somente se debruçar sob os aspectos teóricos já vistos neste trabalho, mas passar pelas razões sociais e o histórico recente de revoltas que fazem com que o povo busque nas ruas formas pelas quais possa ter sua linguagem legitimada pelas instituições políticas. Em um movimento destituente da gramática neoliberal, esses grupos buscam abrir caminho para possibilidades que ainda podem ser construídas. Por meio da denúncia da precarização da vida, os *estalidos* falam para além da força do povo, mas do que pode se colocar no lugar quando se destitui o velho.

4.1 PRECARIZAÇÃO, DESTITUIÇÃO E LEGITIMIDADE: OS LIMITES INSTITUCIONAIS E AS REVOLTAS SOCIAIS

Frente ao cenário institucional apresentado nos capítulos anteriores, quando olhamos as manifestações com maior proximidade, ao se deparar com o contexto social que antecipou as revoltas e a forma como estão relacionados com as insatisfações que se desenhavam nesses países, é possível compreender como as instituições, ou melhor, os limites impostos por essa são pontos essenciais no desenho dos *estalidos*. A dificuldade de acesso aos espaços que compõem a esfera política em conjunto com a precarização da vida (trabalho, direitos, educação e saúde, qualidade de vida) parece desenhar um quadro de paulatina perda de legitimidade, no qual o estouro das revoltas chilenas e colombianas se encontram.

Dessa forma, para compreender como os *estalidos* se iniciam, se compõem, se organizam e o que desejam, torna-se necessário se debruçar sobre as categorias sociais, econômicas e políticas existentes nesses países – haja vista o caráter catalisador das insatisfações para a eclosão das revoltas sociais e como elas passam a apresentar uma linguagem destituída da legitimidade das instituições políticas tradicionais (poderes de Estado, partidos políticos e formas de organização social tradicionais).

Olhando mais detidamente à Colômbia, embora a constante instabilidade política encontre lugar em muitos aspectos da guerra interna na qual esteve mergulhada por boa parte de sua história no século XX e início do XXI, revoltas populares não são costumeiras no currículo social do país. Valencia Gutiérrez (2021, p.15) ressalta que, na história colombiana, são poucos os episódios os quais podem ser comparados aos acontecimentos de 2021 naquele país, quais sejam: os *estalidos* decorrentes do atentado que assassinou Jorge Gaitán em 1948; a comoção social de 1970, quando ocorreu o golpe de Rojas contra as eleições desse ano; a greve de 1977, que deixou 18 mortos em Bogotá e outras cidades e, por fim, a tomada do Palácio de Justiça em 1985.

Isto posto, nota-se como as greves, manifestações e revoltas de 2021 revelam um aspecto não costumeiro na história política e social desse país, de tal forma que, para compreender que peculiaridades levaram à ocorrência do *estalido* naquele ano, é necessário se ter algumas variáveis em consideração, são elas: crise de representação (GONZÁLEZ, 2022), reflexo das políticas neoliberais no social (VALENCIA GUTIÉRREZ, 2021), os Acordos de Paz e a Pandemia (SAADE GRANADOS; BENAVIDEZ MORA, 2022), entre outros aspectos, tais como a violência policial contra os manifestantes e a insatisfação com as reformas promovidas pelo então governo de Ivan Duque (2018-2022), que serão tratadas enquanto decorrentes das variáveis anteriormente citadas.

Nesse sentido, com a intersecção desses fatores, se vê conformar no contexto social e político colombiano a ampla insatisfação popular que deu vazão aos protestos de 2021. Segundo relatório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (2021, p.6), a greve nacional que deu ensejo ao período de revoltas sociais, ocorrida em 28 de abril de 2021, acontece em um “*contexto de creciente desigualdad social y económica*”, a qual passa se tornar um problema estrutural no país:

La desigualdad en el disfrute de derechos económicos, sociales y culturales (DESC) ha sido un problema estructural en el país evidenciado, desde hace muchos años, por los mecanismos de protección de los derechos humanos. Por ejemplo, en 1996 y en 2017 el Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales identificó entre los factores que obstaculizan la aplicación del Pacto las graves desigualdades que existen en la sociedad, tales como las enormes diferencias en la distribución de la riqueza nacional, incluida la propiedad de las tierras (ACNUDH, p.6, 2021).

Usando dados fornecidos pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), o relatório cita valor do coeficiente que mede a concentração de renda (coeficiente Gini) colombiano em 2019 de 0,526, o qual foi para 0,544 em 2020, colocando o país como o segundo mais desigual da região (ACNUDH, 2021). No mesmo sentido, segundo o e do Departamento Nacional de Estatística da Colômbia (DANE), em 2019, o número de pessoas vivendo na pobreza no país era de 17,4 milhões, representando 35,7% da população. Em 2021 o total chegou a 39,3% (DANE, 2022).

Outros dados importantes dizem respeito à taxa de desemprego entre 2020 e 2021, haja vista que, em comparação com os dois primeiros trimestres desses anos, há um aumento de 3,2% nesse índice, totalizando 15,8% da população em desemprego (ACNUDH, 2021). Para o mesmo período de 2021, a taxa de desemprego entre os homens era de 12%, enquanto que para as mulheres chegava a 21%; ainda, o desemprego entre os jovens aumentou em 3,4% entre 2020 e 2021, totalizando 23,9%. Por fim, salienta-se que o número mais alarmante, e preocupante, entre os dados analisados diz respeito à proporção da população que se encontrava na informalidade trabalhista, o qual foi de 46,7% em 2020 para 48,8% em 2021 (ACNUDH, 2021).

Já no caso chileno, o *estallido* traz à mente revoltas mais recentes, movidas pelo mal-estar, descontentamento social de diversos setores, que carregavam sempre a demanda por uma nova constituição (ASTE LEIVA, 2020). Dentre essas revoltas recentes se destacam as revoltas estudantis, em especial a de 2006, manifestações feministas e a maior representatividade que os povos indígenas passam a ter, insatisfações essa que, mesmo com toda a comoção e participação social que pudesse angariar, ainda não haviam atingido a mesma proporção das manifestações pelo fim da ditadura (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022; ZARZURI, 2022; BRINGEL, 2021).

Percebe-se, nesse sentido, que a explosão chilena de 2019 converge o recrudescimento de uma década de manifestações, especialmente no que diz respeito à educação, direitos das mulheres e povos indígenas no país, em um movimento que pode ser considerado ainda maior que os vistos nos anos 80 do século XX. Assim, o clamor chileno pode ser compreendido a partir da junção de algumas variáveis: herança autoritária do regime Pinochet (a Constituição aqui tendo um simbolismo central) (LEIVA, 2020), o alto endividamento da população (BASSA, 2021), falta de amparo à direitos sociais básicos (como saúde e educação e previdência) (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022; ZARZURI, 2022) e as novas formas de se organizar socialmente, na toada das manifestações estudantis da primeira década do século XXI e a influência orgânica de movimentos feministas e indígenas (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022; ZARZURI, 2022; ROJAS, 2022).

O emblemático modelo neoliberal chileno, abordado no capítulo 3, intersecciona essas variáveis, formando uma conjunção de forças que ajudam não só a dar corpo à revolta, mas a compreendê-la. Segundo tese levantada por Calderón e Castells (2021, p.36-37), o modelo de desenvolvimento chileno, após a retomada democrática, era neoliberal na economia, mas não no Estado. Para esses autores, nos governos da *concertación* – em especial para o período de Ricardo Lagos (2000-2006) – houve um eficiente controle da inflação, bons resultados econômicos e melhora dos indicadores de desenvolvimento humano, refletidos positivamente na redução da pobreza. Porém, ao mesmo tempo em que eram implementadas políticas com enfoque em questões sociais, como já advertido no respectivo capítulo desse país, elas conviviam com a estratégia de desenvolvimento voltada para o livre mercado, com ampla liberalização e enfoque na exportação, sem se mostrar capazes de solucionar a grande disparidade de renda existente, nem resolver os gargalos democráticos herdados da ditadura.

Entretanto, é necessário fazer um contraponto a tese desses dois autores de que a ideia de neoliberalismo estaria limitada à economia, haja vista que, na configuração de uma sociedade permeada pela precarização de diversas esferas da vida, a “boa vontade” dos governos chilenos em propor políticas que pudessem dar alguma vazão às demandas da população pareciam não ser suficientes. As bases institucionais do Estado chileno estavam fundamentadas no pensamento econômico neoliberal, e, após a redemocratização, o processo de individualização que se via na sociedade não se enfraqueceu, e o prosseguimento das políticas econômicas neoliberais apenas corroborou para manutenção dessa realidade (ZARZURI, 2022, p.60). Fincam-se, portanto as raízes desse pensamento dentro das instituições políticas, e a constituição herdada do regime Pinochet materializava a institucionalização da normativa neoliberal, ao garantir no documento mecanismos pelos quais a implementação de políticas contrárias à normativa

dominantes não pudessem se desenvolver, os chamados enclaves autoritários que tratamos no capítulo específico sobre esse país.

Nessa toada, em que pese os bons resultados econômicos que ambos os países apresentavam ano após ano, nota-se como esses números conseguiam esconder uma realidade social de exclusão, desigualdade, pobreza e desrespeito aos direitos básicos. O caso chileno, especificamente, se torna mais complexo de ser compreendido na medida em que nos debruçamos sobre os dados de desenvolvimento social e encontramos o país figurando entre os melhores números, muitas vezes melhor colocado que todos os países latino-americanos. Portanto, o que faria desse país andino um caso mais específico?

Para compreender a conjuntura chilena, indo mais adiante dos dados socioeconômicos positivos, é preciso ampliar a leitura para além dos números e adentrar o olhar no âmbito subjetivo do social. Trata-se de olhar para aspectos cotidianos que montam o quadro da precarização da vida. Manzi e Carrillo (2021, p.82-83) revelam que, até o 18 de outubro de 2019, havia a sensação no Chile de que toda sua população era de classe média, falso sentimento somente permitido pelo crédito, onde esse funcionava como uma forma de subjetivação da vida, possível por meio do desmantelamento dos serviços sociais, quando, na impossibilidade de acesso à educação, saúde e outros serviços, passou-se a incorporar a dívida como mecanismo de acesso a tais serviços.

É a partir da subjetivação da dívida na realidade chilena que se faz possível compreender como o neoliberalismo já estava presente enquanto normativa não só nas instituições políticas e econômicas, mas na sociedade. A profundidade neoliberal naquele país pode ser constatada pela forma como esse processo de endividamento pelo crédito levou à privatização de diversos âmbitos da vida, revelando a brutalidade de um sistema que reverbera a miséria e a desigualdade na peculiaridade de não se expressar só na fome e na enorme disparidade de renda, mas na instabilidade e precariedade de uma vida à crédito sempre preocupado com o futuro (MANZI; CARRILLO, 2021, p.82-83; COLETIVO VYTRINA DYSTÓPICA, 2021, p.154).

Segundo o World Inequality Report de 2022, o 1% mais ricos do país acumulam 46,5% das riquezas do país e, após a pandemia de Covid-19, a porcentagem de pessoas em situação de pobreza foi de 10,7% em 2017 para 14,2% em 2020, e o número de pessoas em extrema pobreza, para o mesmo período foi de 1,4% para 4,5% (CEPAL, s.d.).

Nesse contexto, a especificidade chilena se dá em relação à forma como o neoliberalismo se subjetiva nas relações sociais e na forma como se estrutura a sociedade. Em uma conjuntura que se desenha de forma antagônica, pelo contraponto aos bons índices, tais como o IDH, que no ano das manifestações era de 0,847, chegando a 0,855 no último levantamento

realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2022, o desenho da influência neoliberal, tanto no âmbito institucional como no social, acaba mostrando que, por detrás dos números, há uma realidade muito mais delicada, expondo a precarização da vida, do trabalho, do alto endividamento das famílias e a privatização de serviços essenciais, como saúde e educação.

O resultado disso é quase um simulacro, exposto pelas revoltas de 2019, na qual se denunciava as condições precárias de vida, em um ciclo vicioso de endividamento alto (dados do Banco Central do Chile mostram que em 2018 o índice de endividamento das famílias alcançava 73,5% da renda das famílias), marcado pela validação como forma de integração social, a qual serviu, por muitos anos, como uma forma de despolitização (BASSA, 2021, p.211). Constitui-se uma sociedade onde, as taxas de desemprego, sempre figurando entre 5% a 7%, e estável inflação, escondiam baixos salários para o custo de vida no país, especialmente na capital, Santiago; ainda, o mercado de trabalho se caracteriza pela grande rotatividade de pessoas, que ficam pouco tempo no mesmo emprego (BASSA, 2021, p.210).

No mesmo sentido da distorção dos números, as cifras que dizem respeito ao desemprego, esse que se apresenta sempre em taxas reduzidas (em 2018 o desemprego no Chile foi de 6,8% (INE,2018)), não revelam a realidade do subemprego e consideram empregado todos aqueles que trabalharam duas horas em duas semanas (BASSA, 2021, p.247). Ademais, há de se ressaltar que a taxa de ocupação informal no ano da revolta foi de 29,2% (INE, 2018), valor expressivo que, assim como na Colômbia, revela uma realidade de precarização laboral. Em valores atualizados até janeiro de 2023, esse mesmo índice encontra-se em 27,3%, tendo a taxa de desemprego chegado ao patamar dos 8% (INE, 2023).

Outro fator que ajuda a explicar a precarização da vida no Chile, e que guarda direta ligação com o endividamento das famílias, é o das dívidas estudantis. Como vimos no capítulo 3, a educação é um tema central na insatisfação popular do país, sem a garantia de ensino superior gratuito, grande parte dos e das alunas buscam formas de financiamento que se tornam grandes problemas após o término dos estudos, tendo em vista que saem das universidades já com valores substanciais em dívidas para pagar (ZARZURI, 2021; MONTERO, 2021). Mesmo após a criação do CAE (Crédito com o Aval do Estado) pelo governo Bachelet, que fornece um financiamento mais acessível para estudantes de baixa renda, o financiamento estudantil ainda se mantinha um negócio lucrativo no Chile, o qual ocupava, em 2018, 9,8% dos valores totais das dívidas das famílias chilenas (BCN, 2018).

Em um mercado de créditos cujas dívidas alcançavam a casa do US\$ 9 bilhões de dólares em 2018 (BCN, 2018), os bancos passam a deter grande interesse na manutenção desse

sistema.

Ao mesmo tempo, a precarização da sociedade chilena também se impôs contra comunidades indígenas do país. Nesse contexto, tem-se as constantes violências sofridas por diversas comunidades nos territórios tradicionais que ocupam. Seja pela ação do Estado que promove a expulsão desses grupos, autoriza atividades – especialmente as ligadas à mineração – poluem a água, o solo e o ar, ou pelo não reconhecimento do direito desses povos originários (MAYO; VALDERRAMA; AHUMADA; ALVARADO; MANZI; NOHALES; VALENZUELA, 2022; BRITO, 2021). Com isso, violências acumuladas por séculos no país, e que persiste desde a ocupação espanhola na região até os dias de hoje, encontrando lugar na resistência de muitos desses grupos, em especial aos povos Mapuche, nos levantes e revoltas pelo reconhecimento de seus direitos e na inovação pela forma de organizarem suas pautas, partindo do bem-viver como experiência para pensar novas formas de viver, fazer política e construir suas lutas.

Como resultado desse processo, tem-se um contexto social onde a população passa a não confiar nas instituições enquanto capazes de prover respostas aos problemas sociais. Na Colômbia, especialmente quando se soma os anos de violência que por décadas assombraram a sociedade e, no Chile, pelos enclaves autoritários que ecoam pelas estruturas políticas e provocam descrença e desconfiança em relação a essas instituições. Promove-se, portanto, a formação de um gargalo democrático, onde o povo não se vê espelhado nas estruturas do Estado, nem encontra lugar onde possa ser visto e/ou ouvido, reforçado na incapacidade dos atores políticos estatais em serem garantes de suas próprias promessas.

É nessa conjuntura política que a fragilidade dos partidos apontada nos capítulos 2 e 3 se mostra cada vez mais latente. Porquanto eles tenham se tornado uma peça chave para compreender a descrença no sistema político haja vista que, na democracia moderna, se configuram para além de uma simples categoria política, se colocando como verdadeiros instrumentos de transformação social), se veem incapazes de cumprir com sua função de organizar e aglomerar a diversidade de debates, ideias, ideologias e demandas da sociedade civil (MIGUEL, 2018, p.166). Nesse desenho, ao serem veículos essenciais entre a esfera pública e a esfera política, quase como instrumentos pelos quais se faz possível a circulação das discussões do âmbito social para dentro das instituições da esfera política, em especial dentro do âmbito do poder legislativo, essa crise de representatividade dos partidos políticos se coloca como um desafio, no qual os *estalidos* expõem as vicissitudes desses espaços.

Ante o desamparo representativo, tem-se uma espécie de reação social às políticas excludentes, na qual amplos segmentos da população passam a formar grupos que buscam na resistência um amparo para suas pautas. Reivindica-se, assim, identidades culturais antes

oprimidas, em uma combinação de movimentos sociais contra a realidade de exclusão, que passam a afirmar por Direitos Humanos e debates acerca de questões de raça, classe e gênero, em um reconhecimento do multiculturalismo na realidade política (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p.32-33).

Em conjunto com instituições políticas fracas, nas quais estão inseridos os partidos políticos, a crise provocada pela escolha de um modelo de desenvolvimento que beneficia as novas e antigas elites desses países (ASTE LEIVA, 2020), expõe a crise da hegemonia política posta naquele momento, bem como a força que angariava com as crises do mercado internacional e seus reflexos para dentro da realidade política, econômica e social (CALDERÓN; CASTELLS, p.33-34, 2021). Resume essa ideia o excerto de Rodrigo Ganter, Raúl Zazuri, Karla Henríquez y Ximena Goecke (2022, p.40):

Observamos una fractura importante y progresiva entre el mundo de los actores institucionales de la política y el mundo de la ciudadanía, sus redes de autoorganización cotidiana y participación autoconvocada. Fenómeno descrito como la gran ruptura, crisis de legitimidad y agotamiento de las formas predominantes de la autoridad política y de la democracia representativa (Svampa, 2010; Garretón, 2016; Castells, 2019). La política convencional se disocia de lo social, erigiéndose como espectáculo de los acuerdos por arriba, y como gestión exclusiva de saberes técnicos y expertos. Esto es, la auto referencialidad y la fetichización del poder político (Dussel, 2006). Proceso que también se ha descrito en la región como secuestro del Estado y la política por parte de las elites y las oligarquías financieras (Cañete, 2018).

Em que pese a análise do autor dizer respeito ao Chile, é possível estendê-la à Colômbia na medida em que essa problemática se vê refletida na crise de representatividade que encontra lugar nos *estallidos* de 2021, e ecoa para dentro de outros grupos e movimentos sociais como uma repulsa a lideranças. Isto é, haviam vários movimentos, categorias e até um comitê nacional de *paro*, todavia, muitos grupos participantes dos movimentos daquele ano não se viam representados por essas congregações. Conforme observa Fernán E. González (p.91, 2022), essa falta de representatividade, especialmente pela recusa de se ver representado exclusivamente pelo comitê de *paro* pode ser traduzida como uma enorme crise de representatividade política do social:

Los partidos, tradicionales o no, ya no representan a la población colombiana, en contraste con el predominio de los partidos Liberal y Conservador en el siglo xix y primera mitad del xx, lo que facilitó el fin del periodo conocido como la Violencia, de mediados del siglo pasado, con el pacto del Frente Nacional. Pero tampoco se presenta una aprobación para el presidente Duque, ni para el Congreso y la rama judicial. Y es muy notorio el rechazo generalizado a la policía, especialmente a propósito del manejo represivo de la protesta de esos meses. Tampoco se registra mucha aceptación del liderazgo de los dirigentes sindicales, más allá de sus respectivas organizaciones (GONZÁLEZ, 2022, p.90).

Se nota, portanto, como a revolta ocorrida em 2021 na Colômbia não somente expôs a incapacidade do Estado em, por meio dos canais institucionais tradicionais, dialogar e negociar com os grupos que buscavam nas ruas a reivindicação de diversas pautas, mas, também, dentro do próprio âmbito social. Com isso, desvelam-se os limites de partidos e adentrando em organizações, movimentos sociais, sindicatos e outros tipos de entidades sociais com caráter representativo dessas variadas demandas, enquanto insuficientes para a medida de clamor que as ruas pareciam exigir naquele momento (GONZÁLEZ, 2022, p.91).

No Chile, a revolta de 2019 se desenha sobre o formato de uma coordenação popular, com estruturas diferentes das “tradicionais”, organizada de forma horizontal, com participação mais direta e não hierarquizada, que sabem como aproveitar-se politicamente dos recursos tecnológicos (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022, p.41). Da mesma forma como na Colômbia, percebe-se como os grupos que compunham as manifestações rejeitavam as estruturas partidárias e até mesmo de movimentos sociais e organizações mais tradicionais, havia o interesse por construir uma nova forma de pensar a política.

La principal novedad que representan estas estructuras, para el espacio político chileno, es que actúan desacopladas de los partidos políticos y sus estructuras oligárquicas, y más aún los rechazan abiertamente. Este rechazo se funda en una desconfianza fundamental, que es el resultado, sin duda, de un aprendizaje histórico. La ciudadanía entiende que deben evitarse los acuerdos entre las oligarquías de partido, sin participación ni representatividad de las demandas e intereses predominantes (GANTER; ZARZURI; HENRÍQUEZ; GOECKE, 2022, p.40-41).

Da mesma forma, a revolta colombiana exigiu novas formas de articulações reivindicatórias, ao revés dos espaços representativos que existiam até então, conforma-se, assim, grupos e sujeitos em um movimento de denúncia contra as condições precárias de vida e a própria descrença em relação às formas “tradicionais” de serem representados. Angélica Montes Montoya (2022, p.46-47) chama atenção para esse fenômeno nas esferas sociais e políticas colombianas pela forma como o sistema institucional perde sua legitimidade até mesmo no âmbito da lei, isto é, nem mesmo a apelação para a forma (ou força) do Estado de Direito e a normativa que o funda e legitima são capazes de devolver para esse ente a validade social perdida.

Há de se salientar, neste âmbito, que a falta de reconhecimento social, por sobre a legitimidade jurídica e política do Estado, é atribuída ao fato de que, por muitos anos, a guerra interna no país levou parte considerável de seu território ao domínio de poderes paralelos, que enfraqueciam as forças institucionais (GONZÁLEZ, 2022, p.91).

No caso chileno, os tentáculos da normatividade neoliberal na democracia se tornaram o fator chave para a deslegitimação de seu sistema político. A herança de um Estado pensado

para ser vitrine do neoliberalismo deixou como sequelas uma democracia sem “conteúdo participativo”, onde o marco institucional que deveria pautar caráter democrático do país fora projetado para administrar e ter controle sobre o social (PÉREZ SOTO, 2021, p.259).

Na Colômbia, com o controle de território pelos cartéis de droga, guerrilhas e paramilitares, a falta de presença estatal, não só na garantia da segurança, mas na própria defesa da cidadania, leva a percepção social de que o aparato do Estado é usado para governar “de costas para o povo”, uma vez que administram sem a “preocupação” para com os setores da população que se encontram em territórios desconectados da realidade política institucional; abrindo caminho para o fortalecimento de ideias como a de que o aparato político-institucional estaria a serviço de grupos de interesses econômicos específicos, bem como a imagem de Estado como inimigo (MONTES, 2022, p.46).

A falta da presença do Estado nesse âmbito levou não somente para o desenvolvimento e fortalecimento de forças paralelas, mas promoveu, ainda, o enfraquecimento do clientelismo, tendo em vista a perda de influência dos partidos em muitas das regiões. Não obstante as críticas que possam existir ao clientelismo político na Colômbia, em especial pela difícil locomoção entre as regiões devido ao terreno acidentado, esse sistema foi muito importante para a manutenção da função dos partidos enquanto intermediários do Povo com o Estado e seus mecanismos de participação política formais. Com a quebra desse *modus operandi* se abre caminho para o enfraquecimento e crise dos partidos, tendo reflexos diretos nas instituições que compõem o aparato representativo da esfera política (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021; GONZÁLEZ, 2022)

Conforma-se no panorama colombiano um cenário não muito distante do que representa a função do Estado também no Chile: não se trata de um cenário onde o tamanho desse ente é diminuto, muito pelo contrário, a presença dele é essencial para garantir que modelo econômico possa seguir funcionando (BROWN, 2015). Nesse sentido, a presença enxuta do Estado estava restrita às áreas mais sensíveis, em especial àquelas que dizem respeito aos direitos sociais, à garantia de acesso à educação, saúde e assistência básica, enquanto do ponto de vista econômico, havia um grande aparato burocrático e normativo que garantia as balizas políticas e jurídicas para execução das atividades econômicas tanto no Chile (PÉREZ SOTO, 2021) quanto na Colômbia (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021).

Para os chilenos, havia o sentimento de que os partidos, inclusive à esquerda do país, não possuíam um programa ou o objetivo de propor outro modelo para além do neoliberalismo já enraizado como forma de vida (SVAMPA, 2021, p.172). Dessa forma, o caráter difuso dos *estalidos*, percebido pela multiplicidade de pautas, vozes e demandas e a inexistência de figuras

de liderança, reflete a falta de representatividade tanto dos partidos quanto de movimentos mais tradicionais do Chile, como os *pobladores*, em uma revolta na qual, conforme revela Carlos Pérez Soto (2021, p.250), não havia “capacidade operativa para controlá-lo, nem por parte política, nem do exército”.

É nesse quadro de desconfiança em relação a figuras tradicionais, tidas como incapazes de captar o nível de indignação que estava prestes a explodir, que se constitui um elemento essencial para compreender as revoltas de 2019 e 2021. Quando se coloca em perspectiva a figura dos partidos de esquerda, tradicionalmente ligados a pautas de cunho mais progressista, nota-se um desânimo dos revoltosos em relação a esses, pela suposta incapacidade em se propor alternativas ao modelo neoliberal, se limitando a conceber formas de atenuar os efeitos mais nocivos, sem adentrar no âmbito estrutural, no qual detém grande influências as empresas mineradoras e os fundos de pensão (PÉREZ SOTO, 2021, p.250-251).

Os sindicatos, ator tradicional da representação de diversos setores da sociedade, tampouco se mostravam em uma posição melhor que os partidos políticos. Seja porque se trata de um movimento minoritário no Chile (cerca de 20% do total de trabalhadores) ou pelas condições mínimas de negociação salarial, acabam tendo força reduzida. No mesmo sentido o movimento estudantil se via em uma conjuntura complicada, mesmo após as revoltas estudantis de 2011, apenas os universitários haviam conseguido mudanças mais robustas. Tem-se, assim, um quadro onde, para esse último, existem nuances de radicalidade, mas que se perdem a longo prazo, sem um plano de ação materializado (PÉREZ SOTO, 2021, p.256).

De volta à Colômbia, com um Estado desatento às questões sociais e com baixa representatividade, o processo de paz parecia um movimento de oxigenação a uma sociedade por anos esquecida, empobrecida e com altos índices de desemprego. Nesse sentido, como já exposto no capítulo 2, a saída de cena das FARC— ao menos em termos de relevância para segurança nacional —, e a retomada relativa de controle de regiões que estavam sob total influência de cartéis de droga, abre caminho para que a população, especialmente a parcela mais jovem, possa exigir por fim, o provimento de melhores condições de vida, para além do discurso de segurança nacional e constante medo da violência (LOZANO-SUÁREZ, 2022; NIÑO CASTRO, 2022).

Contudo, os resultados não tão positivos do país (a queda do PIB em -6,8% durante a pandemia levou a sérios problemas econômicos e ajudou na escalada do desemprego) entre 2019 e 2020 também não ajudavam a apaziguar os ânimos no campo social, que, junto com a pandemia de COVID-19, forma-se se que Oscar Mejía (p.30-31, 2022) chama de “tempestade perfeita”.

Tendo em vista o histórico enfraquecimento do Estado por forças paralelas, após os acordos de paz, há a tentativa de retomada por parte do governo, enquanto forma de contornar o “desastre político” que vinha se formando. Como premissa de retomar a ordem, cria-se um plano, no qual a negação da (persistên)existência do conflito armado e a criminalização dos protestos por meio da modificação de lei servem para deslegitimar aos participantes dos atos enquanto cidadãos interessados e preocupados com os problemas e demandas sociais, os quais passam a serem vistos como interlocutores não legítimos e precursores de caos social e da ameaça à ordem pública (MONTES, 2022, p.47).

Na toada dos processos de paz, a Colômbia encontra nas greves de 2021 uma forma de expressar os ânimos e as expectativas sociais que resultaram desses acordos, a possibilidade de construção de um país, após muitas décadas de guerra interna. Assim sendo, a violência não se coloca como o imperativo em todas as esferas da vida, abre caminho para novas formas de pensar a sociedade, a política e o Estado. Logo, a abertura promovida pela saída de cena dos grupos armados e a relativa retomada de controle de parte do território antes tomado por forças paralelas, promove o respiro necessário para que a população, em especial as camadas mais vulnerabilizadas, possam, por fim, encontrar espaço para expressar seus anseios para além do controle da violência (SAADE; BENAVIDEZ, 2022).

Com a possibilidade de expressar-se por novas formas de viver com qualidade e dignidade, os estalidos de 2021 naquele país representam a ruptura com o passado de violência na mesma medida em que anunciam um ponto de não retorno, ponto esse que só se faz possível por conta da estabilidade promovida pelo processo de paz. Não obstante existam críticas aos acordos com as guerrilhas, foi por meio deles que a sociedade colombiana pôde, de alguma forma, depois de muitas décadas, experimentar uma certa estabilidade, propiciada pela diminuição da violência. Essa relativa paz, que antes não encontrava lugar, abre caminho para demandas, por muito tempo abafadas pela urgência da guerra interna, saírem à luz, e a possibilidade de ameaça a uma realidade mais estável passa a ser um tema de interesse dos cidadãos e cidadãs colombianas.

Com o recrudescimento da questão social em 2020, o descontentamento popular que já se acumulava por muitas décadas, a exemplo dos protestos e greves de 2018 (ainda no governo Santos) e 2019, as quais já denunciavam as políticas neoliberais e os problemas tributários, laborais e de pensão na Colômbia. Assim, quando o povo – aqui vestido nos moldes descritos no capítulo 1 – toma as ruas em 2021, retomam também essas pautas, agora já sem a urgência do cenário de violência (CRUZ, 2022).

Para os chilenos e chilenas, a revolta dos secundaristas que começou pelo aumento de vinte pesos do metrô de Santiago, refletia mais de uma década de revoltas, desde as revoltas pinguínas de 2006, passando pelas revoltas universitárias de 2011, em conjunto aos movimentos que denunciavam o papel predatório dos bancos e seus planos de previdência privada (o movimento *No+AFP*) a partir de 2013. Da mesma forma, cabe destacar o importante papel que a articulação de movimentos feministas, como o 8M, e o movimento Mapuche, passam a ter no quadro sociopolítico do país (ROJAS, p.2021, p.106).

Isto posto, com o estouro das manifestações de 2019, catapultou-se todo mal-estar acumulado por décadas, onde as ondas de manifestação que se viam nos últimos anos formavam uma bola de neve pela forma como os serviços sociais mais básicos possuíam difícil acesso (ZARZURI, 2022, p.64; LEIVA, 2020), além da mercantilização, no qual até os recursos naturais, como a água, eram privatizados, e haviam se tornado um mercado lucrativo (ROJAS, 2021, p.106-107).

O acúmulo de mal-estar, de acordo com a análise da parlamentar chilena, Camila Rojas (2021, p.107), revela um modelo de Estado “subsidiário” no país, no qual esse possui um tamanho considerável, todavia, subsiste para que possa entregar subsídios ao setor privado. Assim, quando do aumento da passagem de metrô, a indisposição do governo em dialogar, junto com a truculência policial, facilitou a junção dos mal-estares, de tal forma que conformou o entendimento de que não se tratava de um problema setorial, senão que do sistema como um todo (ROJAS, 2021, p,107).

[..] ela [revolta] sintetiza as reivindicações que já fazíamos: pensões dignas, educação pública de qualidade, saúde pública, que a água deixe de ser privada e se restabeleça como um direito natural de uso público, pelo cuidado com o meio ambiente e contra as zonas de sacrifício. Foi um processo de acumulação que explica a reação massiva - e, em alguns casos, violenta - das pessoas (MESINA, 2021, p.143).

Há, nesse contexto das manifestações chilenas, um sentimento de ódio e raiva, refletido no desejo de “danificar tudo aquilo que representa o Estado” em reação aos anos de abuso (MESINA, 2021, p.143). Em tal cenário, se desenha um ímpeto pelo destituir, isto é, a necessidade de que sejam colocadas em prática formas pelas quais se possam buscar outras maneiras de ter as demandas atendidas em meio a um Estado ineficiente em inserir as pautas populares na esfera política.

Ocorre, então, nos dois países, a descrença por parte de possíveis soluções providas pelos mecanismos formais de participação na esfera política, que já não se apresentam mais como real possibilidade de mudança da realidade precária de vida na qual a sociedade se via, tendo esgotado as suas formas de prover respostas a esse mal-estar social.

Se reflete, portanto, não só falta de representatividade no Estado, mas nos próprios partidos políticos, importante mecanismo de participação e debate da sociedade civil na esfera pública e na esfera política, gerando uma crise de legitimidade (MIGUEL, 2018).

Desta feita, nota-se como os *estallidos* ocorridos nesses países denunciavam um Estado e Instituições Políticas frágeis, incapazes de prover políticas eficazes para solucionar o mal-estar social – além da clara falta de representatividade nessas esferas. Entretanto, também se percebe o desenho de um cenário paradoxal: ao mesmo tempo em que se denuncia a fragilidade e sub-representação do Estado, dos partidos e dos movimentos sociais tradicionais, especialmente em tentar prover negociações e respostas para as demandas populares, o povo que toma as ruas exige que essas mesmas instituições lhe provenham a garantia de que se implementará mudanças.

Tal paradoxo se mostra possível pois a crítica ao modelo neoliberal e a influência de sua racionalidade na esfera política como catalisadora das variáveis acima elencadas levam ao estouro da revolta, apresentando-se como fio condutor comum em ambos os países. Muito embora a composição dessas revoltas compreenda a incapacidade das formas tradicionais de representação e mecanismos formais de participação, havia, ao mesmo tempo, a consciência que o pleno reconhecimento do povo, esquecido por anos em sua precariedade, não seria possível em meio à linguagem de dominação existente naquelas instituições. A racionalidade na qual elas foram formatadas, as quais já foram amplamente debatidas nos respectivos capítulos a respeito do sistema político desses países, fora pensada para que a burocracia pudesse filtrar os componentes, ideias, debates e pautas mantenedoras da estabilidade desse sistema.

Na medida em que o pensamento neoliberal passa a ser compreendido enquanto uma normativa, penetrando nessa racionalidade, infiltrando-se na burocracia do Estado e em todas as instituições que compõem a esfera política, ficando influências inclusive dentro dos partidos políticos, ele agrava os processos de exclusão e precarização da vida, em especial de grupos, pessoas e povos cuja forma de vida possa representar perigo à lógica produtivista (BROWN, 2019), a exemplo da marginalização que os Povos Originários vêm sofrendo cada vez mais.

Ao agravar esse processo, a normativa neoliberal expõe diversos setores da sociedade já vulnerabilizados a processos de precarização do trabalho, perda de direitos e garantias, maior endividamento das famílias, entre outras situações que os colocam em situações cada vez mais debilitantes e indignas de vida.

É de se chamar atenção que, ante todo o contexto de precarização da vida, revoltas sociais do nível que ocorreram em ambos os países não tenham ocorrido antes. Porém, há de se

levar em conta que a formação de eventos sociais dessa magnitude necessitam de uma série de ocorrências específicas que levam à explosão social a esse momento, tais como a aumento da precariedade do emprego, das condições e do custo de vida, incapacidade governamental de negociação com as ruas, brutalidade policial, esgotamento de atores políticos e sociais tradicionais, como os partidos, na condução e mediação das insatisfações populares e, mais especificamente no caso colombiano, a pandemia de coronavírus em 2020. A compreensão desses fatores em conjunto, permite vislumbrar como esses anos de acumulação de mal-estares e tentativas de acordos que, finalmente, fazem de uma faísca um grande incêndio, resumido no grito de “basta!”, tão ouvido em ambos os *estalidos*.

Em meio ao desenho desse cenário, há a compreensão de que não haverá melhora da vida frente à normativa que se impõe nas instituições políticas, em virtude da lógica tecnicista e produtivista neoliberal funcionar como filtro dentro da esfera política. Portanto, seria necessário buscar formas pelas quais essas problemáticas pudessem ser expostas. Por outro lado, há a consciência da necessidade que as pautas desses grupos vulnerabilizados possam encontrar lugar no âmbito institucional, todavia, com a percepção que esse reconhecimento só se fará possível se não ocorrer dentro dos parâmetros normativos e burocráticos postos naquele momento.

Não encontrando amparo na gramática excludente do neoliberalismo, seria necessário pautar-se a partir de uma nova linguagem, que pudesse fazer frente à gramática dominante e permitisse a expressão do Povo, antes esquecido e precarizado. Era preciso que as forças das ruas fossem além, era necessário destituir.

4.2 PARA ALÉM DE UMA RACIONALIDADE TOTALIZANTE: OS *ESTALIDOS* COMO MOVIMENTOS ANTINEOLIBERAIS

Em meio ao contexto descrito acima, as manifestações que tomam as ruas passam a adquirir uma linguagem diferente do que foram anteriormente vistas. Mais que símbolos e cartazes, os manifestantes buscavam impor questionamentos, ideias, demandas políticas e sociais para além do que a gramática normativa do neoliberalismo era capaz de absorver. Ao denunciar isso, as revoltas propuseram uma gramática para além da racionalidade totalizante, demonstrando como a normativa neoliberal se infiltrou no pensamento político e nas instituições do Estado, moldando a linguagem e impedindo a passagem do Outro e apresentando não somente a resolução do mal-estar, mas assumindo, propriamente, uma postura antineoliberal.

Nessa conjuntura, os grupos que compõem essas revoltas passam a tomar consciência da impossibilidade de encontrar respostas às suas demandas junto às instituições políticas.

Cresce um sentimento de sub-representação, como exposto no tópico anterior, o qual leva a uma onda de descontentamento político dos setores mais vulnerabilizados da sociedade. Com as barreiras criadas pela gramática neoliberal, as demandas sociais, em especial aquelas ligadas à garantia de direitos e ao papel que o Estado deveria ter enquanto gestor de políticas públicas, se tornam cada vez mais difíceis de terem espaço nos debates da esfera política, muitas vezes constringendo as discussões na esfera pública.

Mesmo que adaptações fossem realizadas para que algumas demandas, tais quais o acesso à educação e à saúde pública, pudessem ter espaço nesses lugares, elas nunca adquiriram corpo suficiente para que fossem debatidas com mais substância. Há sempre um filtro que possa garantir o afastamento de ideias cujas teses possam ser prejudiciais à ideia de um Estado que seja não somente mínimo no social, mas eficiente no controle e economia de gastos.

Retomando as ideias tratadas no capítulo 1, aqui percebe-se com mais clareza a forma como o neoliberalismo age como uma força normativa, projetando-se na política enquanto força “ordenadora” e reguladora. Trata-se de, pela institucionalização de leis que formalizam na burocracia do Estado normas que constituam as condições jurídicas para a implementação dos princípios dos mercados, garantir a legitimação dessa gramática como forma de constringer os procedimentos e a gestão do Estado dentro da lógica tecnicista neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

E nesse ponto, principalmente pela importância que as elites possuem na formação política latino-americana, Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p.231-232) chamam atenção para forma como as políticas públicas passam a ser racionalizadas:

[...] as políticas neoliberais não foram implantadas em nome da “religião do mercado”, mas em nome de imperativos técnicos de gestão, em nome da eficácia, ou até mesmo da “democratização” dos sistemas de ação pública. As elites convertidas à *racionalização* das políticas públicas desempenharam o papel principal, com a ajuda, evidentemente, do conjunto dos aparelhos de fabricação do consentimento que retransmitem seus argumentos a favor da “modernidade”. [grifo deles]

No mesmo sentido, Ana Maria Ezcurra (1998, p.37) ressalta como a absorção dessas ideias neoliberais pelas elites foi importante para que elas pudessem ser institucionalizadas, que rapidamente viram na agenda proposta por essa racionalidade uma forma de expandir a produção sob o custo da piora das condições de trabalho e da vida como um todo. Nessa conjuntura, quando os partidos políticos passam a estar constringidos ao pequeno grupo de elite que domina a política desses países, a democracia se torna, também, constringida:

[...] De ahí que la democracia liberal capitalista dominante en el mundo Occidental se monte en torno a la competencia de élites organizadas en partidos. En tal esquema, la función de los ciudadanos no consiste en definir políticas y luego elegir representantes

que las pongan en práctica, sino sólo en escoger a quienes adoptarán las resoluciones. Entonces, la participación resulta baja porque *las decisiones quedan reservadas a las élites dirigentes*. Éste es precisamente el *mecanismo erosionado* por la transnacionalización subordinada prevaleciente (EZCURRA, 1998, p.57). (grifo da autora).

Assim, ao contrário de um desengajamento do Estado, trata-se de uma modificação da ação pública – ou da forma como o Estado passa a ser gerido –, uma virada na racionalidade burocrática (DARDOT; LAVAL, 2016, p.232). Seguindo esse raciocínio, conforma-se o que Luis Felipe Miguel (2018, p.19) descreve, a partir do desenvolvimento de Weber a respeito da democracia e o papel do parlamento, a influência de uma elite política socializada no parlamento, que pode funcionar como um filtro, no qual se busca preservar o controle, as garantias legais, a manutenção do comportamento político esperado e ordenado.

No mesmo sentido, quando trazemos essas dinâmicas para dentro do jogo democrático da esfera política, percebe-se o papel importante que elas detêm quando se trata da qualidade e da legitimação que se atribui à participação popular na democracia. Seguindo o raciocínio de Luis Felipe Miguel (2018, p.38-39), passa-se a sustentar, a partir da desigualdade de acesso aos recursos materiais e simbólicos, uma dominação sob alguns setores da sociedade, em geral mais vulnerabilizados, os levando a crer que essa dinâmica é natural, inevitável ou necessária.

Tal dominação, facilita os processos de exclusão na medida em que exige dos sujeitos a disponibilidade necessária para participação política ativa e – no que mais nos interessa neste capítulo – da necessidade de adaptação aos padrões discursivos dominantes (os quais, neste trabalho, denominamos de linguagem), servindo à exclusão de posições políticas que possam oferecer perigo à hegemonia política existente. Nessa conjuntura, os grupos vulnerabilizados, e aqui dominados por essa dinâmica excludente, são compelidos a adaptar suas demandas, de forma a torná-las mais palatáveis, na mesma medida em que tal prática leva ao comprometimento da representatividade do discurso proferido por esses grupos e de sua própria experiência (MIGUEL, 2018, p.54-55).

Em conjunto, as ideias levantadas por esses autores demonstram como o neoliberalismo ao penetrar nas estruturas do Estado e das instituições políticas, demanda ações para além da esfera econômica, com o intuito de buscar não somente legitimação, mas a institucionalização. É nesse ponto que ele se torna uma normativa, da forma como apontada no capítulo 1, na qual, a partir da gramática que pressupõe, pauta a linguagem e a dinâmica política tanto do Estado quanto dos mecanismos formais de participação, estando esses na esfera legislativa, executiva ou jurídica, de forma dominante e hegemônica, filtrando o desenvolvimento do debate na esfera política e institucional (BROWN, 2015).

O perigo dessa dinâmica em países como Chile e Colômbia, dado o histórico político e social, é a da manutenção da concentração do poder na mão de poucos grupos e interesses específicos, que encontram na gramática neoliberal uma forma de renovar sua linguagem e manter domínio e hegemonia sobre a esfera política e suas instituições. É justamente nesse ponto que, na tentativa de adaptação do discurso, os partidos políticos e movimentos sociais, sindicatos e outras organizações, podem deixar de lado muitas demandas dos grupos vulnerabilizados que buscam representar e defender. Com a perda da qualidade, por conta da adaptação da linguagem dentro dos parâmetros do modelo dominante, tais grupos passam a desenvolver uma descrença tanto nas instituições quanto nos partidos e outros movimentos e organizações da sociedade civil.

É aqui que se torna mais claro a denúncia dos grupos os quais compõem as revoltas sociais, dada a impossibilidade de ter suas demandas sequer reconhecidas dentro do âmbito da esfera política, especialmente dentro do aspecto institucional, pois a dinâmica de dominação exercida pela normativa neoliberal passa a determinar quais linguagens são aceitas ou não, de forma inequívoca, enfraquecendo a democracia e aumentando os processos de exclusão.

Portanto, a partir do momento em que há a consciência de impossibilidade do reconhecimento das demandas desses grupos vulnerabilizados, por conta das questões apontadas acima, ocorre, ao mesmo tempo, a percepção de que somente poderão ocorrer modificações concretas se elas furarem a bolha da gramática dominante. Era necessário, dessa forma, destituir o sentido da linguagem neoliberal, denunciar suas mazelas e expor a realidade social desses países. Em resumo, tratava-se de falar com e a partir de outras linguagens.

Na conjuntura que conforma o *estalido* colombiano, a tríade Greve-Paz-Pandemia, segundo Saade e Benavides (2022), resultam ser elementos essenciais para a eclosão das revoltas em 2021, formando, assim, o cenário ideal para as irrupções sociais que se viram desenvolver durante esse ano naquele país.

Para além dessas questões, mais que manifestações, as greves gerais aparecem enquanto elemento chave para compreensão de quais demandas eram consideradas mais urgentes pelos grupos que compunham a revolta. Assim, os *paros* gerais passam a ter uma importância fundamental na forma como a revolta irá se desenvolver, em especial por falarem a respeito do grande número de pessoas desempregadas ou ocupando postos de trabalho informais, os quais, na maioria das vezes, possuem condições precárias, poucos direitos trabalhistas e salários que não garante a sobrevivência ante o custo de vida. Nesse sentido, as greves possuem um simbolismo importante, pois tratam da paralisação total da força de trabalho composta pelo povo, a massa

popular responsável por produzir os bens e atuar no terceiro setor, tão caros ao modelo produtivo capitalista, indo assim, ao coração do sistema.

No Chile, as manifestações congregam a pluralidade por anos esquecida. Grupos marginalizados e vulnerabilizados no processo de neoliberalização do país, congregados em movimentos indígenas, feministas e estudantis, passam a se reunir em torno da construção de um projeto em comum de (re)tomada das instituições, por anos engessadas sob a égide de uma constituição herdada do período militar. O *estalido* chileno converge, nesse sentido, grupos com pautas diversas, que se relacionam na forma como a vida passou a ser precarizada em suas diversas esferas, afetando diretamente a sociedade como um todo (MAYO; VALDERRAMA; AHUMADA; ALVARADO; MANZI; NOHALES; VALENZUELA, 2021).

Não obstante, tal insatisfação não se torna somente percebida em 2019, pelo contrário, a revolta desse ano se mostra como resultado de muitos anos de mobilização social, que demandavam por uma nova constituição e faziam diversas críticas ao modelo econômico (ASTE LEIVA, 2020). Assim, o engessamento político provocado pela Constituição, que institucionaliza o modelo econômico do regime Pinochet e mantém o legado de um período obscuro da história chilena, em uma política que se renova a cada troca de governo e garante a precarização por meio da privatização de serviços essenciais, e até recursos naturais, como a água, fatores esses que mostram essenciais para compreender a faísca que dispara o gatilho da revolta.

É no tema da precarização que podemos encontrar fortes nuances a respeito de como os manifestantes compreendiam suas pautas. Em ambos os países, há precarização em diversas esferas da vida, entre elas, o trabalho, a educação e a saúde, tripé essencial da qualidade de vida nas sociedades modernas. Ante a realidade social encontrada nesses países, temos um cenário de vulnerabilização que se intensifica com os anos de política neoliberal.

Quando trazemos esse tema para dentro dos *estalidos*, é possível compreender melhor como eles se mostram antineoliberais. Há a percepção, por parte dos diversos sujeitos que compõem esse movimento, da incapacidade de, a partir da hegemonia posta pela normativa neoliberal, colocar em pauta suas demandas, ideias e discussões. Observa-se, portanto, que, da forma como estão postas as Instituições Políticas, e todo seu aparato burocrático, não se faria possível a implementação de mudanças robustas ao combate da precarização da vida.

Assim, a precarização da vida vai se moldando naquilo que constitui as esferas essenciais para não só a manutenção da qualidade de vida, mas do acesso a bens básicos, como alimentação, água, saúde, educação, que são cada vez mais fragilizados dentro da agenda política neoliberal que se impõe. Em uma sociedade em que a privatização e a falta de amparo social

do Estado para garantir uma distribuição mais equânime dos bens essenciais, à vida se torna cada vez mais precarizada, relegando amplos setores da sociedade ao amplo endividamento, como no Chile, ou ao acesso cada vez mais escasso a esses bens.

Quando pensamos no cenário colombiano a precarização se vê de forma latente nos números de desemprego que assolavam o país no início de 2021, bem como os números da pobreza em níveis alarmantes. Ademais, a precarização de serviços essenciais como saúde e previdência passaram a ser um tema cada vez mais presente entre as demandas da população (CRUZ, 2022).

No mesmo sentido, a questão da educação naquele país e a falta de amparo do Estado no ensino superior também se juntam a essas pautas, por conta da forma como o sistema educacional do país acaba sendo excludente e elitista em meio a uma nação empobrecida que não pode arcar com os custos, tendo em vista que até a educação pública superior possui taxas (GONZÁLEZ G, 2022). O conjunto de insatisfações que conformam uma sociedade empobrecida, com graves problemas sociais e empregos precarizados, que passam a ver na fórmula das políticas neoliberais que eram aplicadas no país um problema em comum mesmo na difusão das pautas (RUEDA BARRERA, 2022; MONTOYA, 2022).

No caso chileno, há uma realidade de precarização que os números positivos podem levar a percepções que não demonstram a completude da realidade social no país. De uma forma mais sutil que na Colômbia, onde os números de pobreza absoluta e pessoas em situação de fome saltam mais aos olhos que no outro país andino, a realidade do alto endividamento das famílias leva a conformação de uma pauperização que passa pelos setores mais humildes e chega às camadas intermediárias da sociedade (BASSA, 2021, p.246). Ademais, essa pauperização passa a ser sentida na forma como o poder se torna cada vez mais concentrado na mão de poucos, se incorporando ao mal-estar social que age como uma das causas da falta de legitimidade das instituições (GANTER, 2022, p.89).

Há, assim como para os colombianos, a sensação de que não se é “visto” nem pelos políticos nem pelo governo, fato sustentado pelo simbolismo no qual, como relata Bassa (2021, p.246), as cidades estão ordenadas no Chile, onde as classes médias, de forma literal, não veem aos mais pobres, que acabam circunscritos aos seus bairros, criando a sensação que há duas cidades diferentes dentro de uma só.

No mesmo sentido, a forma como os povos indígenas têm se organizado nas últimas décadas, nas formas de resistir à repressão e violência do Estado chileno em seus territórios, propondo agendas, debates e trazendo para a esfera pública oxigenação e novas ideias que colocam o meio-ambiente e a relação do ser humano com a natureza no centro da discussão. No

Chile, ao trazerem essas questões a partir da perspectiva dos povos originários andinos, construindo assembleias de decisão comunitária, esses grupos provocam o questionamento do modo de vida promovido pelo neoliberalismo, colocando essas pautas como verdadeiras possibilidades de viver e fazer política, em contraponto à normativa dominante (PAIRICAN, 2021; VALENZUELA, 2022). O uso da bandeira *Wenufoye*, tradicional dos povos mapuche, pode ser visto como um forte símbolo do sentimento destituente que existiam nas ruas chilenas em 2018

A partir da perspectiva da precarização da vida, podemos agora, também, compreender melhor como o paradoxo entre o “exigir do Estado” e a “crise de representação” que parece se desenhar no tópico anterior aqui se apresenta, em verdade, como característica importante dos *estalidos*: Não se trata somente de exigir o reconhecimento da realidade social, da precarização e dos direitos, em especial da imagem do Estado enquanto garantidor de direitos sociais, mas uma crise na qual a população não se vê refletida nas instituições. Com isso, o simples reconhecimento formal, por meio dos instrumentos políticos normativos moldados a partir da racionalidade neoliberal, não era visto como suficiente para os manifestantes, pois eles mantinham as adaptações necessárias à manutenção do *status quo*, na medida em que eram balizados a partir da normativa dominante.

Nesse sentido, a desconfiança que se desenhou em relação ao Estado e às instituições políticas que o compõem vão no sentido de que era necessário encontrar novas formas pelas quais o Povo pudesse se ver espelhado nesses locais. E é nesse ponto que o expressar-se a partir de uma linguagem antineoliberal, como vista nas greves e protestos se mostram essenciais para compreender a forma como se organizava a revolta e o que buscavam os manifestantes.

Trata-se, assim, de uma tentativa de reconhecimento da realidade, da precariedade e das necessidades sociais, mas que necessitava ser feita a partir de um novo aporte. Seria necessário, portanto, tomar as ruas para que as Instituições compreendessem que elas não falavam o “idioma” do povo, esse vulnerabilizado e precarizado. Era preciso construir outras formas de se expressar, outras gramáticas nas quais o reconhecimento se fizesse possível como um todo, não a partir de um filtro pautado pela normativa dominante, outras formas de interpretar os direitos para além da burocracia e do tecnicismo.

Percebe-se, então, 3 pontos fundamentais nos *estalidos*: precarização da vida, crise de representatividade institucional e falta de amparo estatal em áreas sensíveis. A junção desses três tópicos leva à compreensão da influência do neoliberalismo, enquanto categoria normativa, nas Instituições Políticas, o que, por sua vez, leva à impossibilidade de reconhecimento dessas demandas pela ação de sua gramática dominante. Dessa forma, na busca da expressão por essa falta de representatividade, nota-se nos grupos que compunham as revoltas a denúncia das

influências do neoliberalismo na política como forma de demonstrar a incapacidade dessa gramática normativa em absorver a realidade precária existente nesses países e, portanto, das próprias instituições, forma como estão postas, em solucionar os problemas elencados pelas ruas.

É nessa senda que a ideia de “destituir” surge como uma alternativa, uma palavra ou conceito que parece se tornar uma categoria política para os grupos manifestantes. Tratava-se da exigência por modificações mais robustas nas estruturas Políticas, para que elas pudessem, enfim, representar e permitir que outras formas de vida, olvidadas e vulnerabilizadas por anos de políticas neoliberais, pudessem se expressar a partir de uma gramática para além da normativa dominante.

Há de se salientar aqui a emergência do que Nelly Richard (2021, p.30-31) chama de “evadir”, conceito que se apresentaria como “detonante” da revolta de 2019 no Chile. Segundo a tese, é o evadir que se apresenta como característica distinta das demais revoltas que antecederam ao *estallido*, as quais, mesmo trazendo pautas antineoliberais, não haviam alcançado o mesmo nível de protestos e mobilização que em 2019, e essa diferença se daria por conta da incapacidade de organizações mais tradicionais, estarem organizadas e estruturadas de acordo com os códigos da política tradicional.

Se olharmos mais detidamente para movimentos como os estudantis, especialmente as entidades que representavam os estudantes do ensino superior, nota-se como estavam estruturadas para funcionarem como interlocutoras entre esses e o Estado, exigindo dele que reformas institucionais fossem tomadas mediante políticas de estatização do ensino superior (RICHARD, 2021, p.31). Todavia, quando se vê a explosão de outubro de 2019, em que pese tenha iniciado com estudantes secundaristas pulando as catracas do metrô, não haviam líderes ou movimentos por detrás das ações, havia a presença de grupos estudantis tradicionais, porém, a organização se dava mais de forma espontânea, para além de uma organicidade militante de assembleias e dirigentes, como ocorreu nas revoltas de 2006 e 2011 (ROJAS, 2020, p.110).

O que se denota, nessa linha, a respeito dos protestos de 2019 no Chile, é como eles desatam múltiplos nós de rebeldia, isto é, não havia um comitê, movimento ou grupo organizado, sequer uma coordenação política ou plano político (RICHARD, 2021, p.31). Em uma revolta descentralizada, as pautas se apresentavam de forma transversalizadas, sem bandeiras, partidos políticos, dirigentes ou lideranças, tinham como denominador comum o sistema de regras neoliberais, enquanto experiência comum da precarização da vida e como a causa dos sintomas da revolta, convocam-se para as ruas por meio das redes sociais e promoviam debates e discussões por meio de assembleias territoriais com participação direta,

sem qualquer mediação do Estado ou de movimentos tradicionais, fugindo de uma perspectiva mais conservadora da política (RICHARD, 2021, p.32; ROJAS, 2020, p.111).

O “evadir” mencionado por Richard (2021), portanto, se apresenta como um “ir além” das estruturas tradicionais de participação política e social, ir mais adiante sem a interlocução dos movimentos tradicionais (organizações estudantis, sindicatos e até os partidos políticos) na mediação entre o social e o Estado, aqui incluída as instituições políticas. Na falta de mediadores legítimos, o Povo buscou por novas formas de organização social, em um rechaço a todos os modelos tradicionais de organização e liderança social.

Não obstante o conceito de evadir tenha sido pensado para a conjuntura chilena de 2019, é possível ver como ele pode ser aplicado para o *estallido* colombiano na medida em que buscou-se ir além das estruturas tradicionais de mediação com o Estado. Não haviam líderes aqui também, nem bandeiras de partidos enquanto em sua posição de representante de setores da sociedade (SAADE GRANADOS; BENAVIDES MORA, 2022). A revolta era espontânea, se organizava no entorno de pautas como educação, saúde, segurança alimentar, direitos dos povos originários colombianos e questões de gênero, convocaram-se as passeatas pelas redes sociais e organizavam-se as greves e as intervenções de forma coletiva trazendo outras experiências e formas de vida, em especial a dos povos indígenas, que oxigenavam o debate na esfera pública e promoviam outras formas de pensar a política e a participação popular, para além da incapacidade das Instituições naquele momento (ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, 2021; GONZÁLEZ, 2022; RUEDA BARRERA, 2022).

Na conformação de novas formas de organização e participação social nessas revoltas, o evadir-se das formas tradicionais de participação política e manifestação social se apresenta como reflexo da insatisfação com o Estado, partidos políticos e movimentos sociais tradicionais. Em meio a essa crise de legitimidade, o evadir conforma o sentimento de destituição que passa a fazer parte das revoltas: para serem escutados e terem espaço para discussão e debate das demandas e pautas levantadas, era necessário um espaço que não seria possível da forma como as instituições políticas e o Estado estavam postos, não somente porque a normativa neoliberal dominante não iria permitir, mas, também, em razão da própria burocracia criada para garantir maior dificuldade de acesso das camadas mais vulnerabilizadas a esses espaços.

O Destituir, nesse sentido, se apresenta como premissa para o verdadeiro reconhecimento das mazelas denunciadas nos protestos e, a partir daí, construir propostas mais robustas de modificação social. Mais que um dilema, ou paradoxo, o Destituir se tornava uma categoria necessária para a retomada do Estado e das Instituições Políticas, para além de uma simples forma de resistência, mas uma verdadeira proposta de (re)construção da realidade política e

social de dois países marcados pela segregação social, baixa adesão democrática e distanciamento do Estado em relação à sociedade.

Na busca por novas formas de expressar, se organizar e manifestar, emergem as propostas de movimentos e grupos vulnerabilizados e marginalizados nessas sociedades como contraponto: trata-se de trazer à luz a importância do pensamento e do movimento indígena na América Latina, a luta do movimento negro e do movimento feminista. Nota-se que, apesar da proposta desses grupos não se apresentarem hoje como alternativas palpáveis à normativa neoliberal, a importância que elas terão enquanto parte central dos *estalidos*, em ambos os países, estará na forma como esses grupos conseguem catalisar a insatisfação e crise de legitimidade do Estado e suas instituições políticas na construção da transversalidade e difusão de pautas que compõem as demandas das ruas, naquilo que Fernando Pairican (2021, p.350) chama de “arco do possível”, permitido pelo momento político e social promovido pelas revoltas e que abre caminho para discussão e debate de outros horizontes possíveis.

Não se trata, portanto, de um movimento radical e revolucionário – em que pese a percepção de que haviam grupos cujo desejo era tal –, mas das possibilidades que são abertas dentro da esfera política por meio da abertura ao Outro, diferente, que ocorre na esfera pública. Quer-se dizer, quando as manifestações rejeitam as figuras tradicionais das políticas e seus mediadores convencionais, elas buscam por formas de expressar essa insatisfação por meio de uma linguagem antineoliberal, adotando e reconhecendo a luta, a história e a importância do projeto que as pautas de grupos indígenas, negros e de mulheres possuem enquanto formas de resistência e contraponto à hegemonia dominante.

Em resumo, o movimento dos *estalidos* ocorre da seguinte forma: um fato ensejado por uma política considerada injusta por amplos setores da sociedade acende uma faísca, levando ao apoio de outros grupos aos reclames apresentados por determinada categoria, a brutalidade policial e o reconhecimento de que esses sujeitos e sujeitas, mesmo em suas diferenças, encontram na forma precarizada de vida um denominador em comum escalona as manifestações a pautas mais amplas, difusas e transversalizadas, acumuladas por décadas de políticas ineficientes. Com a ascensão de uma forte crise de legitimidade das instituições políticas, o Povo passa a não se ver representado até mesmo por movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, que, muitas vezes, funcionam como mediadores entre a sociedade e o Estado; na busca por novas formas de se expressar e manifestar-se, há a percepção que a linguagem dominante não permitiria que as pautas levantadas pelas ruas chegassem aos corredores das Instituições, seria necessário procurar formas de evadir a conduta tradicional formal, buscar outras linguagens,

capazes de subverter a esfera pública e se expressar como contraponto ao denominador em comum da insatisfação: era necessário destituir o neoliberalismo.

Demanda-se, portanto, por novas formas de fazer e pensar política, que passam tanto pela esfera pública, quanto pela esfera política, com todas as implicações institucionais inerentes. Entretanto, o que esse debate “destituinte” dessa normativa neoliberal fará surgir é não somente as formas pelas quais se pode ocupar os espaços políticos, mas qual o papel da sociedade, dos movimentos sociais e dos partidos políticos, como o debate pode ser oxigenado e, até mesmo, os perigos que podem ocorrer quando essa destituição deixa um espaço a ser preenchido.

4.3 LIMITES DA REPRESENTATIVIDADE: OS DILEMAS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA DESDE O *OUTRO* OU SOBRE O QUE RESTA QUANDO SE DESTITUI

Levando em considerações as questões e dilemas apresentados nos subtópicos anteriores, busca-se compreender- a partir da linguagem que as manifestações apresentam e o caráter destituente catapultado pela crise de legitimidade nas instituições políticas tradicionais – os limites do modelo de democracia representativa liberal. A partir dessa análise, o objetivo é demonstrar não somente o que buscavam aqueles que tomavam as ruas, mas a maneira pela qual entendiam que poderiam fazer suas demandas e ideias se infiltrarem nas instituições. Não só destituir, (re)construir formas pelas quais esses grupos entendem que devem seguir lutando para manter suas pautas, e de que forma compreendem poder burlar a gramática normativa liberal. Trata-se de compreender não somente o caráter destituente dos *estalidos*, mas do que resta quando se destitui a legitimidade das instituições.

Ao encontrar os limites institucionais impostos pela normatividade neoliberal, as Instituições Políticas que compõem o Estado perdem a sua legitimidade perante a massa que se revolta nos protestos. Sem o espelhamento nesses espaços, o Povo busca formas pelas quais sua expressão política possa ir para além das linhas da gramática dominante, para ter suas pautas ouvidas, era necessário falar para além da linguagem neoliberal, construir novas alternativas na esfera política, que não estivessem inseridas dentro racionalidade que tomou a burocracia estatal. Portanto, para que os aparatos institucionais pudessem abarcar as demandas dos protestos, seria necessário uma modificação na forma como a lógica dessa esfera estava organizada.

Com as revoltas nas ruas, a esfera pública passa a deter um papel importante enquanto espaço precursor de novas ideias, debates, formas e linguagens. Ante a impossibilidade de adentrar e promover mudanças radicais na gramática institucional, é na esfera pública que o Povo

passa a se encontrar em sua diferença, retomando a ideia de Dussel levantada no capítulo 1. Em que pese a difusão de bandeiras e grupos, ademais da falta de líderes e lideranças em protestos marcados pela espontaneidade de suas explosões, os diversos sujeitos, sujeitas, grupos e movimentos que compunham as manifestações se reconheciam em sua negativa de direitos.

Assim, enquanto sujeitos de não-direitos, marcados pela precarização das diversas esferas da vida (e dessa como um todo), esse se torna o laço que conecta as diversas demandas, pautas, identidades e grupos que caracterizam a diversidade e difusão da revolta. A partir da análise das falas, formas de organização, manifestação e debate público nos espaços das manifestações, pode-se perceber como a ideia de “não-direitos” não quer dizer ausência deles, senão que, dentro da racionalidade neoliberal que se instaura nesses países, a garantia de direitos já existentes, em grande parte positivados e reconhecidos pelas jurisprudências das cortes, perde sua eficácia perante a imposição da normativa dominante.

Trocando em miúdos, para além da existência de uma norma que garanta acesso à saúde e educação, por exemplo, não existe garantia da eficácia desse instrumento, e a negativa desses direitos, em que pese reconhecidos e repisados, passa a fazer parte da lógica de dominação que constrange à vida em precariedade. Na ausência de leis laborais que reconheçam a realidade frágil do trabalho nesses países, o não-direito se torna uma ferramenta essencial para a gramática neoliberal, adicionando mais um revés à ideia de que fora dessa normativa não há possibilidade de vida, ou ao sentimento de incapacidade perante a inoperância das instituições às quais os cidadãos, no clássico pacto social, poderiam recorrer em caso de violação de seus direitos.

O não-direito, nesse sentido, embora seja também ferramenta de dominação dessa gramática neoliberal enquanto negação de outras formas de vida, funciona no *estalido* como ferramenta de reconhecimento do Outro que, mesmo diferente, encontra-se na mesma escala de negação de direitos, conforme a ideia trazida por Dussel (2010), a qual debatemos no capítulo 1. Assim, com a conformação do quadro da precarização, o Povo reunido na revolta demanda seu reconhecimento enquanto sujeito e sujeitas de direito, com o, porém, de que a gramática neoliberal não dê o tom do reconhecimento, mas sim a gramática que a rua apresentava ali como alternativa.

Dessa forma, quando adentramos na linguagem da revolta chilena e colombiana, é possível notar como a linguagem usada pelo Povo que compunha a revolta possuía um forte tom antineoliberal. Seja pelos cartazes levantados ou pelos discursos proferidos, em ambos *estalidos* havia a denúncia clara e explícita contra o modo de vida promovido pelo neoliberalismo.

Há, nesse contexto, o reconhecimento de que a implementação da normativa neoliberal na burocracia do Estado, balizando as normativas, a formulação de políticas e todo o aparato

gestor que diz respeito às Instituições como um todo (Executivo, Legislativo e Judiciário), promoveu um processo de desdemocratização, afastando os setores mais vulnerabilizados não somente do processo de participação, senão que do próprio papel de garantidor da cidadania e dos direitos inerentes a ela que o Estado deveria observar (BROWN, 2015).

Ao afastar os sujeitos e sujeitas desse processo, balizando as bases da democracia a partir da premissa tecnicista neoliberal, o papel do Povo fica cada vez mais restrito, restando pouco espaço para expressão, menos ainda, para que outras formas políticas possam vir à luz.

En suma, las políticas fundamentales, atinentes a los modelos domésticos de sociedad, no son dispuestas ni por los ciudadanos, ni por los partidos, ni por los gobiernos latinoamericanos. Así pues, la estructura del poder internacional ciñe la gama de decisiones al alcance de los sistemas políticos locales y, con ello, la soberanía nacional y ciudadana. La democracia, tan exaltada por el neoconservadorismo-liberal, queda entredicho. (EZCURRA, 1998, p.57). (grifo da autora).

Em meio a esse processo, democracias que já não possuíam estruturas robustas se veem mais enfraquecidas, facilitando o acúmulo de insatisfações que subsistem por décadas nas duas nações andinas. Com a baixa adesão à democracia, os sintomas passam a ser reunir em meio ao caos generalizado que resume o grito de “basta!” tão reverberado nos protestos. Sem instituições a quem recorrer, com a fragilização dos partidos, sindicatos e movimentos mais tradicionais, essas insatisfações catapultam-se em uma crise da democracia liberal, onde o movimento difuso e diverso em seus reclames revela a realidade precária da vida e denuncia o papel crucial que a normativa neoliberal teve nesse processo.

Aclarada a questão a respeito do que essas revoltas diziam e queriam do Estado, no caso colombiano, é possível notar como a crise do sistema político estava profundamente dissociada do crescimento econômico. Enquanto o primeiro estava mergulhado no contexto da guerra interna, o segundo se via controlado diretamente pelo empresariado do país (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p.282).

Com um Estado fraco, cuja legitimidade se via colocada mais ainda em xeque pelas guerrilhas e pelo vultuoso comércio de drogas imiscuído em poderes paralelos, buscou-se corrigir essa debilidade com a forte influência do exército, especialmente durante a gestão de Uribe, que contou com suporte e reforço dos Estados Unidos tanto pelo Plano Colômbia como no apoio às iniciativas desse governo. É nesse contexto que as oligarquias fortalecidas conseguem formar grupos econômicos fortes, cujas influências persistem independente das orientações políticas das instituições, fomentando uma aliança entre essas oligarquias empresariais e as forças armadas, o que permitiu a manutenção da estabilidade econômica por muitos anos, e

“fazendo do sistema político um apêndice a soldo das oligarquias” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p.282-283).

Com a pandemia de COVID-19 em 2020, a situação social do país, que já vinha apresentando sinais de descontentamento e desgaste com o então governo de Ivan Duque, se agrava mais ainda com o aumento dos níveis de pobreza e insegurança alimentar, potencializado pela necessidade de isolamento social necessário à contenção do vírus. Além disso, ante a urgência de conter os casos de coronavírus, se vê a potencialização dos níveis de desemprego e da precariedade do trabalho.

Como já dito acima, entre 2020 e 2021 – períodos mais críticos da pandemia – há o aumento de 3,2% no índice de desemprego do país. Porém, outro dado importante para que possamos compreender como o contexto pandêmico serviu, no caso colombiano, também, para catapultar as revoltas de 2021, está na forma pela qual o governo colombiano escolheu manejar as políticas de combate ao vírus. Luis Eduardo Hoyos (2022, p.68), revela que o Estado colombiano, durante esse período, gastou de 2% a 3% de suas receitas com o setor social, o qual, por sua vez, sofreu com o desmantelamento das políticas públicas e educacionais.

Ante esse cenário, o *paro nacional* de abril de 2021, inicialmente convocado por algumas centrais sindicais, movimentos estudantis e organizações indígenas contra a proposta de reforma tributária do governo Duque, ao final, se uniu à longa e difusa lista de demandas que já era pleiteada desde o final de 2019, essa que, por conta da emergência sanitária, acabou em suspenso até as revoltas de 2021 (HOYOS, 2022, p.70).

Nesse meandro, ao tentar usar tal reforma como plano para lidar com a crise econômica deixada pela pandemia de COVID-19, o governo colombiano provocou o recrudescimento de questões que já vinham se acumulando por décadas, nas quais outras questões pareciam mais urgentes que, porém, no momento de eclosão da revolta, já não pareciam mais encontrar subterfúgio sob o pretexto das urgências.

Em mais um paradoxo, tanto o Estado chileno quanto colombiano apresentavam-se como fracos e ausentes em muitas áreas, seja a falta literal desse em territórios tomados por narcotraficantes ou guerrilhas na Colômbia, ou na falta de um ente que pudesse garantir acesso a direitos sociais básicos (ausentes na constituição chilena em vigor até o momento em que se redige esta dissertação), mas que se apresentavam fortemente como garantidores do modelo econômico, intervindo diretamente em diversos setores da sociedade para garantir os interesses privados.

Na conjuntura da revolta e no reconhecimento do neoliberalismo como o inimigo em comum, as manifestações se tornam verdadeiras explosões, ou *estalidos* como o próprio nome

em espanhol quer dizer, os quais passam a ser brutalmente sufocados pelas forças policiais do Estado, herança da militarização de ambos os países. Tais explosões não buscavam diálogo com as Instituições, elas demandavam respostas e soluções imediatas, tampouco iam pelas mediações antes realizadas pelos partidos políticos, sindicatos e movimentos como o estudantil, outrossim, também não procuravam adaptar suas condutas e linguagens aos termos burocráticos e normativos, havia um rebelar-se pautado na resistência da gramática daqueles e daquelas vulnerabilizadas pelos processos de neoliberalização da economia e do Estado.

Era necessário adentrar nas estruturas burocráticas se mudanças mais robustas eram desejadas, não obstante, também era sabido que se fosse feito aos moldes normativos tradicionais, essa linguagem seria moldada aos parâmetros da gramática neoliberal, garantindo que essas pautas rebeldes não danificassem o sistema estabelecido. Assim, era necessário encontrar mecanismos pelos quais essa linguagem das ruas pudesse estar presente nas instituições políticas, passando da esfera pública para a política, como denúncia ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se apresentasse como resistência e alternativa (DUSSEL, 2010; BROWN, 2015).

Nesse ponto, os limites institucionais, políticos, sociais e econômicos das revoltas se tornam mais claros, pois há de se levar em consideração que, mesmo com a contrariedade do movimento em promover negociações com os governos, ainda, a clara dificuldade que esse tinha em manobrar a situação social dos países, haja vista o caráter espontâneo e não orgânico das manifestações, o que fica explícito no caso chileno, visto o rechaço a proposta do acordo de paz, costurada pelo então deputado Gabriel Boric, e que levaria o plebiscito que aprovou a eleição de uma Convenção constituinte.

Trata-se de uma postura tomada por alguns grupos que compunham as manifestações que compreendiam que a assinatura do Acordo Pela Paz e pela Nova Constituição faria parte de um acordo proposto pelo então governo de Sebastian Piñera, que entenderia a “paz” como uma forma de calar esses movimentos (CARRILLO, MANZI, 2021, p.75). Nesse sentido, durante esse processo, as pautas levantadas pelas manifestações de outubro de 2018 teriam que ocorrer dentro da moldura da normativa neoliberal, ao mesmo tempo em que oferece como contraponto a oportunidade de mudanças mais profundas no modelo chileno.

A complexidade do *estallido* chileno e a consequência direta dele (a abertura de um processo constituinte) reside na dicotomia entre realidade vs possibilidade que o momento constituinte permite. Embora grupos vissem o acordo com desconfiança, não só pelo interesse do governo em usar o acordo para desmobilizar as manifestações, mas porque a janela aberta pela constituinte também permitiria abrir os caminhos para as forças mais conservadoras e a direita do espectro político (SHARP, 2021, p.96). Assim, a possibilidade de mudança e avanço estaria

posta tanto para o campo conservador como para o progressista, exigindo a recomposição de forma mais orgânica dos grupos que promoveram as manifestações para que elas tivessem mais força durante o processo (SHARP, 2021, p.96).

Passada a euforia das manifestações, com o rechaço da primeira versão do novo texto, resta saber como a sociedade chilena irá restabelecer suas forças, laços e lutas, tendo a memória dos *estalidos* ainda fresca na memória. Sendo considerado um ponto essencial para o governo Boric, ao qual a derrota no plebiscito foi vista como uma derrota ao governo também, a discussão sobre a nova constituição ainda parece ser um tema que ocupará a esfera política do país por um tempo, resta saber como essas forças serão repensadas para próxima rodada.

O debate a uma nova constituição, portanto, como vimos, abriu caminho para que as demandas das ruas pudessem ser institucionalizadas e, de alguma forma, pudesse provocar a mudança no sistema econômico, político e social. Todavia, significava, também, confrontar-se com as forças políticas, econômicas e sociais dominantes e que, assim como as pautas das revoltas encontravam amparo na sociedade, terá sua força legitimada por outros grupos que estão de acordo com a normativa neoliberal.

Na Colômbia, Gustavo Petro e Francia Márquez no executivo colocam em voga a força que as ruas foram capazes de catalisar, em duas figuras que, talvez, não possuíssem o capital político necessário para chegar ao executivo em outros momentos da história. Mesmo que não tenha ocorrido um processo constituinte como no Chile, a eleição dessas duas figuras para a presidência colombiana marca um passo simbólico e real na disputa de forças dentro desse país, pois implica a chegada ao poder de grupos que jamais tiveram espaço para sequer serem ouvidos, abre caminho para que outros grupos vulnerabilizados possam manter a organização das ideias e os debates que podem renovar e oxigenar os debates nas instituições políticas desse país andino nesse novo capítulo marcado pela resolução de conflitos.

Em um momento em que a falta de resolução, pela incapacidade de ambos os lados chegarem a um acordo, pode facilitar o processo de desmobilização da explosão, podemos ver com melhor profundidade até onde esses protestos podem “esticar a corda” do questionamento dessa normativa dominante. Claro, haverá a contrapartida da parte hegemônica, que buscará manter o *status quo*, seja pela repressão policial ou pela construção de acordos que possam ser benéficos à manutenção do poder, e o embate entre os dois lados leva a quebra de braço que pode decidir até onde vai o impacto dos *estalidos*.

Se a eleição de duas vozes dissonantes será o suficiente para romper com as décadas de doutrina de segurança e a herança de um Estado, que raras vezes teve preocupação com o social, ainda é cedo. Todavia, já demonstra como a crise de legitimidade dessas instituições são

capazes de realizar mudanças antes impensáveis em um país como a Colômbia. Dessa forma, buscamos compreender melhor como a revolta social dos últimos anos fora capaz de afirmar essa crise de legitimidade, abrindo caminhos para que vozes vulnerabilizadas pudessem ser ouvidas.

Há de se reconhecer que a força do Estado, seja em seu aparato policial, político ou burocrático é mais forte que a presença nas ruas, e a desmobilização com o passar do tempo seria um movimento mais fácil. Portanto, para àqueles que buscavam nessa explosão uma forma de implementar mudanças mais robustas, era necessário quase que correr contra o tempo.

Assim, com a aparente construção de uma pacificação por meio dos acordos, por mais que considerados ilegítimos ou por não terem atingido a expectativa de alguns setores que compunham o *estalido*, resta o “retorno”, ou melhor, o “não-retorno” dessas sociedades ao ponto que se encontravam antes da revolta. Há de se levar em consideração que diversas insatisfações foram levantadas, a tal ponto que o questionamento da normativa neoliberal supera um tabu, se promove uma oxigenação das ideias, dos debates e dos questionamentos, pergunta-se sobre qual o papel dos partidos, do Estado, dos direitos, dos poderes, dos sindicatos, da forma de vida.

A força destituente desses processos se mostra aqui uma força não por ter sido ou não bem sucedida na tarefa de destituir a normativa neoliberal propriamente, mas por se colocar como uma outra via. Não somente de mudanças radicais se fazem esses efeitos, mas se promove a mudança de paradigmas antes tido como estáveis, questionamentos antes inquestionáveis e verdades jamais desmentidas.

Isto posto, na impossibilidade de destituição completa das Instituições como estão postas hoje, era necessário usar os mecanismos existentes dentro da burocracia do Estado, mas, dessa vez, com a garantia que a linguagem não fosse totalmente dominada pela gramática neoliberal. No desafio de garantir institucionalizar, percebe-se com essas novas formas de fazer política e organizar-se socialmente, a deslegitimação das Instituições Políticas, dos partidos, sindicatos e de movimentos sociais mais tradicionais, promovido pela crise de legitimidade, as novas formas de se organizar, pensar, fazer política, bem como os questionamentos e propostas dos movimentos indígenas, mantêm-se presente em ambos os países.

Mesmo que dentro da burocracia do Estado, elas promoveram o sentimento de possibilidade e êxito dessas novas propostas, se colocando dentro da esfera política como uma possibilidade que não necessita ser traduzida à linguagem neoliberal, mas como verdadeiras alternativas na reconstrução e retomada das instituições. No mesmo sentido, as discussões e possibilidades levantadas pelos *estalidos* mantêm-se resistente na esfera pública desses países, garantindo que as insatisfações não desapareceram com a diminuição da proporção das revoltas. Uma

vez tendo assumido seu caráter antineoliberal, pugnando por alternativas e outras formas de vida, esses debates estarão presentes, ao menos pelas próximas décadas, nas Instituições Políticas tanto na Colômbia como no Chile.

Ainda que derrotada em plebiscito, a primeira versão da nova constituição chilena não extinguiu o desejo e necessidade de um novo documento se mantêm, e a sociedade e o Estado buscam reorganizar-se para que uma nova discussão seja posta em pauta. Em que pese os problemas que a primeira assembleia possa ter tido, eles representam a correlação de forças da sociedade, e implicam o embate das ideias das ruas com a normativa neoliberal, cujo resultado, por hora, não é claro, e somente poderá ser constatado após a aprovação e promulgação de novo texto. Portanto, o campo ainda está aberto para disputa, resta saber como as forças progressistas irão conseguir reconstituir essas forças para o novo embate.

Na Colômbia, que novas forças políticas parecem finalmente ter encontrado seu lugar na política desse país parece um caminho possível, abre caminho para que as forças por anos ocultadas e suprimidas pela urgência da guerra interna possam expor seus pensamentos para fora da insegurança política que por anos assombrou o país. Em uma nação cujo primeiro candidato à presidência de esquerda ter chegado com vida ao dia da eleição é motivo de comemoração, A eleição de Petro e Márquez pode marcar o início de um novo momento político para as forças progressistas se organizarem e buscarem se colocar como alternativa, promovendo debates e questionamentos acerca do modelo neoliberal de implementação das políticas colombianas, para além do velho “a economia vai bem, o país vai mal”, uma nova página se coloca em aberto, resta saber como essa janela pode e será ser ocupada.

A lição da revolta é para compreender o que se resta quando se destitui algo, o que se coloca no lugar do vazio que se deixa, e como esses espaços podem ser preenchidos. Da mesma forma como forças progressistas, com bandeiras antineoliberais se colocavam como opção, haviam também forças contrárias, conservadoras, ortodoxas, que se propunham a ocupar o vazio deixado.

Há, na forma como desordenadamente se ordenou duas das maiores explosões sociais da história da América Latina, o que podemos tirar quando se fala para além da gramática dominante, e de como adaptar o discurso a essa lógica é danoso à vida. Para além dos discursos, o debate promovido pelos *estalidos* oxigenou a esfera pública, levou as questões para dentro do Estado e de suas Instituições Políticas, demandou que esses compreendessem outra linguagem além daquela emoldurada pelo neoliberalismo, elegeu uma líder indígena mapuche presidente de uma assembleia constituinte em um país em que sequer os Povos Originários possuem

direitos reconhecidos, levou o primeiro presidente de esquerda à presidência e uma mulher negra, ativista ambiental, vítima da violência de seu próprio país à vice-presidência.

São fatos que podem parecer pequenos dentro do quadro geral do atual estágio do capitalismo e de como o neoliberalismo segue se modificando para manter seu status dominante, mas representam modificações robustas dentro de países nos quais antes parecia impossível duas mulheres vítimas da vulnerabilização promovida pelas políticas neoliberais ocuparem cargos importantes na política e na sociedade andina e, por que não, latino-americana como um todo. Trata-se da herança de não-retorno dos debates e das pautas trazidas pelas ruas, uma outra realidade foi posta à luz, e não há como a colocar de volta à escuridão, existem outras possibilidades que podem ser construídas e que estão, agora, inseridas dentro da esfera política não mais dentro da linguagem neoliberal, mas em sua própria, resta saber, nos anos que virão, qual impacto elas terão na busca pela destituição.

CONCLUSÃO

O trabalho buscou, por meio da apresentação de seu marco teórico no primeiro capítulo, compreender o papel histórico da esfera pública e da colonização na América Latina, de forma que esses pontos pudessem ser interseccionados com a forma como o neoliberalismo se insere no Estado e suas instituições políticas enquanto uma normativa. Nesse sentido, a conformação dessas categorias dentro de sociedades desiguais como as existentes na América Latina leva a processos de esfacelamento das esferas política e pública, que se veem apartadas do Povo, esse enquanto categoria social oprimida pelos anos de políticas de sucateamento do público.

No cenário de tomada da burocracia e do aparato do Estado pela tecnocracia neoliberal, os custos de implementação desse projeto levam a formação de cenários sociais de precariedade de várias esferas da vida, como trabalho, saúde, educação e previdência. Com a tomada do aparato institucional pela gramática normativa do neoliberalismo, cria-se uma barreira na qual os grupos mais vulnerabilizados por essa normativa não conseguem acessar os espaços políticos capazes de promover mudanças mais robustas dessa realidade.

A normativa neoliberal, portanto, se apresenta como balizadora das esferas políticas do Estado, de tal forma que, aos grupos, sujeitos e sujeitas que se apresentem fora da gramática proposta por essas estruturas, a linguagem daquilo que é diferente, ou o Outro, serão marginalizados nesse processo, relegados aos contextos de vulnerabilização e precarização. Nesse processo, a democracia acaba impugnada pela gramática dominante, que garante aos grupos que não estejam em conformidade com essa linguagem sejam filtrados do processo político, levando a crises de representatividade e legitimidade das instituições.

Quando analisamos os *estallidos* ocorridos no Chile em 2019 e na Colômbia em 2021, nota-se como, em se tratando de país altamente neoliberalizados, há um acúmulo da marginalização social que, por muitas décadas, fora encobertas por outros temas tidos como mais importantes para vida política e social do país. No caso colombiano, pela urgência da violência que assolava seu território e no Chile pela dificuldade política herdada pelos enclaves autoritários de Pinochet. No primeiro país, a possibilidade de um período de relativa paz promove a possibilidade de exigências para além da própria necessidade de segurança; no segundo, os entraves da constituição chegam em seu limite após décadas de luta por reformas que nunca se mantinham, e o engavetamento da constituinte por um governo com traços mais autoritários traz à memória da sociedade momentos de repulsa histórica.

Nesse contexto, o grupo que aqui denominados de povo, composto pela massa oprimida e marginalizada por anos de políticas neoliberais, de dismantelamento do Estado social, de violações de direitos e precarização da vida, se dá conta, conforme Dussel, que é nessa negativa

de direitos que as suas diferenças os tornam iguais. Em pautas tão difusas e composições tão plurais, as revoltas desses dois países revelam como os sujeitos, sujeiras e grupos mais diversos, precarizados pela normativa neoliberal, podem se reconhecer em suas diferenças enquanto Povo, e em como esse reconhecimento na esfera pública se abre caminho para possibilidades de pensar outras formas de fazer política.

Assim, quando se irrompe a explosão social chilena e colombiana, o acúmulo de décadas de insatisfações sociais parece encontrar um único inimigo em comum: o neoliberalismo. Todavia, após muitas tentativas de adaptação da linguagem aos termos neoliberais, os problemas retornavam sem solução, para que as revoltas pudessem provocar mudanças mais robustas, era necessário falar para além do neoliberalismo, em uma linguagem de resistência e revolta. Já que nos sistemas políticos elas não encontrariam respaldo ou lugar, novas possibilidades poderiam se abrir.

Na segunda parte, quando analisamos a formação e caracterização dos sistemas políticos de Chile e Colômbia, compreendemos como se deu a infiltração do pensamento neoliberal nas instituições desses países e como ela corroborou para o constrangimento da democracia.

Na Colômbia, o grave contexto de violência abria caminho para que o Estado pudesse agir com truculência e permitindo o desmantelamento de políticas sociais e a ocupação da agenda do Estado a partir dos parâmetros exigidos pelos credores internacionais, nomeadamente, Estados Unidos, FMI e Banco Mundial. A urgência da guerra interna permitia que os governos se escapassem das questões sociais sob o pretexto do escalonamento desse tema, ademais, a falta de controle estatal sobre o próprio território para grupos narcotraficantes, guerrilheiros e paramilitares, dificultava o acesso do Estado ao Povo e vice-versa.

Nessa conjuntura, era como se existissem duas Colômbias, uma na qual as elites possuíam o controle do território e pareciam gerenciar o Estado de forma paralela, em conformidade com o receituário neoliberal exigidos pelos credores externos. Do outro lado, havia um outro país esquecido, do qual o Estado sequer tinha o domínio, ou posse, e do qual deveria se garantir certa estabilidade, mesmo com a guerra interna, para que irrupções sociais não desestabilizassem os paradoxais bons índices econômicos.

Assim, conforma-se instituições políticas que flutuam sobre a realidade social, apartadas do Povo, na qual mesmo os partidos políticos foram fomentados de forma a sempre buscar legitimar o Estado, em uma postura defensiva, sem proposições concretas sobre sociedade e políticas públicas. Quando os acordos de paz são aprovados em 2016, abre-se espaço para um momento de relativa paz no conturbado histórico colombiano, permitindo nesse respiro que outras pautas pudessem sair à luz. Sem o pretexto da violência, a pandemia de COVID-19 acirra

os ânimos nos temas mais sensíveis da sociedade, que passa a ameaçar a pretensa estabilidade econômica com as greves gerais e as ruas em chamas. O social se tornava, portanto, tema central da política no país, porém, as instituições eram incapazes de falar a língua do Povo.

No Chile, a pretensa estabilidade do sistema político na verdade mascarava uma realidade que também apartava as instituições do Povo. Com a ditadura de Pinochet e a institucionalização do modelo neoliberal por meio de sua constituição, escancara-se a incapacidade das instituições políticas em promoverem respostas e enfrentarem a questão social. Da mesma forma como na Colômbia, os partidos se mostravam incapazes de apresentar propostas, alternativas ou modelos que dessem vazão as insatisfações acumuladas.

Na década que varreu o país com manifestações estudantis, feministas e indígenas, a negativa em modificar a constituição por parte de um governo com tons autoritários leva uma faísca acendida por estudantes secundários insatisfeitos com o aumento da passagem de ônibus de Santiago a uma grande chama que tomou o país de ponta a ponta e levou ao plebiscito que deve levar o país a uma nova constituição nos próximos meses.

Na impossibilidade de se expressar, se fazer ouvido e representado, compreende-se, com a experiência desses dois países, o papel normativo que a razão neoliberal passa a ter na sociedade (conforme Dardot, Laval, Harvey e Brown) e as implicações que essa dinâmica terá na democracia liberal, a partir das implicações do sufocamento do Outro pela gramática normativa implementada pelo neoliberalismo.

Estabelecendo essa premissa, podemos compreender como se dá os processos de crises políticas e sociais que são desencadeadas nas sociedades desses países. A partir daí, situa-se a função que a gramática neoliberal passa a ter nas instituições e como elas funcionam enquanto mecanismos de dominação que impedem grupos minoritários de ascenderem suas pautas e fazer suas demandas serem ouvidas. Uma vez colocados em uma posição marginal, se tornam sujeitos não implicados na política, isto é, passam a não encontrar sua linguagem representada no modelo de democracia liberal proposto, ainda mais pela impregnação liberal a qual passa a estar.

Quando chegamos a última parte do trabalho, podemos notar como, uma vez sem encontrar esse espaço onde possa expressar-se, tendo em vista que o próprio espaço que devia servir de mediação entre as instituições e a sociedade (esfera pública) encontra-se implicada nessa dinâmica de dominação, passando a ser um filtro no qual as demandas desse Outro vulnerabilizado raras vezes encontram local onde possam dar vazão, o Povo passa buscar formas na qual possa (re)tomar essa esfera para si. A partir da crise de legitimidade e representação gerada pela falta de reconhecimento frente a gramática das instituições, traz-se

de volta a ideia de Dussel de que esses sujeitos que se encontram à margem passam a se unir e a se reconhecerem em suas diferenças pelo fato de se verem enquanto sujeitos de não-direitos.

A negativa de direitos enquanto dinâmica de reconhecimento entre o Povo, sujeito marginalizado, permite que essa categoria possa usar essa dinâmica para se unir, mesmo que os diversos grupos (negros, negras, mulheres, povos originários, pessoas em situação de vulnerabilidade econômica), com suas demandas específicas e diferentes discursos, vejam a necessidade de usar a esfera pública como espaço no qual podem fazer suas ideias terem espaço dentro das instituições políticas.

Trata-se aqui de subverter a gramática de dominação que permeava a esfera pública como forma de fazer com que esses grupos vulnerabilizados possam infiltrar suas ideias, pensamentos, demandas e formas de vida nas instituições. Assim, no caso de Chile e Colômbia, observa-se que as ruas e as manifestações se mostram como o campo catalisador no qual se faz ouvir não somente as insatisfações com os sistemas políticos, mas as demandas e ideias desse Povo.

Dessa forma, compreendendo a dinâmica de funcionamento das instituições políticas e a infiltração da racionalidade neoliberal na democracia desses países, podemos compreender como ele altera a gramática da participação política e impede que esses grupos que compõem o Povo ascendam a lugares onde suas formas de vida possam ser postas em pauta.

As revoltas de Chile e Colômbia se mostram, nessa perspectiva, paradigmáticas enquanto expressão não somente de insatisfação e falta de representatividade, mas de como é possível encontrar formas pelas quais se construam outras maneiras de fazer política e reconstruir a democracia. Nesse sentido, trata-se de compreender como esses *estalidos* se mostram como formas de realizar aberturas nessa normatividade que se pauta a partir da racionalidade neoliberal, e infiltrar ideias e formas de vida que possam ir para além dessa gramática hegemônica.

O que pretendeu esse trabalho, portanto, ao se debruçar com um olhar mais detento sobre os *estalidos* que ocorreram nesses países, quais são seus atores, grupos, sujeitos e formas, era compreender o que essas vozes expressavam quando tomavam as ruas e o que as levou até esse ponto. O objetivo é não somente mapear a composição dessas revoltas, mas compreender a partir de qual linguagem falam, e de que forma pensam em usar essa linguagem anti-hegemônica como forma de firmar a presença para além da marginalidade e garantir que esse sujeito de não-direitos encontre espaço dentro dessa democracia.

Mesmo que os resultados não tenham se mostrado como grandes revoluções capazes de mudar paradigmaticamente o Estado e seu aparato institucional, foi por meio dessas revoltas e

sua linguagem neoliberal que acontecimentos antes tidos como impossíveis puderam se materializar. Foi pela força das ruas que muitas pautas puderam entrar nessas sociedades de tal forma que implicaram em seus sistemas políticos a adaptação da linguagem desses à rua, não o contrário.

Seja pela forma como as pautas feministas passaram a ser tratadas como imprescindíveis, ou como as formas de viver e resistir das populações originárias desses países se mostraram como uma alternativa para além da dominação posta. Foi a explosão social de 2019 e 2021 que possibilitaram a abertura de um debate político por anos enclausurado sob o pensamento neoliberal do regime de Pinochet, abrindo caminho para que temas como educação e saúde gratuitas e universais pudessem ser debatidas no Chile, bem como o questionamento ao polêmico sistema previdenciário. Na Colômbia, foi a irrupção das ruas que permitiu o questionamento de políticas instituídas por quase um século no país, no qual o desejo por outras formas de vivenciar a experiência democrática levou a uma eleição onde não só, pela primeira vez na história, um candidato de esquerda chegou vivo ao dia da eleição, como foi eleito presidente junto a primeira mulher negra a ocupar o cargo de vice-presidente.

Mesmo que não revolucionárias, implicam em pontos de não-retorno, no qual temas e pautas antes esquecidas ou quase proibidas agora saíram a luz, e, na disputa de narrativas promovidas pela linguagem dominante e dominada, possibilita o espaço aberto para disputas.

São conquistas que podem parecer inseridas, neste momento, muito mais no campo simbólico que em termos reais de mudanças mais profundas, mas que demonstram como os questionamentos a normativa dominante podem abrir espaços para novas formas de fazer política. A memória dos *estalidos* ainda é um acontecimento que permanecerá na história desses países, e, especialmente nas instituições políticas, implicou em processos ainda não finalizados, que abrem caminhos para oxigenação de ideias e novas formas de organização políticas, as quais devemos manter o olhar atento nos próximos anos.

Em países com déficits democráticos históricos, mais que um acerto de contas, essas revoltas se mostram como uma forma de fazer como que o Povo finque sua existência. Não somente nas revoltas como atos de resistências, mas de construção, ou reconstrução, desses sistemas políticos, que pode começar pelo reconhecimento da dinâmica de opressão da gramática que pauta seus sistemas políticos e as implicações que terão no nível social. Assim, trata-se de compreender os níveis de linguagem, seus limites de tensão dentro da democracia liberal e as formas que se podem construir a partir da denúncia da racionalidade neoliberal enquanto impeditiva de acesso a essas instâncias institucionais.

REFERÊNCIAS

- ACNUDH. **El Paro Nacional de 2021: Lecciones Aprendidas para el Ejercicio del Derecho de Reunión Pacífica en Colombia**. Escritório da ACNUDH na Colômbia, 2021.
- ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. **Sistemas políticos de América latina**. 1999.
- ÁLVAREZ-RODRÍGUEZ, Adolfo Adrián. **El Paro nacional del 2021 en Colombia: estallido social entre dinámicas estructurales y de coyuntura**. La relevancia de la acción política y del diálogo en su desarrollo y transformación. *Prospectiva*, n. 33, p. 1-12, 2022.
- ARCHILA, Anadolu Mauricio Neira. **Paro nacional 2021, un hito en la protesta social de Colombia**. Entrevista concedida a Sammy Johan Palomino Uribe. Anadolu Agency, Colômbia. 30 de junio, 2021.
- ASTE LEIVA, Bruno. Estallido social en Chile: la persistencia de la Constitución neoliberal como problema. **DPCE Online**, v. 42, n. 1, 2020.
- ASTE, Bruno Leiva. Estallido social en Chile: la persistencia de la Constitución neoliberal como problema. **DPCE Online**, v. 42, n. 1, 2020.
- ATEHORTÚA CRUZ, Adolfo. **El golpe de Rojas y el poder de los militares**. *Folios*, n. 31, p. 33.48-33.48, 2010.
- AVENDAÑO, Octavio. ESTALLIDO SOCIAL EN CHILE: LOS DILEMAS POLÍTICOS DESDE OCTUBRE DEL 2019. **Política. Revista de Ciencia Política**, v. 57, n. 2, 2019.
- AYALA, Cesar Augusto Diago. El discurso de la conciliación: Análisis cuantitativo de las intervenciones de Gustavo Rojas Pinilla entre 1952 y 1959. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, p. 205-243, 1991.
- BARROS, Robert. **Constitutionalism and dictatorship: Pinochet, the Junta, and the 1980 constitution**. Cambridge University Press, 2004.
- BASSA, Jaime. **No Chile, está em Curso uma Destituição do Neoliberalismo**. In.: Chile em Chamas: a Revolta Antineoliberal. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021.
- BCN - BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE**. Deuda educacional por hogares: análisis comparativo de la evolución de la deuda y el costo de la educación. Santiago: BCN, 2018. Disponível em: https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/27006/2/BCN_deuda_educacional_por_hogares_final.pdf.
- BECKER, Renato Cristi. La noción de poder constituyente en Carl Schmitt y la génesis de la Constitución chilena de 1980. **Revista Chilena de Derecho**, p. 229-250, 1993.
- BLEIER, Elisabeth Ungar; ARÉVALO, Carlos Arturo. Partidos y sistema de partidos en Colombia hoy: ¿crisis o reordenación institucional. **Partidos políticos en la Región Andina: entre la crisis y el cambio**, p. 51, 2004.
- BOREL, Marcelo; TANSCHKEIT, Talita. **Perspectivas pós-eleições no Chile**. Cadernos Konrad Adenauer, no prelo, 2019.
- BRINGEL, Breno. **Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza Cambios en los sujetos y los sujetos del cambio**. In.: Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en

América Latina. Org. Breno Bringel, Alexandra Martines y Ferdinand Muggenthaler. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo. 2021, disponível em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/desbord-des-estallidos-sujetos-y-porvenires-en-america-latina.pdf>.

BRITO, Sofía. **O Processo Constitucional tem Muitas Armadilhas**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution**. Mit Press, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo** Tradução: Mario Marino e Eduardo Altheman Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CADAHIA, Luciana. **Gustavo Petro's Administration Heralds a New Progressive Cycle in Latin America** [entrevista concedida à] Nicolas Allen. JACOBIN, 2022. Disponível em: <https://jacobin.com/2022/07/gustavo-petro-colombian-leftist-latam-uribismo/>.
ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. **Sistemas políticos de América latina**. 1999.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A Nova América Latina**. Trad. Eliana Aguiar. 1ªed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2021.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARRASCO, Sergio DELGADO. La evolución político-constitucional de Chile. **Estudios constitucionales**, v. 6, n. 2, p. 301-324, 2008.

CARRILLHO, Alondra; MANZI, Javiera. **A explosão abriu a possibilidade de um momento de imaginação política radical**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

CASALS, Marcelo. La "larga duración" del autoritarismo chileno. Prácticas y discursos anticomunistas camino al Golpe de Estado de 1973. **Revista de Historia y Geografía**, n. 29, p. 31-54, 2013.

CASTRO, Angela Niño. **Los “ni-ni”: ni trabajo ni estudio ¿ni futuro? La protesta joven en el marco del paro 2021**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

CEPAL. CepalStat. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas Chile: Perfil nacional**. [s.d.]. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=1&country=chl&lang=es>.

CHILE. **Biblioteca nacional**. Memória chilena. Chile. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-channel.html>

CHILE. Constituição (1980). **CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPUBLICA DE CHILE**. Santiago, 21 de outubro de 1980. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/60446/3/132632.pdf>.

CHOMSKY, Noam; CORTES, Beatriz Miranda; BECERRA, Carlos Martínez. Plan Colombia. **Innovar**, n. 16, p. 9-26, 2000.

COLETIVO VYTRINA DYSTÓPICA. **A Revolta nos Obrigou a Pensar nas Instituições que inventamos.** in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

COORDINADORA 8M. **A Explosão Abriu a Possibilidade de um Momento de Imaginação Política Radical.** in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

CRISTI, Renato. Jaime Guzmán, capitalismo y moralidad. **Revista de Derecho**, Vol. X, diciembre 1999, pp. 87-102.

CRUZ, Edwin Rodríguez. **Crisis orgánica, insurrección popular y represión.** In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

CRUZ, Edwin Rodríguez. El federalismo en la historiografía política colombiana (1853-1886). **Historia crítica**, n. 44, p. 104-127, 2011.

CRUZ, Edwin Rodríguez. Relaciones cívico-militares, negociaciones de paz y postconflicto en Colombia. **Criterio jurídico garantista**, v. 8, n. 13, p. 12-41, 2016.

DA COSTA, Murilo Gomes; TANSCHKEIT, Talita São Thiago. **E, no entanto, ela se move! As Transformações Recentes da Democracia no Chile.** In.: América do Sul no século XXI.

DANE. **Pobreza monetaria y grupos de ingreso en Colombia: RESULTADOS 2022.**

Bogotá, Colômbia, abril, 2022. Disponível em:

https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones_vida/pobreza/2021/Presentacion-pobreza-monetaria_2021.pdf.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo.** Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DE VYLDER, Stefan. Chile 1973-84. Auge, Consolidacion Y Crisis Del Modew Neoliberal. **Ibero-Americana, Nordic Journal of Latin American Studies**, Vol. Xv.1-2, 1985, pp. 5-49.1985.

DONOSO, Igor Goicovic. La refundación del capitalismo y la transición democrática en Chile (1973-2004). **La Sociología en sus Escenarios**, n. 17, 2008.

DONOSO, Sofia. Dynamics of change in Chile: Explaining the emergence of the 2006 Pingüino movement. **Journal of Latin American Studies**, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2013.

DUSSEL, Enrique et al. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión.** Madrid: Trotta, 1998.

DUSSEL, Enrique. **1492 el encubrimiento del Otro: Hacia el origen del " mito de la modernidad"**. Plural, 1994.

DUSSEL, Enrique. **20 tesis de Política.** Ed.: Fundacion editorial el perro y la rana. Venezuela, 3ªed. 2010

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latino americana: acceso al punto de partida de la ética.** ed edicol, S.A. México, 2ª ed; Tomo I. 1973.

DUSSEL, Enrique. **Siete ensayos de filosofía de la liberación: hacia una fundamentación del giro decolonial**. Ed. Editorial Trotta S.A., Madrid. 2020.

E. GONZÁLEZ, Fernán G. **Excursus. El trasfondo político del paro: la crisis de representación de la sociedad colombiana**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

ECHANDÍA, Camilo Castilla; BECHARA, Eduardo Gómez. Conducta de la guerrilla durante el gobierno Uribe Vélez: de las lógicas de control territorial a las lógicas de control estratégico. **Análisis político**, v. 19, n. 57, p. 31-54, 2006.

EZCURRA, Ana María. **El neoliberalismo frente a la pobreza mundial**. Ed. Abya-Yala, Quito, Ecuador. 1998.

FELIPE, LOUREIRO. As duas faces do Janus chileno e a polarização antissistema. **Nexo Jornal**. Online. 2021.

FISHER, Karin. **The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet**. In The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective, with a new preface. Philip Mirowski; Dieter Plehwe (org). Ed. Harvard University Press, 2009.

FOLLEGATI, Luna. **O Feminismo Subverteu os Limites do Possível**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

GALINDO HERNÁNDEZ, Carolina. **Neopopulismo en Colombia: el caso del gobierno de Álvaro Uribe Vélez**. FLACSO, 2006.

GANTER, Rodrigo Solís. **Subjetivación política y revuelta de los que sobran Digresiones en torno a la dimensión generacional del 18-O en Chile**. In.: El despertar chileno: revuelta. Compilación de Rodrigo Ganter Solis. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción; Santiago: Escuela de psicología, Universidad Bernardo O'Higgins; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022.

GANTER, Rodrigo; ZARZURI, Raúl; HENRÍQUEZ, Karla; GOECKE, Ximena Goecke. **Introducción. De fracturas políticas y condiciones de posibilidad en el Chile post revuelta de octubre. Futuros en disputa y agendas de re-existencia**. In.: El despertar chileno: revuelta y subjetividad política. compilación de Rodrigo Ganter Solis et al. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción; Santiago: Escuela de psicología, Universidad Bernardo O'Higgins; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022. Libro digital, PDF

GARCÉS, Mario. Estallido social en el Chile neoliberal II Represión, agenda social y la presión social que no cesa. **Educación Popular en Salud**, 2019. Disponible em: <http://www.ongeco.cl/wp-content/uploads/2019/11/Estallido-social-II.pdf>.

GARCIA, Enrique Brahm. La visión de la diplomacia alemana sobre un momento de crisis del régimen de gobierno chileno: la caída del presidente Carlos Ibáñez del Campo en julio de 1931. **Rev. estud. hist. -juríd.**, Valparaíso, n. 33, p. 487-510, 2011. Disponible en: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-54552011000100014&lng=es&nrm=iso.

GAUDICHAUD, Frank. A 40 años del Golpe: historiografía crítica y pistas de investigación para (re) pensar la Unidad Popular. **Tiempo histórico: revista de la Escuela de Historia**, n. 6, p. 63-79, 2013.

GONÇALVES, Lara Sartorio. "**¡Se murió la vieja!**": em meio ao que se enterra do velho, o que o Chile traz de novo? In. COMUNICA AMÉRICA LATINA. Org. Observatório de Movimentos Sociais da América Latina. Rio de Janeiro, 2022.

GONZALEZ PALMA, Eric Eduardo. NOTAS SOBRE O PROCESSO CONSTITUINTE CHILENO 2019-2020. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 16, 2020.

GONZÁLEZ, Fernán. La crisis de representación de la sociedad colombiana: Un intento de análisis político del Paro Nacional de 2021. **Revista Controversia**, (218), 87-125. Colômbia, 2022.

GONZÁLEZ, Leonardo; MONSALVE, Luisa. **Voz pública y democracia**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF. 2022.

GRANADOS, Marta Saade; MORA, Carlos Alberto Benavides. El paro de paros en Colombia: estallidos plurales y disputas en común. **REVISTA CONTROVERSIA**, n. 218, p. 15-52, 2022.

GUEVARA LATORRE, Juan Pablo. El Plan Colombia o el desarrollo como seguridad. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 38, n. 1, p. 63-82, 2015.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Denilson Luís Werle. 1ªed. São Paulo: ed. Unesp, 2014.

HEISS, Claudia Bendersky. Soberanía popular y "momento constituyente" en el debate sobre cambio constitucional en Chile. In: **Anales de la Universidad de Chile**. 2016. p. 111-125.

HEISS, Claudia BENDERSKY; SZMULEWICZ, Esteban. **La Constitución Política de 1980**. Repositório UChile. 2018.

HOYOS, Luis Eduardo. **Explota Colombia**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

HUNEEUS, Carlos. Tecnócratas y políticos en un régimen autoritario los "Odeplan Boys" y los "Gremialistas" en el Chile de Pinochet. **Revista de Ciencia Política**, v. 19, n. 2, p. 125-158, 1998.

Instituto Nacional de Estadísticas. Boletín empleo nacional trimestre móvil noviembre-diciembre 2018-enero 2019 [PDF]. Santiago, Chile: Instituto Nacional de Estadísticas, 2019. Disponible em: https://www.ine.gob.cl/docs/default-source/ocupacion-y-desocupacion/boletines/2018/pais/espanol/boletín-empleo-nacional-trimestre-móvil-noviembre-diciembre-2018-enero-2019.pdf?sfvrsn=adf20374_3.

JAKSIC, Iván; SERRANO, Sol. El gobierno y las libertades la ruta del liberalismo chileno en el Siglo XIX. **Estudios públicos (Santiago)**, n. 118, p. 69-105, 2010.

JIMÉNEZ, William Ortiz. Violencia política en Colombia. Paradojas e institucionalización de una disfunción. **Civilizar**, p. 129, 2015.

LEIVA, Bruno Aste. Estallido social en Chile: la persistencia de la Constitución neoliberal como problema. **DPCE Online**, v. 42, n. 1, 2020.

LOVERA, Domingo. **Derechos sociales en la Constitución del 80 (y de 1989 y de 2005)**. In.: En Nombre Del Pueblo: Debate sobre el cambio constitucional en Chile. Org. Claudio Fuentes. Ediciones Böll Cono Sur. Santiago, 2010. p.217-243.

LOZANO-SUÁREZ, María. **Contra-conductas de 2021 en Colombia: entre la (des)aceleración de la economía y la constitución del homo politicus**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

MARISTELLA, Svampa. **Interseccionalidad y sujetos del 18-O chileno**. In.: Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina. Org. Breno Bringel, Alexandra Martines y Ferdinand Muggenthaler. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo. 2021, disponible em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/desbordes-estallidos-sujetos-y-porvenires-en-america-latina.pdf>.

MAYO, Simona et al. **R DE REVUELTAS Un relato colectivo y champurrea (mestizo) del 18-O en Chile**. In.: Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina. Org. Breno Bringel, Alexandra Martines y Ferdinand Muggenthaler. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo. 2021, disponible em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/desbordes-estallidos-sujetos-y-porvenires-en-america-latina.pdf>.

MEJÍA, Oscar Quintana. **Constitución sitiada, neototalitarismo y paz hecha trizas en Colombia. Por un marco de sentido desde la filosofía política**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

MENDES, Ricardo. 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 8, p. 172-190, 2013.

MERINO, Manuel Antonio Garretón. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado: Los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010**. Editorial Arcis, 2013.

MESINA, Luis. **Estamos Diante de um Momento Inédito, Tudo Está em Disputa**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. Boitempo, 2018.

MONTERO, Violeta Barriga. **Lo que octubre se llevó Estallido social y crisis de representación en Chile**. In.: El despertar chileno: revuelta y subjetividad política. Org. Rodrigo Ganter Solis. [et al.]. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción; Santiago: Escuela de psicología, Universidad Bernardo O'Higgins ; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022.

MONTES, Angélica Montoya. **Pluralismos políticos o muerte a la democracia**. In.: *Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia*. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

MONTOYA, Juny Varga. **La mala educación de la “gente de bien”**. In.: *Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia*. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

NOGUEIRA ALCALÁ, Humberto. La evolución político-constitucional de Chile 1976-2005. **Estudios constitucionales**, v. 6, n. 2, p. 325-370, 2008.

OBSERVATORIO NUEVA CONSTITUICIÓN. **Análisis Constituyente n° 1: La instalación de la Convención**. Boletim 1. Online. Chile. 2021a.

OBSERVATORIO NUEVA CONSTITUICIÓN. **Análisis Constituyente N° 25 Las primeras normas constitucionales**. Online. Chile. 2021b.

ONU. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Colombia. Informe del secretario general. S/2021/824. Nova York, 2021.

ONU. **Oficina del Alto Comisionado de Derechos Humanos**. El Paro Nacional de 201: Lecciones Aprendidas para el Ejercicio del Derecho de Reunión Pacífica en Colombia. Colombia, dez. 2021.

ORTIZ DE ZÁRATE, VALDIVIA Verónica. Estatismo y neoliberalismo: un contrapunto militar Chile 1973-1979. **História (Santiago)**, v. 34, p. 167-226, 2001.

ORTÍZ DE ZÁRATE, Verónica Valdivia. **Yo, el León de Tarapacá: Arturo Alessandri Palma, 1915-1932**. 1999.

PAIRICAN, Fernando. Os povos originários como vetores de uma democracia inclusiva. **Nexo Jornal**. Online. 2021.

PAIRICAN, Fernando. **Em 18 de Outubro, Houve uma Conquista da Barbárie sobre a Cidade Culta**. in.: *Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021*.

PALIERAKI, Eugenia. Las manifestaciones callejeras y la experiencia de la Unidad Popular (1970-1973). **Pensamiento crítico. Revista electrónica de Historia**, v. 3, p. 1-28, 2000.

PÉREZ SOTO, Carlos. **Devemos Ter Cuidado com o Arco-Íris que Podem Tentar nos vender**. In.: *Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021*.

PIZARRO, Eduardo; BEJARANO, Ana María. Colombia. Neoliberalismo moderado y liberalismo socialdemócrata. **Nueva sociedad**, v. 133, p. 12-19, 1994.

PLEYERS, Geoffrey; GANTER, Rodrigo; ZARZURI, Raul; HENRIQUEZ; Karla GOECKE, Ximena—Compil. **De fracturas políticas y condiciones de posibilidad en el Chile post revuelta de octubre. Futuros en disputa y agendas de re-existencia**. In.: *El despertar chileno: revuelta y subjetividad política*. compilación de Rodrigo Ganter Solis et al. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción;

Santiago: Escuela de psicología, Universidad Bernardo O'Higgins; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022. Libro digital, PDF

PNUD. Chile. In: **HUMAN DEVELOPMENT REPORT**, 2020. Disponible em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/CHL>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019.

RAMIS, Álvaro. Boric: Ano Um. Chile. AS CHAVES PARA UM PROCESSO DINÂMICO E TRANSFORMADOR. **Le monde diplomatique Brasil**. 2022.

RESTREPO, Luis Alberto. La difícil recomposición de Colombia. **Nueva sociedad**, v. 192, p. 46-58, 2004.

RICHARD, Nelly. **Revolución social y nueva constitución**. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. Libro digital, PDF - (Masa crítica).

RODRÍGUEZ-RAGA, Juan Carlos. Colombia: país del año 2016. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 37, n. 2, p. 335-368, 2017.

ROJAS, Camila. **O Congresso, tal como o Desenhou a Constituição de 1980, é um Órgão Impotente**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

ROJAS, Diana Marcela. Estados Unidos y la guerra en Colombia. **Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, Nuestra guerra sin nombre**, Bogotá, Universidad Nacional/Norma, 2006.

ROJAS, Diana Marcela. Las relaciones Colombia-Estados Unidos en el gobierno Santos: ¿Llegó la hora del post conflicto? **Análisis político**, v. 26, n. 79, p. 121-138, 2013.

RUEDA BARRERA, Eduardo A. **Otra praxis de libertad**. In.: Pensar en marcha: filosofía y protesta social en Colombia. (Org.) Adolfo Chaparro Amaya, [et al.]; editado por Delfín Ignacio Grueso Vanegas [et al]. 1º ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Libro digital, PDF.

SAADE GRANADOS, Marta; BENAVIDEZ MORA, Carlos Alberto. El paro de paros en Colombia: estallidos plurales y disputas en común. **Revista Controversia**, (218), 15-52; Colombia, 2022.

SARMIENTO, Libardo. **Malestar social y política pública**. Varios, Reección: el embrujo continúa (segundo año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez). Plataforma Colombiana Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo. Bogotá, 2004.

SHARP, Jorge. **Da Explosão à Comunidade Organizada**. in.: Chile em Chamas: a revolta antineoliberal/ trad. Igor Peres - São Paulo: Elefante, 2021.

SIAVELIS, Peter. Sistema electoral, desintegración de coaliciones y democracia en Chile: ¿El fin de la Concertación? **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 24, n. 1, p. 58-80, 2004.

SOTO BARRIENTOS, Francisco. Soberanía nacional y constitución de 1980: antecedentes de un juicio histórico-constitucional. **Revista Jurídica Regional y Subregional Andina**.

Iquique, Chile, 2011. pp. 19-36 2011.

TANSCHHEIT, Talita. Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. **Revista jacobin brasil**. Online. 2021.

TANSCHHEIT, Talita. O que esperar das eleições presidenciais no Chile. **Latinoamerica 21**. 2021.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. El plan Colombia: ¿un modelo de intervención? **Revista CIDOB d'afers internacionals**, p. 203-219, 2001.

TOMAS, LUAH; CARVALHO GEISIELE. Conquistas e desafios das mulheres na constituinte chilena. **Nexo Jornal**. Online. 2021.

URIBE DE HINCAPIÉ, María Teresa. Las guerras por la nación en Colombia durante el siglo XIX. **Estudios Políticos** No. 18. Medellín, enero-junio. 2001.

VALENCIA GUTIÉRREZ, Jesus Alberto. **¿QUÉ ESTÁ PASANDO EN COLOMBIA? Poder, legitimidad y crisis social**. In.: Pensar la Resistencia: Mayo del 2021 en Cali y Colombia, Documentos Especiales CIDSE No. 6. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, Universidad del Valle. Colômbia, 2021.

VARGAS, Alejo Velásquez. El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. **Nueva sociedad**, v. 192, p. 85, 2004.

VARGAS, Alejo Velásquez. El sistema político colombiano al inicio del gobierno de Santos. **Nueva sociedad**, v. 231, p. 115-131, 2011.

VELÁSQUEZ, Edgar de Jesús Rivera. Historia del paramilitarismo en Colombia. **História (São Paulo)**, v. 26, p. 134-153, 2007.

WILLS-OTERO, Laura; BENITO, Christian Iván. De Uribe a Santos: cambios y continuidades de la política colombiana en 2011. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 32, n. 1, p. 87-107, 2012.

WORLD INEQUALITY REPORT. **Global income and wealth inequality, 2021**. Paris School of Economics, Paris, 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/chapter-1/>.

ZARZURI, Raúl Cortés. **De fracturas a recomposiciones. Interpretaciones del 18-O**. In.: El despertar chileno: revuelta y subjetividad política. Compilación de Rodrigo Ganter Solis [et al.]. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Concepción: Universidad de Concepción; Santiago: Escuela de psicología, Universidad Bernardo O'Higgins; Escuela de Sociología - Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2022.